

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Série de Quotas Seniores do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II
CNPJ/MF nº 08.779.221/0001-11

Classificação de Risco das Quotas Seniores – Standard & Poor's
brAAf

ISIN Nº BREXDDCTF000



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II (A “OFERTA”), TOTALIZANDO:

R\$ 46.500.000,00

(quarenta e seis milhões e quinhentos mil reais)

O Fundo destina-se a adquirir direitos de crédito lastreados em operações dos setores industrial, comercial, de prestação de serviços, agrícola e imobiliário. Tais direitos de crédito são créditos constituídos e devidos pelos respectivos devedores, independente de qualquer condição ou evento futuro, configurando-se direitos de crédito “performados”.

Serão objeto de distribuição pública pela Administradora 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) Quotas Seniores, em mercado de balcão não organizado, com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 46.500.000,00 (quarenta e seis milhões e quinhentos mil reais).

O Fundo foi constituído em 17 de abril de 2007 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 20 de abril de 2007, sob o nº 4963258 (o “Regulamento”), sendo que o Regulamento foi alterado e registrado em 09 de maio de 2007, 24 de junho de 2008 e 30 de outubro de 2008, sob os nºs 4970393, 5060480 e 5070836, no mesmo cartório. Em 31 de outubro de 2008, a Administradora protocolou na CVM pedido de registro automático da Oferta, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º da Instrução CVM 356, sendo o registro definitivo da presente Oferta concedido em **14 de novembro de 2008**, sob o nº **CVM/SRE/RFD/2008/066**. O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Administradora”).

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo VII do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, INDICADA NAS PÁGINAS 80 A 83, DESTE PROSPECTO.”



“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora e das demais instituições prestadoras de serviços.”

ADMINISTRADORA E COORDENADORA



GESTORA



ESTRUTURADOR DO FUNDO



CUSTODIANTE



ASSESSORES LEGAIS

SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCHE
Advogados

AUDITOR INDEPENDENTE



A data deste Prospecto Definitivo é 12 de dezembro de 2008.

A Coordenadora desta emissão é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”

“Antes de tomar sua decisão de investir no Fundo, recomenda-se ao investidor a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, para um entendimento completo a respeito do objetivo do Fundo, da sua política de investimento e dos riscos a que o Fundo está exposto.”

“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.”

“O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	7
<i>IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	13
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA DO FUNDO</i>	14
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	15
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	18
<i>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	21
INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	21
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	21
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	21
CRONOGRAMA DA OFERTA	22
DISTRIBUIÇÃO PARCIAL	22
MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	22
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	24
O FUNDO.....	24
BASE LEGAL.....	24
PÚBLICO ALVO.....	24
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	24
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	24
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	27
REFORÇOS DE CRÉDITO	27
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	28
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS</i>	30
FORMA E ESPÉCIE.....	30
QUOTAS SENIORES	30
QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE C	31
DIREITO DE PREFERÊNCIA	31
QUOTAS SUBORDINADAS CLASSES A E B.....	32
EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	32
AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS	34
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	35
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	36
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i>	38
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	38
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	39
<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i>	41
COMPETÊNCIA	41
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO	41
<i>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES</i>	43
PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	43
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
ATENDIMENTO AOS POTENCIAIS INVESTIDORES.....	44
<i>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO</i>	45

OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.....	45
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS	45
<i>ADMINISTRAÇÃO</i>	48
<i>PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO</i>	50
CUSTODIANTE	50
GESTOR	53
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	54
AUDITORIA	55
SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	55
<i>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO</i>	56
FLUXOGRAMA FINANCEIRO	56
<i>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	57
DIREITOS DE CRÉDITO	57
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	57
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	57
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS	57
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	59
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO	59
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	60
PRÉ-PAGAMENTO	60
GARANTIAS	60
NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	60
INFORMAÇÕES DE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	60
<i>POLÍTICA DE COBRANÇA</i>	64
<i>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO</i>	65
<i>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS</i>	73
CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO	73
CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA	73
CONTRATO DE GESTÃO	73
CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	73
CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA	74
<i>TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	75
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	75
ENCARGOS DO FUNDO	75
<i>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO DA CARTEIRA DO FUNDO</i>	77
HISTÓRICO	77
EVENTO DE AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	77
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	77
EVOLUÇÃO DA RAZÃO DE GARANTIA	78
DESEMPENHO DA CARTEIRA DO FUNDO	78
<i>FATORES DE RISCO</i>	85
RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO.....	85
RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO	87
OUTROS RISCOS	88

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo	91
Anexo II	Suplemento de Quotas Seniores do Fundo	156
Anexo III	Declaração do Diretor Responsável	159
Anexo IV	Súmula de Classificação de Risco	161
Anexo V	Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2008.	173
Anexo VI	Informações Periódicas Trimestrais relativas ao período encerrado em setembro de 2008.	193

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), que não estejam definidos neste Prospecto, tem os significados a eles atribuídos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Administradora	Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 50, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, ou sua sucessora a qualquer título;
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
Agente Escriurador	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
Amortização Programada	Amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento;
Assembléia Geral	É a Assembléia Geral de Quotista, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo;
BACEN	Banco Central do Brasil;
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo;
Carteira	Carteira de Investimentos do Fundo;
CDI	É a taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apurada e divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;
Cedente	é cada um dos cedentes dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, para outros Direitos de Crédito, conforme identificados nos respectivos Termos de Cessão;

CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
CMN	Conselho Monetário Nacional;
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
Conta Vinculada	É a conta vinculada a ser aberta e mantida pelo devedor do Direito de Crédito representado por CCB junto ao Custodiante, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito. O Sacado constituirá, em favor do Fundo, cessão fiduciária sobre todos os recursos de tempos em tempos depositados na Conta Vinculada, em garantia do integral e pontual pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
Conta do Fundo	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pelo Gestor, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Contrato de Cessão	É o contrato de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o Cedente;
Contrato de Cobrança	É o contrato de cobrança de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente;
Contrato de Custódia	É o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre o Custodiante e a Administradora em nome do Fundo;
Contrato de Gestão	É o contrato firmado entre a Administradora e o Gestor, ou qualquer de seus sucessores a qualquer título;
Contrato de Escrituração	É o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos firmado em entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria celebrado entre a KPMG Auditores Independentes e a Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Standard and Poor's e a Administradora, em nome do Fundo;
Critérios de Elegibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 do Regulamento;
Custodiante	É o Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São

	Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM	Comissão de Valores Mobiliários;
Datas de Amortização	São as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
Data de Aquisição e Pagamento	É a seguinte data (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade, ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição, o que por último ocorrer;
Data de Emissão de Quotas	Data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
Direitos de Crédito	São todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas no Regulamento;
Direito de Crédito Adquirido	É o Direito de Crédito Elegível que tenha sido adquirido pelo Fundo;
Direito de Crédito Elegível	É o Direito de Crédito que atenda, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento, aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 27 do Regulamento;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo;
Disponibilidades	São todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
Documentos da Operação	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contratos de Serviço de Auditoria Independente e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, com sede à Rua Dr. Renato Pares de Barros, 33, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou sua sucessora

	a qualquer título;
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 do Regulamento;
Eventos de Avaliação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 65 do Regulamento;
Eventos de Liquidação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Regulamento;
Excesso de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 do Regulamento;
FGC	Fundo Garantidor de Créditos;
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
Fundo ou Fundo Exodus II	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II;
Gestor	É a SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55;
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil;
Grupo Econômico	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo 1º do Artigo 19 do Regulamento;
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços;
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
Instrução CVM 356	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Investidor Qualificado	Todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;
IR	Imposto de Renda;
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento

	dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização e do resgate das Quotas;
Oferta	Distribuição Pública da 3ª Série de Quotas Seniores;
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento;
Percentual de Provisão	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 do Regulamento;
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social;
Plano Contábil	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiros Nacional (COSIF), criado pela Circular nº1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos de crédito que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
Política de Cobrança	É a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto na página 60 deste Prospecto e no Anexo III do Regulamento;
Política de Concessão de Crédito	É a política de concessão de crédito adotada pelo Fundo, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento;
Preço de Aquisição	É o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
Prospecto	O presente Prospecto Definitivo e suas posteriores alterações;
Quotas	São as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas;
Quotas Seniores	Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Subordinadas	São as quotas subordinadas de classes A, B e C, emitidas pelo Fundo, em uma ou mais séries;

Quotas Subordinadas Classe A	São as quotas subordinadas de classe A emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Subordinadas Classe B	São as quotas subordinadas de classe B emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Subordinadas Classe C	São as quotas subordinadas de classe C emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotistas	Titulares das Quotas;
Razão de Garantia	Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
Regulamento	Regulamento do Fundo;
Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
Sacado	É o devedor do Direito de Crédito;
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Suplemento	É o documento na forma do Anexo II do Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de Quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
Termo de Adesão	Documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 42 do Regulamento;
Termo de Cessão	São os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito do Cedente nos termos do Contrato de Cessão;
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de cada série de Quotas Subordinadas, conforme o caso.

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA E DOS DEMAIS
PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

Administradora, Coordenadora da Colocação das Quotas e Agente Escriturador	Gestor
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Agostinho Renoldi Junior Av. Juscelino Kubitscheck, 50, 5º e 6º andares, São Paulo - SP Telefone: (11) 3372-8300 Fax: (11) 3372-8300 E-mail: arenoldi@gradualcorretora.com.br Internet: www.gradualcorretora.com.br	SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. At.: Sr Salim e Marcos Mansur Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000 São Paulo - SP Fone: (11) 3334-2136 Fax: (11) 3334-2136 E-mail: marcos@rmansur.com.br Internet: www.srmasset.com.br
Custodiante	Estruturador do Fundo
Banco Paulista S.A. At.: Sr. Donizeti Ferreira Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 2º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3299-2314 Fax: (11) 3299-2314 E-mail: donizeti@bancopaulista.com.br Internet: www.bancopaulista.com.br	Bulltick Capital Markets At.: Sr. Ewerton Brandão Rua Funchal, 418 – 26º andar Vila Olímpia, São Paulo – SP Tel.: (11) 3089-9006 Fax: (11) 3089-9009 E-mail: ebrandao@bulltick.com.br Internet: www.bulltick.com
Consultores Legais	Auditores Independentes
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6529 Fax (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	KPMG Auditores Independentes At.: Sr Ederson Carvalho Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: ecarvalho@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br
Agência de Rating	
Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 E-mail: jp_gil@standardandpoors.com Internet: www.standardandpoors.com	

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA DO FUNDO

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. Agostinho Renoldi Junior, na condição de Administradora e de Coordenadora da Oferta declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Administradora ser administradora de outros fundos de investimento em direitos creditórios que têm como custodiante o Custodiante.

Relação entre a Administradora e o Gestor

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de o Gestor ter sido contratado para realizar a análise e seleção de direitos de crédito do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, também administrado pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Empresa de Auditoria não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de outros fundos de investimento, também administrado pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços de outros fundos de investimento, também administrados pela Administradora.

Relação entre o Custodiante e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Custodiante e o Gestor não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Gestor ter sido contratado para realizar a análise e seleção de direitos de crédito do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, também custodiado pelo Custodiante.

Relação entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Empresa de Auditoria não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria independente a outros fundos de investimento também custodiados pelo Custodiante.

Relação entre o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços a outros fundos de investimento, também custodiados pelo Custodiante.

Relação entre o Gestor e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, o Gestor e a Empresa de Auditoria não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento

existente em razão da Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria independente a outros fundos de investimento, também geridos pelo Gestor.

Relação entre o Gestor e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, o Gestor e a Agência de Classificação de Risco não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços a outros fundos de investimento, também geridos pelo Gestor.

Relação entre a Empresa de Auditoria e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, a Empresa de Auditoria e a Agência de Classificação de Risco não mantinham quaisquer relações societárias e/ou relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços a outros fundos de investimento, também auditados pela Empresa de Auditoria.

Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviço do Fundo

Prestador de serviço: Banco Paulista S.A.

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
Actas FIDC Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Alphatrade FIDC	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Detomaso FIDC Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Famcred FIDC Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
FIDC Multissetorial Exicon I	Custódia	2007 - 2008	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
FIDC Multissetorial Valecred LP	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
FIDC Multissetorial Elo	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
FIDC Multissetorial Grancred	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
FIDC Multissetorial Versailles	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Global FIDC Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
HPN FIDC Multimercado	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Mercantil FIDC Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Sul Invest FIDC-Multissetorial	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)
Target FIDC - Multicrédito	Custódia	2008 - 2009	0,5% sobre o PL (mínimo de R\$3.000,00 mês)

Prestador de serviço: SRM

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC Exodus I	Gestor	2008 - 2009	1% a.a. sobre o PL
FIDC Exodus III	Empresa de Consultoria Especializada	2008 - 2009	1% a.a. sobre o PL

Prestador de serviço: KPMG

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC Exodus I	Auditoria	2007 - 2008	R\$16.000,00
FIDC Exodus III	Auditoria	2008 - 2009	R\$16.000,00

Prestador de Serviço: Standard & Poor's

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC Exodus I	Rating	2008 - 2009	US\$25,000.00
FIDC Exodus III	Rating	2008 - 2009	US\$25,000.00

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, com especial ênfase no disposto na Seção “FATORES DE RISCO” deste Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.

Direitos de Crédito: Direitos de Crédito originados por operações de natureza industrial, comercial, de prestação de serviços, imobiliárias e agrícolas, selecionados pelo Gestor, e enquadrados nos Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento, que vierem a ser cedidos ao Fundo. Tais direitos de crédito são direitos de crédito constituídos e performados, que independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança.

Quantidade de Quotas Seniores: 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) Quotas Seniores da 3ª Série.

Montante da Oferta: R\$46.500.000,00 (quarenta e seis milhões e quinhentos mil reais).

Valor Unitário de Emissão das Quotas: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Valor Mínimo de Investimento: O valor de investimento equivalente a 1 (uma) quota.

Data de Emissão: 24 de outubro de 2008.

Datas de Amortização das Quotas Seniores:

Data	Valor a ser amortizado
29/03/2010	1/10 do valor da Quota
29/04/2010	1/9 do valor da Quota
29/05/2010	1/8 do valor da Quota
29/06/2010	1/7 do valor da Quota
29/07/2010	1/6 do valor da Quota
29/08/2010	1/5 do valor da Quota
29/09/2010	1/4 do valor da Quota
29/10/2010	1/3 do valor da Quota
29/11/2010	1/2 do valor da Quota
29/12/2010	Valor total da Quota

Período de Carência: A partir da data da primeira subscrição de Quotas Seniores até fevereiro de

2010.

Data de Resgate das Quotas Seniores:	29 de dezembro de 2010.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores:	135% (cento e trinta e cinco por cento) do CDI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	brAAf.
Prazo de Distribuição das Quotas:	Em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição das Quotas.
Negociação:	As Quotas Seniores da presente emissão serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), nos termos da legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas Seniores de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização:	No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva distribuição de Quotas, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.
Público Alvo:	Investidores Qualificados.
Maiores Informações:	<p>Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução nos seguintes locais:</p> <p>GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011 São Paulo – SP http://www.gradualinvestimentos.com.br/portal/pdfs/prospecto%20exodus2.pdf</p> <p>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM Rua Sete de Setembro, nº 111 Rio de Janeiro, RJ</p>

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

ou

Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar

São Paulo – SP

www.cetip.com.br

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

A colocação e subscrição das Quotas somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação do Prospecto aos investidores.

As Quotas serão distribuídas no prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta. A distribuição das Quotas será encerrada ao final do prazo máximo de colocação, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento. O prazo máximo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores da presente emissão serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados) observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas a serem suportados pelo Fundo:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Taxa de registro na CVM	82.870,00	0,1782%
Taxa de registro na ANBID	2.000,00	0,0044%
Assessoria Jurídica	60.000,00	0,1290%
Custos de Distribuição	348.750,00	0,75%
Custos de Classificação de Risco	57.470,00	0,1235%
Custos com Cartório	10.000,00	0,0215%
Total	561.090,00	1,2066%

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada⁽¹⁾
Concessão do registro da Oferta	14/11/2008
Disponibilização do Prospecto	31/10/2008
Publicação do Anúncio de Início	19/11/2008
Início do Período de Aceitação da Oferta	19/11/2008
Liquidação Financeira	20/11/2008
Publicação do Anúncio de Encerramento	14/05/2008

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

⁽²⁾ Ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início da distribuição pública das Quotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 200 (duzentas) Quotas Seniores, perfazendo o montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição das Quotas Seniores serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da referida comunicação.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto no Capítulo XV e XXI do Regulamento.

O Regulamento do Fundo encontra-se registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, desde 09 de maio de 2007, sob o nº 4970393, sendo que o Regulamento foi alterado e registrado em 09 de maio de 2007, 24 de junho de 2008 e 24 de outubro de 2008, sob os nos 4970393, 5060480 e 5070836.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente emissão de Quotas serão utilizados, pelo Fundo, para o pagamento antecipado do resgate da 1ª e da 2ª série de quotas seniores do Fundo, conforme deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, realizada no dia 24 de outubro de 2008.

Após o pagamento antecipado do resgate da 1ª e da 2ª série de quotas seniores do Fundo, os recursos remanescentes na Conta do Fundo serão aplicados nos Ativos Financeiros mencionados no Artigo 21 do Regulamento, constituindo assim, uma reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores da presente emissão.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas do Fundo terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento do valor das Quotas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores. A meta de rentabilidade prioritária na Distribuição Pública desta 3ª Série de Quotas do Fundo corresponde à

135% (cento e trinta e cinco por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de obrigação de cada Sacado e/ou coobrigação de qualquer terceiro não poderá representar ou vir a representar mais de 7% (sete por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), dos dois o menor;
- (b) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- (c) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 20 (vinte) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 55% (cinquenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 30 (trinta) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (e) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores de atuação dos Sacados, conforme listados abaixo e de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% Patrimônio Líquido)	Máximo (% Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	20%
Agrícola	0%	15%

Os limites de concentração estabelecidos acima deverão ser controlados pelo Gestor e observados com relação ao grupo econômico do Sacado, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau (“Grupo Econômico”).

Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos, o Gestor deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem evento de avaliação:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário – CCBs originadas em operação de crédito celebrada entre o emitente da CCB e o Cedente, sempre acompanhadas de garantias reais e/ou fidejussórias equivalente a no mínimo 200% (duzentos por cento) do valor da operação.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverão contar com garantias reais ou fidejussórias, cabendo ao Gestor atestar, quando aplicável, que as mesmas foram concedidas (i) em 1º grau em favor do Fundo; (ii) sem a incidência de gravame de qualquer natureza sobre o bem dado em garantia; e (iii) atestar que as mesmas foram formalizadas e/ou registradas nos cartórios competentes nos casos de hipoteca ou alienação fiduciária, conforme o caso, de acordo com o disposto na Política de Concessão de Crédito

detalhada no Anexo IV do Regulamento.

O Fundo deverá adquirir CCBs com garantias reais equivalentes a no mínimo 100% do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis.

O Fundo deverá manter no mínimo 80% (oitenta por cento) do valor alocado em Direitos de Crédito garantidos por duplicatas, cheques e/ou recursos a serem depositados na Conta Vinculada através de trava ou domicílio bancário de contratos e vendas de cartão de crédito.

As garantias dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representadas por duplicatas e cheques, deverão representar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do volume total de Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito com garantia real representada por alienação fiduciária de um bem sobre o qual haja incidência de gravame de qualquer natureza, desde que concomitantemente tenham sido outorgadas para o Fundo outras garantias reais ou fidejussórias em limite igual ou superior a 100% do valor da operação, acrescidos dos juros e taxas competentes.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII do Regulamento. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e
- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima (os “Ativos Financeiros”).

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios ou valores mobiliários emitidos pela Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá ainda realizar operações em mercado de derivativos em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, o Gestor e o Custodiante não respondem pela solvência dos Sacados, ou pela originação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

O Cedente é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos, não respondendo pela solvência dos Sacados, conforme previsto em cada Contrato de Cessão.

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá, a seu custo, sem qualquer ônus para o Fundo ou os Quotistas, contratar um depositário para realizar a guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios.

Os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

A Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 137% (cento e trinta e sete por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A e B para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A e B decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 65 do Regulamento.

O valor das Quotas Subordinadas A deverá representar sempre no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da soma das Quotas Subordinadas A e B.

Caso a relação entre as Quotas Subordinadas A e o valor total de Quotas Subordinadas A e B seja inferior a 25% (cento e vinte e cinco por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo a este critério, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas A.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo em relação a este critério, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 65 do Regulamento.

A soma das Quotas Subordinadas A e B deverá representar no mínimo 100% do valor das Quotas Subordinadas C

Caso o total de Quotas Subordinadas A e B seja inferior a 100% (cem por cento) do valor das Quotas Subordinadas C, a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo a este critério, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas A.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no parágrafo acima, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo em relação a este critério, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 65 do Regulamento.

REFORÇOS DE CRÉDITO

Além da manutenção da Razão de Garantia correspondente a 137% (cento e trinta e sete por cento) do Patrimônio Líquido, o Fundo possui ainda outras estruturas de reforço de crédito que visam facilitar os pagamentos aos Quotistas, tais como a Reserva de Amortização e a Reserva de Liquidez.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a “Reserva de Amortização”). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma apresentado na tabela abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os pagamentos do Fundo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma apresentado na tabela acima.

Em adição à Reserva de Amortização, a Administradora deverá manter também uma Reserva de Liquidez que seja equivalente a no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos.

O impacto de eventuais perdas serão suportadas pelos Quotistas detentores das Quotas Subordinadas Classe A, B e C. Para tanto, o Fundo deverá manter uma Razão de Garantia correspondente a 137% (cento e trinta e sete por cento) do Patrimônio do Fundo. Para maiores informações sobre a Razão de Garantia, vide seção “*Enquadramento à Razão de Garantia*”, constante da página 28 do presente Prospecto Definitivo.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Classe C dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas, respeitada a preferência na amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas Classe B em relação às Quotas Subordinadas Classe A, conforme detalhadamente previsto no Artigo 39 do Regulamento.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na

seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Classe C dos valores aportados ao Fundo por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em quatro classes, sendo uma classe de Quotas Seniores, uma classe de Quotas Subordinadas Classe A, uma classe de Quotas Subordinadas Classe B e Quotas Subordinadas Classe C.

QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) a primeira amortização das novas séries emitidas ocorra somente após o vencimento da(s) série(s) vigente(s);
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;
- (d) a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das quotas Subordinadas em circulação exceto se a referida emissão ocorra a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Subordinadas Classe C na mesma proporção da série vigente;
- (e) a Administradora deverá garantir aos Quotistas Seniores o direito de preferência na aquisição das novas Quotas Seniores de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 38 do Regulamento;
- (f) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 19 do Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (g) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 do Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto no disposto no Artigo 34 do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) direito de preferência na aquisição de novas Quotas Seniores a serem emitidas.

O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo na presente Oferta.

QUOTAS SUBORDINADAS CLASSE C

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Classe C (“Quotas Subordinadas Classe C”), observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;
- (c) após a 1ª Emissão de Quotas Subordinadas Classe C, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Subordinadas Classe C dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e B em circulação, e
- (d) a Administradora deverá garantir aos Quotistas Subordinados Classe C o direito de preferência na aquisição das novas Quotas da mesma classe de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 38 do Regulamento.

As Quotas Subordinadas Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Classe A e B para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da emissão da Quota Subordinada Classe C;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 do Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Classe C corresponderá a 1 (um) voto; e
- (f) direito de preferência na aquisição de novas Quotas Subordinadas Classe C a serem emitidas.

DIREITO DE PREFERÊNCIA

No caso de emissão de novas Quotas Seniores ou Subordinadas Classe C, o Fundo estará obrigado a oferecê-las primeiramente aos Quotistas das referidas classes, observado o disposto nos itens a seguir.

- (a) Qualquer dos Quotistas Seniores ou Subordinados Classe C do Fundo têm preferência para adquirir as novas Quotas da sua respectiva classe a serem emitidas, sendo que para tanto, a Administradora convocará uma Assembléia Geral onde informará a todos os Quotistas: (i) a quantidade de Quotas da sua respectiva classe que o Fundo pretende emitir, (ii) Data de Emissão, (iii) Amortização Programada (se for o caso), (iv) Data de Resgate e (v) meta de remuneração prioritária da respectiva série;
- (b) Cada Quotista terá direito de preferência sobre o número de Quotas ofertadas da sua respectiva classe proporcional à sua participação sobre o total das Quotas Seniores ou Subordinadas Classe C, conforme o caso, bem como terá direito de preferência às eventuais sobras de Quotas, na forma dos itens (c) e (d) abaixo;
- (c) Em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da Assembléia Geral mencionada no item (a) acima, os Quotistas poderão exercer o seu direito de preferência mediante comunicação por escrito à

Administradora, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, manifestando também, se for o caso, seu interesse por eventuais sobras de Quotas que excedam a proporção de sua participação no Fundo;

- (d) Caso existam sobras de Quotas, em relação às quais não se tenha exercido o direito de preferência na forma dos itens anteriores, a Administradora deverá comunicar este fato aos Quotistas que tenham manifestado interesse pelas sobras por meio de carta registrada a ser enviada em até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo referido no item (c) acima, para que efetuem a aquisição das sobras mediante a integralização das respectivas Quotas; e
- (e) Somente após esgotados os procedimentos acima descritos, poderá o Fundo realizar uma oferta pública das Quotas sobre as quais não se tenha exercido o direito de preferência.

QUOTAS SUBORDINADAS CLASSES A E B

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Classes A e B, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

O Fundo somente poderá realizar novas emissões de Quotas Subordinadas Classe B mediante a aprovação da totalidade dos Quotistas Classe B.

As Quotas Subordinadas Classes A e B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Classe C para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito, observado o disposto no Capítulo XIII do Regulamento;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas Classes A e B, sendo que as Quotas Subordinadas Classes A e B emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento; e
- (e) cada Quota Subordinada Classe A e cada Quota Subordinada Classe B corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais. Não obstante o disposto acima, as Quotas Subordinadas Classe A não terão direito a voto nas matérias que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pelo Gestor de suas obrigações estabelecidas no Regulamento.

As Quotas Subordinadas Classe A se subordinam, em primeiro lugar, às Quotas Seniores, em segundo, às Quotas Subordinadas Classe C, e por último, às Quotas Subordinadas Classe B para efeito de amortização, resgate e liquidação do Fundo, observado o disposto nos Artigos 35 e 37 do Regulamento, e no Capítulo XIII do Regulamento.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44 e 45 do Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota em D+1), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome

do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 41 do Regulamento e as demais disposições do Regulamento aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o termo de adesão ao Regulamento (“Termo de Adesão”), e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

No ato de subscrição de Quotas Seniores e das Subordinadas Classe C, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

O critério de determinação do valor das Quotas Seniores e Subordinadas Classe C, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo, do Custodiante ou do Gestor. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos acima nas Quotas Seniores e posteriormente nas Quotas Subordinadas Classe C, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Classe A e B.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A e B, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder à divisão do valor total definido abaixo e a quantidade de Quotas Subordinadas da respectiva classe, conforme o caso:

- (a) o valor total das Quotas Subordinadas Classe A corresponderá ao valor unitário das Quotas Subordinadas Classe A no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$Rqsa = Rtqs - Rqsb$$

Onde:

Rqsa é o incremento em Reais no PL das Quotas Subordinadas Classe A no período;

Rtqs é o incremento líquido em Reais no PL do Fundo, deduzido do incremento em reais no PL das Quotas Seniores e das Subordinadas C no período; e

Rqsb é o incremento em Reais no PL das Quotas Subordinadas Classe B. no período

- (b) o valor total das Quotas Subordinadas Classe B corresponderá ao valor total das Quotas

Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$R_{qsb} = R_{tqs} \times (V_{qsb} / VTS) \times 0,8$$

Onde:

V_{qsb} é o valor em reais das Quotas Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior;

VTS é o valor total em reais das Quotas Subordinadas A e B em conjunto no dia útil

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores e Subordinadas Classe C de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto nesta seção do Prospecto.

Sem prejuízo do previsto no Artigo 48 do Regulamento, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 70 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Todas as amortizações de todas as quotas deverão ocorrer sempre no dia 29 do respectivo mês.

Observado o disposto no Artigo 53 do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão requerer à Administradora a amortização parcial de suas Quotas.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a “Reserva de Amortização”). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma apresentado na tabela abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os pagamentos do Fundo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma apresentado na tabela acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos (“Reserva de Liquidez”).

A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 dias da data de apuração.

Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1, caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 pelo período previsto na alínea (k) do Artigo 65 do Regulamento, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Caso o Excesso de Cobertura, calculado como a razão entre o total do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação, seja superior a 142% (cento e quarenta e dois por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas A e B, até o limite do Excesso de Cobertura e das proporções mínimas estabelecidas nos Artigos 63 e 64 do Regulamento, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Liquidação.

A Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Os titulares das Quotas Subordinadas Classe A em conjunto e os titulares das Quotas Subordinadas Classe B também em conjunto deverão comunicar à Administradora, por meio de notificação enviada por seus respectivos representantes, em até 5 (cinco) dias contados da comunicação prevista no parágrafo acima, a parcela de Quotas Subordinadas que deverá ser amortizada.

A Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas prevista no parágrafo acima.

Os titulares das Quotas Subordinadas Classe A poderão realizar a amortização parcial estabelecida acima semestralmente, nos meses de junho e dezembro.

Os titulares das Quotas Subordinadas Classe B poderão realizar a amortização parcial estabelecida acima mensalmente.

A Administradora deverá realizar a amortização integral das Quotas Subordinadas Classe B no prazo de 3 (três) anos contado a partir da data da primeira subscrição de Quotas Subordinadas Classe B, observado o limite do Excesso de Cobertura e exceto se os titulares da totalidade das Quotas Subordinadas notificarem a Administradora do contrário.

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

A amortização prevista acima somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima de dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 19 do Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e Subordinada C em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas destas classe de quotas em detrimento da amortização dos Quotistas Subordinados.

O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma prioridade na distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as quotas de diferentes classes. Portanto os quotistas somente receberão os rendimentos se os resultados e o patrimônio do Fundo assim o permitirem.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 70 do Regulamento, bem como a ordem de prioridade prevista nos Artigos 35 e 39, §3º do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44 e 45 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Classes A

e B na hipótese prevista no Artigo 53 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e posteriormente das Quotas Subordinadas Classe C, nos montantes apurados conforme o Artigo 45 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 69 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no parágrafo abaixo.

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito Adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito Adquirido (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%

G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão de 0,5% (meio por cento) para todos os créditos a vencer, constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja atendida por um período de 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
 - (b) caso o valor das Quotas Subordinadas da Classe A permaneça inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da soma das Quotas Subordinadas A e B por um período superior a 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
 - (c) caso valor total da soma das Quotas Subordinadas das Classes A e B permaneça inferior a 100% do valor das Quotas Subordinadas Classe C por um período superior a 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
 - (d) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pelo Gestor, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
 - (e) caso haja aquisição reiterada pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
 - (f) caso haja renúncia da Administradora à administração do Fundo;
 - (g) caso haja rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
 - (h) caso haja redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou quotas em circulação em dois sub-níveis;
 - (i) caso o Fundo não observe por 60 (sessenta) dias consecutivos os limites de concentração estabelecidos no Artigo 19 e das garantias Artigo 20 do Regulamento;
 - (j) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
 - (k) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos;
- (l) Caso o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes reconhecido pelo Fundo em cada uma das faixas definidas conforme a tabela disposta no Artigo 61 do Regulamento, apresentem percentuais superiores aos limites máximos estabelecidos abaixo:
- (i) F-C: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa C represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (ii) F-D: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa D represente mais do que 9% (nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (iii) F-E: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa E represente mais do que 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (iv) F-F: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa F represente mais do que 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

- (v) F-G: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa G represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; ou
- (vi) F-H: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes entre 180 e 210 dias na faixa H represente mais do que 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 67 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Quotistas na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias;
- (b) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (c) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (d) cessação pelo Gestor, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle do Gestor.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no parágrafo acima, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Subordinadas Classe C, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Subordinadas Classe C, em circulação até o limite dos recursos

disponíveis.

Os recursos auferidos pelo Fundo acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX do Regulamento. Os procedimentos descritos acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C.

Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C, conforme estabelecido acima, os titulares das Quotas Subordinadas Classe A e B poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Subordinadas Classe C, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (e) aprovar a emissão de novas Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C nos termos do Artigo 34 e 36 do Regulamento;
- (f) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (g) aprovar a substituição do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria; e
- (h) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 do Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 85 do Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores e 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação, e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, do Gestor ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvada as matérias indicadas nos parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 76 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, as matérias listadas nos itens (b), (c) e (d) acima deverão ser aprovadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B em circulação. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B:

- (a) as matérias previstas nos itens (e); (f) e (g) acima; e
- (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento.

Para emissão de novas séries ou classes de quotas descritas no item (e) acima, deverá ser respeitado o quorum mínimo estabelecido, independentemente do exposto nos Artigos 34 e 36 do Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 42 do Regulamento.

As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;

- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 do Regulamento.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

“As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.”

ATENDIMENTO AOS POTENCIAIS INVESTIDORES

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Francisco A Tertuliano	(55 11) 3372-8304	ftertuliano@gradualcorretora.com.br
Leonardo A Tertuliano	(55 11) 3372-8304	leonardo@gradualcorretora.com.br
Antônio Roberto Silva	(55 11) 3372-8334	roberto@gradualcorretora.com.br

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Preliminar e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos para uma orientação mais detalhada a respeito da tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série de Quotas do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas à época do resgate ou da amortização de Quotas de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

IOF/Câmbio

Desde 17 de março de 2008, os valores aportados no Brasil por parte dos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (“IOF/Câmbio”). Nos termos da legislação em vigor, o imposto será cobrado à alíquota de 1,5% sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimento estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
 - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

ADMINISTRAÇÃO

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo.

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide o Capítulo IV do Regulamento.

Histórico

A Gradual é uma corretora tradicional, com mais de 15 anos de atuação nos mercado de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de 120 profissionais experientes e especializados no mercado financeiro - operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, operadores e auxiliares de pregão, entre outros. A Gradual opera nas duas bolsas mais importantes do país, Bovespa e BM&F. Com matriz em São Paulo, mantém filiais no Rio, Campinas, Porto Alegre, Curitiba e Goiânia, e representações autônomas em Santos (SP), Presidente Prudente (SP), Botucatu (SP), Belo Horizonte (MG), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS).

O objetivo da Gradual é oferecer aos clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, seja através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento (já existentes ou próprios), buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual conta atualmente com mais de 10.000 clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas,

instituições financeiras e não financeiras. A carteira de ativos de clientes sob sua administração e custódia ultrapassa hoje US\$ 400 milhões.

Em 2004 a Gradual iniciou suas atividades na área de FIDCs – Fundos de Investimento de Direitos Creditórios sendo hoje Administradora de 18 (dezoito) Fundos já em operação desde junho de 2005.

Fundada em 1991, inicialmente como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Gradual responde atualmente por 1,6% do volume negociado em Bolsa. Em 2000, tornou-se membro número 227 da Bovespa, passando a operar nos sistemas eletrônicos Mega e Soma, com atuação nacional. Dois anos depois, estendeu sua atividade à Bolsa de Mercadorias & Futuros.

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

CUSTODIANTE

Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Paulista S.A.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados na referida conta;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes (i) aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo, e (ii) aos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos do Fundo por qualquer comprador em razão do exercício do direito do Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações do Gestor com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de Sacados que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

E₀ = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

N₀ = Fator Amostral

(i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

(ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% e 10%, independente de quem sejam os clientes dos respectivos Direitos de Crédito selecionados;

(ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% é tal que ele tem 95% de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

(ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% não fazem parte da população da amostragem.

(ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar empresa de consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Histórico

No ano de 1990, o Banco Paulista iniciou suas atividades como instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil através da transformação em banco múltiplo da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A., corretora de títulos e valores mobiliários que atua no mercado de títulos e valores mobiliários desde 1967.

Simultaneamente ao processo de transformação, o Banco Paulista constituiu uma subsidiária integral, também denominada Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Socopa”) para dar continuidade à atividade de corretagem de títulos e valores mobiliários. Atualmente, através da Socopa, o Banco Paulista opera na Bovespa, na corretagem de câmbio para instituições financeiras, fundos de pensão e de investimento e investidores individuais pessoas jurídicas. Adicionalmente, atua na montagem de operações estruturadas de tesouraria e de derivativos.

Até o ano de 2004, o foco de atuação do Banco Paulista concentrava-se, principalmente, em operações de atacado (pessoas jurídicas) no Estado de São Paulo. Desde então, como consequência da ampliação de seus negócios de crédito ao consumidor, o banco expandiu sua área de atuação, concentrando-se principalmente na Região Sudeste, com destaque para o financiamento de veículos a pessoas físicas, e na Região Nordeste, cujo destaque é a concessão de crédito consignado.

GESTOR

A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55 (o “Gestor”), devidamente autorizada a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.896, datado de 01 de agosto de 2006.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, o Gestor será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) enquadramento do Fundo em todos os momentos, quando do exercício de suas atividades, aos Critérios de Elegibilidade, Critérios de Avaliação, limites de concentração estabelecidos no Artigo 19 do Regulamento, Taxa Mínima de Cessão e demais disposições do Regulamento relativas à composição da carteira do Fundo e sua Política de Investimento;
- (b) análise e seleção de potenciais Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, as Condições Adicionais e os limites de concentração estabelecidos no Regulamento;
- (c) análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, conforme disposto no Capítulo VII do Regulamento;
- (d) acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, bem como a emissão de relatório todo 5º (quinto) dia útil de cada mês destacando todos os limites de concentração dispostos no Artigo 19 do Regulamento, para fins de acompanhamento dos Eventos de Avaliação e Liquidação (“Relatório de Monitoramento”);
- (e) cobrança judicial e extrajudicial de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Gestão; e
- (f) quaisquer outros serviços inerentes à atividade de gestão da carteira do Fundo.

A fim de cumprir com suas obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Gestão e observadas as demais disposições do Regulamento, o Gestor, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, desde que observados as condições estabelecidas no item 5 da Política de Cobrança;
- (c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Gestor, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica;
- (d) vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito previamente adquiridos pelo Fundo, em condições de mercado e sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, desde que observados as condições estabelecidas no item 5 da Política de Cobrança; e
- (e) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e todos os Termos de Cessão.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pelo Gestor, conforme previsto no Regulamento.

O Fundo outorgará ao Gestor, nos termos do respectivo Contrato de Gestão, todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos acima.

Sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, o Gestor terá discricionariedade para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao (i) prazo e (ii) taxa de cessão do Direito de Crédito; bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer; ou ainda (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Histórico

A SRM foi constituída em 2005, fruto de uma reorganização societária do grupo R.Mansur, em que se incorporou toda a estrutura operacional e o expertise anteriormente adquiridos por seus controladores na R.Mansur Factoring.

A SRM iniciou suas atividades em 2005 atuando na gestão do portfólio do FIDC Exodus I, administrando um patrimônio inicial de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Atualmente a empresa presta serviços de gestão para três fundos de investimento em direitos creditórios, totalizando um patrimônio de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) sob sua administração.

Detentora de uma sólida estrutura operacional, a SRM conta com 60 colaboradores em 9 escritórios estrategicamente localizados em 6 estados diferentes, nas cidades de São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Curitiba, Londrina, Blumenau, Porto Alegre e Caxias do Sul.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard and Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Histórico

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1.888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill

Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

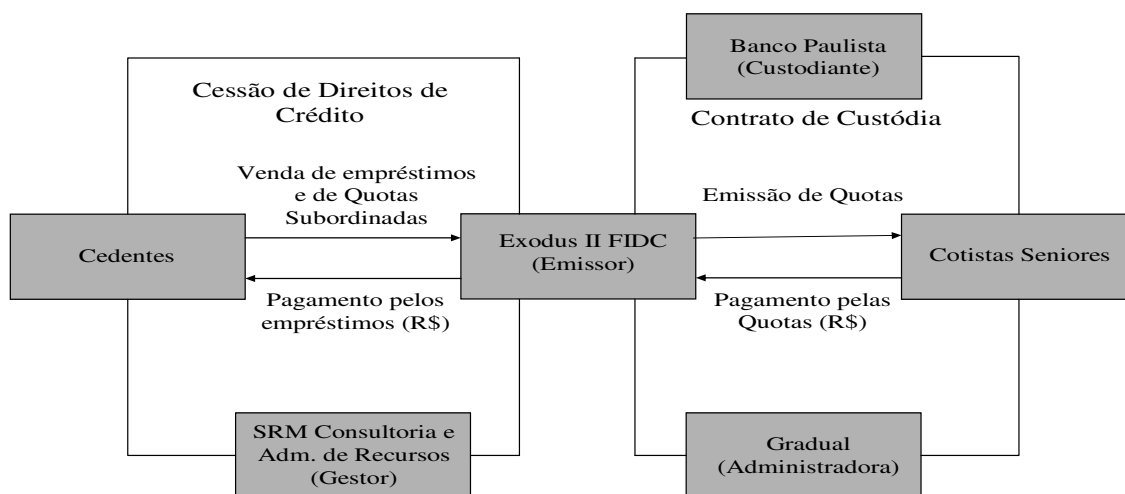
A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos da alínea “g” do Artigo 74 do Regulamento.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- O Fundo capta recursos com os quotistas para a aquisição dos Direitos de Crédito em contrapartida da emissão de quotas do Fundo;
- O Fundo adquire Direitos de Crédito por meio da transferência eletrônica do preço de aquisição à conta do Cedente;
- Os devedores dos recebíveis dados como garantia realizam o depósito da totalidade dos valores por eles devidos, relativos aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, nas Contas Vinculadas.
- Na data do vencimento dos Direitos de Crédito os recursos são transferidos para a Conta do Fundo.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, a aquisição de Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza industrial, comercial, imobiliário, prestação de serviços e agrícola.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Cada uma dos Cedentes é responsável pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão, celebrado de forma irrevogável e irretratável.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão.

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) originadas em operação de crédito celebrada entre o emitente da CCB e o Cedente;
- (b) os Direitos de Crédito devem contar com garantia real ou fidejussória, conforme critérios estabelecidos no Artigo 20 do Regulamento;
- (c) os Sacados devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, que atuem nos setores industrial, comercial, agrícola ou de prestação de serviços no Brasil;
- (d) o prazo de vencimento das CCBs deve ser de no máximo 3 (três) anos, contados da data da formalização da respectiva cessão ou o prazo da série mais longa de Quotas Seniores em circulação, o que ocorrer antes.
- (e) os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo deverão apresentar um prazo médio ponderado de vencimento igual ou inferior a 12 meses, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- (f) os Direitos de Crédito não são de emissão nem contam com coobrigação do Gestor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

- (g) os Direitos de Crédito sejam cedidos ao fundo pelas taxas originalmente pactuadas cabendo exclusivamente ao cedente ou ao emissor do ativo, todos os custos inerentes à estruturação e registro do Direito de Crédito antes da Cessão;
- (h) no mínimo 90% dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo devem ter emissão e cessão no mesmo dia do seu registro na CETIP ou em sistema equivalente aprovado pelo Banco Central, além de possuir taxa de cessão igual à praticada na emissão do título. O Fundo poderá alocar os 10% restantes do seu Patrimônio Líquido em ativos cedidos que não satisfaçam tal condição, calculado pro forma antes da aquisição pretendida;
- (i) os Direitos de Crédito ofertados devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 19 do Regulamento, calculado pro forma antes da aquisição pretendida;
- (j) o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que observem a taxa mínima de cessão prevista no parágrafo 2º do Artigo 29 do Regulamento;
- (k) o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que observem a taxa média de cessão prevista no Artigo 29 do Regulamento;
- (l) o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito atrelados ao CDI, cuja taxa de cessão seja pós-fixada;
- (m) os Sacados não devem estar, no momento da aquisição dos Direitos de Crédito inadimplentes por mais de 15 (quinze) dias com o Fundo;
- (n) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC, Equifax, quanto a protestos, cheques sem fundos, execuções judiciais, falência, recuperação judicial requerida ou decretada e ações de busca e apreensão, exceto execuções fiscais;
- (o) o Sacado não deve apresentar histórico de inadimplência dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo superior a 45 (quarenta e cinco) dias nos últimos 12 meses, salvo em condições de renegociação dos Direitos de Crédito inadimplidos, conforme disposto nos Artigos 16 e 17 do Regulamento
- (p) a CCB emitida pelo Sacado deverá conter redação onde este declara que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais; e
- (q) sem prejuízo dos demais critérios dos ativos cedidos, Custodiante e a Administradora deverão receber do Gestor relatórios atestando que todas as condições de aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o exposto no Regulamento (“Relatório de Aquisição”).

A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Além de atenderem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos acima, os Direitos de Crédito devem atender, ainda, às seguintes condições adicionais (as “Condições de Aquisição”):

- (a) ser originários de pessoas jurídicas com receita bruta anual de, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) , corrigida anualmente pela variação percentual acumulada do IGPM;
- (b) ser originários de pessoas jurídicas que obtiveram Lucro antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização (“EBITDA”) positivo em no mínimo um dos três exercícios anteriores à Data de Aquisição e Pagamento;
- (c) o Sacado deve apresentar Patrimônio Líquido positivo na data de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;

- (d) ser aprovados pelo Gestor conforme a política de concessão de crédito descrita no Anexo IV do Regulamento, e
- (e) observar os limites de concentração de 25% (vinte por cento) por sub-setor elencados na Política de Concessão de Crédito, desde que observados os limites definidos por setor no Artigo 19 do Regulamento.

O Gestor ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, por meio de envio de Relatório de Aquisição no momento da cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Cessão e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

A avaliação pelo Gestor da capacidade econômica dos Cedentes e dos Sacados será realizada a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado, utilizando-se, conforme o caso: (i) demonstrações financeiras; (ii) consultas a centrais de informação de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, para verificações acerca (a) da inexistência de cheques sem fundo ou protestos contra o Sacado; e (b) da inexistência de execuções judiciais, exceto execuções fiscais, contra o Sacado; (iii) informações obtidas junto a fornecedores; (iv) o histórico dos Sacados; e (v) documentos específicos do cliente tais com ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a CDI+3% ao ano, ou conforme a fórmula especificada abaixo, das duas a maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQSn \times RAQSn) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série ‘n’;

QQM: Quantidade de Quotas Subordinada Classe C em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinada Classe C em circulação; e

CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

A fórmula definida acima será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade específica.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão média da carteira, considerada pro forma, equivalente a CDI+8% ao ano, a ser calculada semanalmente.

Não há uma taxa única de desconto a ser aplicada sobre os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, uma vez que a referida taxa é a resultante da aplicação do percentual de 8% (oito por cento) acrescido do valor correspondente ao CDI, vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição. Assim, considerando que o valor do CDI é flutuante, a taxa de desconto, aplicável a cada cessão, somente será determinada no dia da operação.

A título de referência, na data deste Prospecto a taxa de desconto seria de aproximadamente 21,75% ao ano.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

PRÉ-PAGAMENTO

O Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. Além disso, de acordo com os Contratos de Cessão e os Termos de Cessão utilizados na aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo não está obrigado a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua Carteira. Desse modo, nos termos do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), salvo se acordado entre o Fundo e o devedor, o Fundo, na qualidade de credor dos Direitos de Crédito, não está obrigado a receber o valor correspondente ao Direito de Crédito antes do seu vencimento. No entanto, caso o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento de Direitos de Crédito, isso não gerará nenhum efeito adverso sobre a rentabilidade das Quotas, uma vez que o Fundo não concederá qualquer desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o Fundo, caso os devedores e o Fundo venham a acordar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito.

GARANTIAS

Vide seção “Política de Concessão de Crédito”, constante da página 60 do presente Prospecto Definitivo.

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A tabela abaixo apresenta os percentuais de concentração da carteira do Fundo, em ordem decrescente de concentração por Sacado com base no Patrimônio Líquido de 29 de outubro de 2008:

Por Sacado	
1º Sacado	4,38%
2º Sacado	3,71%
3º Sacado	3,51%
4º Sacado	2,96%
5º Sacado	2,92%
6º Sacado	2,92%
7º Sacado	1,93%
8º Sacado	1,79%
9º Sacado	1,47%
10º Sacado	1,41%

INFORMAÇÕES DE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

O Fundo apresentava em 03 de outubro de 2008 um Patrimônio Líquido no valor de R\$70.657.714,35, sendo que R\$63.971.684,66 eram representados por Direitos de Crédito.

Na mesma data, o valor de Direitos de Crédito vencidos e não pagos eram equivalentes a R\$2.375,542,23 e a provisão para devedores duvidosos do Fundo somava R\$2.348.225,53.

Tendo em vista que o Fundo adquire Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes e não concentra seus investimentos em uma carteira de créditos originados por um único Cedente pré-determinado, não há informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos Direitos de Crédito que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, pelo período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da Oferta.

Apresentamos abaixo, tabela contendo o comportamento histórico da carteira de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a data da primeira aquisição de Direitos de Crédito, até a data da presente Oferta:

Estudo da Carteira do Fundo	Jun-07		Jul-07		Aug-07		Sep-07	
Parcelas liquidadas sem atraso	309	1%	1432	4%	1913	6%	2440	4%
<u>Pagamentos Antecipados</u>	0	0%	0	0%	0	0%	315	0%
<i>Refinanciamento</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>Pagamentos Normais</u>	309	1%	1359	4%	1512	5%	1837	3%
<i>Repasse antecipado⁽¹⁾</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>No vencimento + até 6 dias de atraso</i>	0	0%	73	0%	401	1%	288	0%
Parcelas liquidadas com atraso	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<i>De 6 a 29 dias</i>	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<i>De 30 a 59 dias de atraso</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>De 60 a 179 dias de atraso</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>>= 180 dias de atraso</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcelas vencidas e não liquidadas	0	0	0	0	0	0	0	0
À Vencer	30,241	99%	30,557	96%	30,923	94%	61,301	96%
Total	30550	100%	31989	100%	32836	100%	63741	100%

Estudo da Carteira do Fundo	Oct-07		Nov-07		Dec-07		Jan-08	
Parcelas liquidadas sem atraso	5480	8%	3405	5%	3794	6%	3892	6%
<u>Pagamentos Antecipados</u>	0	0%	52	0%	198	0%	234	0%
<i>Refinanciamento</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>Pagamentos Normais</u>	1445	2%	2602	4%	2413	4%	1497	2%
<i>Repasse antecipado⁽¹⁾</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>No vencimento + até 6 dias de atraso</i>	4035	6%	751	1%	1183	2%	2161	3%
Parcelas liquidadas com atraso	38	0%	529	1%	969	1%	1282	2%
<i>De 6 a 29 dias</i>	38	0%	529	1%	920	1%	0	0%
<i>De 30 a 59 dias de atraso</i>	0	0	0	0	49	0%	1210	2%
<i>De 60 a 179 dias de atraso</i>	0	0	0	0	0	0	72	0%

>= 180 dias de atraso	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcelas vencidas e não liquidadas	0	0	0	0	0	0	0	0
À Vencer	62,043	92%	62,755	94%	63,542	93%	64,455	93%
Total	67561	100%	66689	100%	68305	100%	69629	100%

Estudo da Carteira do Fundo	Feb-08		Mar-08		Apr-08		May-08	
Parcelas liquidadas sem atraso	4627	6%	5333	7%	5078	7%	5034	7%
<u>Pagamentos Antecipados</u>	570	1%	556	1%	319	0%	284	0%
<i>Refinanciamento</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>Pagamentos Normais</u>	2987	4%	2997	4%	3433	5%	2726	4%
<i>Repasse antecipado⁽¹⁾</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>No vencido + até 6 dias de atraso</i>	1070	1%	1780	2%	1326	2%	2024	3%
Parcelas liquidadas com atraso	1533	2%	1670	2%	725	1%	2117	3%
<i>De 6 a 29 dias</i>	781	1%	965	1%	689	1%	1499	2%
<i>De 30 a 59 dias de atraso</i>	171	0%	381	1%	17	0%	270	0%
<i>De 60 a 179 dias de atraso</i>	581	1%	253	0%	19	0%	348	0%
<i>>= 180 dias de atraso</i>	0	0	71	0	0	0	0	0
Parcelas vencidas e não liquidadas	0	0	574	1%	146	0%	141	0%
À Vencer	65,314	91%	66,260	90%	67,199	92%	68,115	90%
Total	71474	100%	73837	100%	73148	100%	75407	100%

Estudo da Carteira do Fundo	Jun-08		Jul-08		Aug-08		Sep-08		Oct-08	
Parcelas liquidadas sem atraso	9731	12%	6715	9%	7116	9%	9449	12%	7124	9%
<u>Pagamentos Antecipados</u>	38	0%	342	0%	105	0%	1298	2%	329	0%
<i>Refinanciamento</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>Pagamentos Normais</u>	6404	8%	3813	5%	4083	5%	4717	6%	4178	5%
<i>Repasse antecipado⁽¹⁾</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>No vencido + até 6 dias de atraso</i>	3289	4%	2560	3%	2928	4%	3434	4%	2617	3%
Parcelas liquidadas com atraso	1415	2%	1402	2%	1478	2%	771	1%	2749	3%
<i>De 6 a 29 dias</i>	1062	1%	1086	1%	1287	2%	524	1%	2649	3%

<i>De 30 a 59 dias de atraso</i>	285	0%	304	0%	97	0%	247	0%	100	0%
<i>De 60 a 179 dias de atraso</i>	68	0%	12	0%	94	0%	0	0%	0	0%
<i>>= 180 dias de atraso</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcelas vencidas e não liquidadas	141	0%	223	0%	203	0%	283	0%	537	1%
À Vencer	69,166	86%	69,231	89%	69,846	89%	70,495	87%	71,500	0%
Total	80453	100%	77571	100%	78643	100%	80998	13%	81910	13%

Conceitos adotados na formatação da tabela:

- Estudo da Carteira: representa a totalidade dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, levando-se em consideração o estoque de Direitos de Crédito registrados em cada período e os eventos de (i) recebimentos, (ii) estoque de parcelas vencidas e não pagas, e (iii) parcelas a vencer;
- Metodologia: a metodologia utilizada para a determinação dos percentuais apresentados na tabela acima, é a divisão do valor recebido, vencido e não pago e a vencer pelo valor total dos Direitos de Crédito contabilizados em cada período de referência;
- Parcelas liquidadas sem atraso: são os Direitos de Crédito pagos por eventos de liquidação antecipada ou pagos na data de vencimento ou em até 6 dias após o vencimento (considerado este prazo o razoável para o processamento de informações em trânsito).

POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será efetuada pelo Gestor, contratado nos termos do Contrato de Cobrança para efetuá-la perante os Sacados ou perante o devedor do título de crédito dado em garantia, conforme o caso.

Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito representados por CCBs são a seguir descritos:

1. em até 3 (três) dias da formalização da operação que originou o Direito de Crédito, o Cedente notificará o sacado do título de crédito dado em garantia do Direito de Crédito, para que este realize o pagamento do referido título na Conta Vinculada;
2. na data de vencimento do Direito de Crédito os recursos disponíveis na Conta Vinculada deverão ser transferidos para a Conta do Fundo até o valor necessário para a liquidação do Direito de Crédito;
3. na data de vencimento do Direito de Crédito, caso se verifique que a Conta Vinculada do Sacado não possui recursos suficientes para quitar a dívida, o Gestor ou o Cedente notificará o Sacado, informando que este se encontra inadimplente;
4. em caso de inadimplemento, o Gestor, dentro dos 5 dias subsequentes à data de vencimento, à cobrança amigável do valor devido;
5. Após 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento do Direito de Crédito e desde que nenhum Evento de Avaliação ou Liquidação esteja em curso e desde que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites, o Gestor poderá a seu exclusivo critério, transacionar, negociar e conceder descontos aos devedores inadimplentes (i) até o limite máximo por negociação em reais equivalente a 1% das Quotas Subordinadas Classe A e B em conjunto, e (ii) até o limite máximo para o acumulado de desconto nas negociações ocorridas nos últimos 12 meses que represente em reais até 5% das quotas subordinadas das classes A e B em conjunto; e
6. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Gestor iniciará, em até 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o procedimento de cobrança judicial contra o Sacado ou ainda contra o sacado do título de crédito dado em garantia do Direito de Crédito, conforme o caso.

O Fundo não possui política com procedimentos específicos para realizar a cobrança dos Direitos de Crédito em caso de decretação de falência, recuperação judicial ou extra-judicial ou qualquer outro regime similar.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de créditos ficará a cargo do Gestor, que é o único responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitado para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Sacados dos Direitos de Crédito.

A concessão do crédito é realizada mediante um processo de análise do Sacado/emitente da CCB, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos com o objetivo primordial de mapear:

- A atividade principal da empresa;
- Principais clientes;
- Principais fornecedores;
- Necessidade financeira (ex.: necessidade de capital de giro, necessidade de capital para investimento ou para pagamento/alongamento do perfil de endividamento, etc.);
- Tipo de financiamento requerido; e
- Lista de bancos com as quais a empresa mantém relacionamento e o perfil do endividamento;

Se a possibilidade de aquisição dos Direitos de Crédito for detectada pelo Gestor, todos os documentos necessários para a análise do Gestor serão requisitados, quais sejam:

- Últimos três balanços;
- Balancete de verificação atualizado, quando for o caso;
- Relação de faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Relação do Endividamento, atualizado e em aberto;
- Declaração do contador da empresa;
- Contrato social e a última alteração;
- Declaração de Imposto de Renda dos Sócios;
- Declaração de Imposto de Renda dos avalistas; e
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa.

Além dos Documentos solicitados, o Gestor deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- Os Sacados devem ser pessoas jurídicas registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Os Sacados devem ser primordialmente empresas com receita bruta anual entre R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- Os Sacados devem ser pessoas jurídicas que obtiveram Lucro antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização (EBITDA) positivo em no mínimo um dos três exercícios anteriores à Data de Aquisição e Pagamento dos Direitos de Crédito;
- Os Sacados devem possuir prazo mínimo de existência ou de atividade de um ano;
- Todos os critérios são levados em consideração ao Grupo Econômico do Sacado, como disposto no Parágrafo 1º do Artigo 19 do Regulamento. Para análise de concessão de crédito, é utilizada a participação mínima de 10% para determinação do Grupo Econômico; e

- O Sacado deve apresentar patrimônio líquido positivo na data de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Após a análise dos pré-requisitos, é iniciado o processo de Avaliação do Risco de Crédito pelo Gestor, que realiza análise de alguns índices segundo os seguintes critérios:

- Risco do Cliente;
- Risco da Operação;
- Critérios Subjetivos; e
- Limite de Crédito.

I. Risco do Cliente

O Risco do Cliente é apurado através da análise econômico-financeira das pessoas jurídicas. Para isso são utilizados os Indicadores Econômico-Financeiros abaixo descritos.

Indicadores de Liquidez

Índice de Liquidez Corrente:

$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Índice de Liquidez Seca:

$ILS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} - \text{Despesas Antecipadas}) / \text{Passivo Circulante Operacional}$

Índice de Liquidez Imediata:

$ILI = \text{Disponibilidades} / \text{Passivo Circulante Operacional}$

Indicadores de Atividade

Prazo Médio de Recebimento:

$PMRV = \text{Duplicatas a Receber} / (\text{Vendas Líquidas}/360)$

Giro do Estoque:

$GE = \text{Vendas Líquidas} / \text{Estoque}$

Dias em Estoque:

$\text{Estoque}/\text{CMV}/360$

Dias de Contas a Pagar:

$\text{Contas a Pagar} / \text{CMV} / 360$

Ciclo da Empresa:

$PMRV + \text{Dias em Estoque} - \text{Dias de Contas a Pagar}$

Indicadores de Rentabilidade

EBITDA E MARGEM DE EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)

EBIT E MARGEM DE EBIT (EBIT / Receita Líquida)

Capacidade de EBITDA:

$CE = EBITDA / (\text{Amortização de Dívidas} + \text{Despesas com Juros})$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido:

$RPL = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$

Indicadores de Alavancagem

Participação Capital de Terceiros:

$PCT = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível LP} / \text{Patrimônio Líquido}$

Endividamento Bancário de Curto Prazo:

$ECP = \text{Passivo Circulante} / \text{Patrimônio Líquido}$

Endividamento Bancário de Longo Prazo:

$ELP = \text{Passivo Exigível a Longo Prazo} / \text{Patrimônio Líquido}$

Dívida Total/EBITDA

II. Risco da operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cliente já cadastrado e analisado será avaliada isoladamente.

O Risco da Operação é obtido pela avaliação dos seguintes critérios apresentados abaixo:

Concentração do Risco:

- (i) total de obrigação de cada Sacado e/ou coobrigação de qualquer terceiro não poderá representar ou vir a representar mais de 7% (sete por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), dos dois o menor;
- (ii) o Fundo deverá observar ainda que o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (iii) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores de atuação dos Sacados, conforme listados abaixo e de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	20%

Agrícola	0%	15%
----------	----	-----

(iv) Adicionalmente aos limites estabelecidos no item (iii) acima, os Direitos de Crédito deverão observar ainda limites de 25% (vinte e cinco por cento) por sub-setor, dentro da relação de sub-setores abaixo:

- Transporte Aéreo Comercial;
- Aviação;
- Automotivo;
- Bebidas e Tabaco;
- Rádio e Televisão;
- Corretoras, Brokers e Dealers;
- Construção;
- Serviços e Equipamento para Escritórios;
- Cabo e Satélite;
- Químicos e Plásticos;
- Vestuário e Têxteis;
- Conglomerados;
- Embalagens;
- Cosméticos;
- Medicamentos;
- Serviços e Equipamentos Ecológicos;
- Elétrico e Eletrônicos;
- Leasing de Equipamentos;
- Agropecuário;
- Instituições Financeiras;
- Varejistas de Alimentos e Farmácias;
- Produtos de Consumo Alimentício;
- Food Service;
- Produtos Florestais;
- Saúde;
- Móveis;

- Hotelaria;
- Equipamento industrial;
- Seguros;
- Entretenimento;
- Metais e minerais;
- Petróleo e gás;
- Publicações;
- Ferroviária;
- Varejistas (exceto de alimentos e farmácias);
- Siderúrgicas;
- Transportes;
- Telecomunicações;
- Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.); e
- Outros.

Garantias:

Todas as operações deverão conter colaterais mínimos de acordo com os itens estabelecidos abaixo:

- CCBs acompanhadas de garantias reais e/ou fidejussórias equivalente a no mínimo 200% (duzentos por cento) do valor da operação;
- CCBs com garantias reais equivalentes a no mínimo 100% (cem por cento) do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis;
 - (i) Quando houver alienação fiduciária de imóveis ou hipotecas, a mesma deverá estar cedida em 1º grau de cessão através da verificação em cartório de registro de imóveis na comarca do Sacado; e
 - (ii) Quando houver alienação fiduciária de estoque, os sócios deverão ser nomeados fiéis depositários da operação
- O Fundo deverá manter no mínimo 40% (quarenta por cento) do valor alocado em Direitos de Crédito garantidos por duplicatas, cheques e/ou recursos depositados na Conta Vinculada;
 - (i) Todo o Fluxo de Recebimento das garantias é circulado em Conta Vinculada do Sacado, gerida pelo Banco emissor da CCB e penhorada para a Cédula. Dentre as possibilidades de recebimento, o gestor poderá optar por três modalidades: trava bancária, domicílio bancário ou boleto de cobrança, conforme o caso e os riscos de cada operação.

O fluxo de garantias estará sempre segregado da gestão do emitente da CCB, sendo assegurado, que a gestão tanto do recebimento via boleto quanto da Conta Vinculada estará sob a gestão do Banco registrador e custodiante da CCB.

No caso de duplicatas originadas por empresas consideradas Corporate e Large Corporate, pode haver concentração de até 100% (cem por cento) em um único cliente.

Nos demais casos, ou seja, duplicatas originadas por empresas consideradas de médio e pequeno porte, o volume de duplicatas de uma mesma empresa cedidas por CCB deverá ser de no máximo 25% (vinte e cinco por cento).

Prazo:

As operações deverão ser aprovadas sempre observando os limites de prazos estabelecidos no Regulamento, principalmente no caso de revolvência.

- o prazo de vencimento das CCBs deve ser de no máximo 3 (três) anos, contados da data da formalização da respectiva cessão ou o prazo da série mais longa de Quotas Seniores em circulação, o que ocorrer antes; e
- o Fundo deverá observar que o prazo médio ponderado de vencimento da carteira de Direitos de Crédito deverá ser igual ou inferior a 12 (doze) meses, calculado pro forma antes da aquisição pretendida.

Além dos limites estabelecidos no Regulamento, dentro do processo de concessão de crédito os prazos serão determinados por operação, devendo ser:

- 90% (noventa por cento) das CCBs deverão ser concedidas sem carência; e
- Os pagamentos deverão ocorrer via parcelas mensais de principal acrescido de juros, através do Sistema de Amortização Constante, salvo operações chamadas “auto liquidáveis” pelo pagamento da garantia, geralmente de prazo entre 40 e 45 dias.

III. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar, positiva ou negativamente, a Avaliação de Risco de Crédito. Estes são informados pelo gerente comercial que origina um documento referente aos critérios abaixo para futura análise do Comitê de Crédito do Gestor.

Qualidade dos sócios e avalistas

A Avaliação do Risco do sócio ou avalista poderá substituir a Avaliação do Risco de pessoa jurídica caso a pessoa física se sobreponha à pessoa jurídica.

Comportamento histórico

Comportamento histórico comprovado de pagamentos com outras operações que o Fundo já adquiriu ou que ainda estão em andamento ou em concorrentes do mercado.

Elevada Sazonalidade

No caso de elevado grau de sazonalidade a Avaliação de Risco apurada no balanço anual pode ser mantida, não excluindo a necessária análise dos balancetes.

Estrutura societária

Empresa de porte pequeno ou situação financeira não condizente com o proposto, integrante de Grupo Econômico, pode ter sua nota pautada no consolidado do grupo, desde que a operação seja avalizada pelo controlador na sua pessoa jurídica ou física, quando esta estiver fora dos critérios estabelecidos para Grupo Econômico

Tradição e história

- Período de existência ou de atividade da empresa; e
- Período de participação dos acionistas na empresa.

Contexto econômico-financeiro

Fragilidade ou solidez, decorrente do porte, mercado e região de atuação da empresa. São levados em consideração aspectos mercadológicos como a participação no mercado, concentração por cliente e fornecedor, posicionamento em relação à concorrência, estratégia de médio e longo prazo, etc.

IV. Limite de Crédito

Aprovação do crédito

O processo de aprovação de crédito divide-se em duas instâncias: Comitê de Crédito do Gestor e Comitê de Crédito do Banco Emissor da CCB.

O Comitê de Crédito do Gestor se reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente, sempre que necessário e somente com o intuito de analisar a aprovação de um crédito. São membros do comitê quatro diretores do Gestor, sendo imprescindível que ao menos um dos participantes seja sócio. O Comitê de Crédito do Gestor somente se reúne com a participação de 4 pessoas, sendo que não há suplentes pré-determinados. Se não houver a presença física de algum dos membros, o Comitê de Crédito do Gestor pode se realizar via teleconferência. As operações somente são aprovadas mediante unanimidade dos votos.

O Comitê de Crédito do Gestor analisará a Proposta de Operação de Crédito (“POC”) incluindo todos os documentos relacionados no processo de avaliação de crédito, bem como o valor e prazo da operação e as garantias disponíveis.

As atas das reuniões do Comitê de Crédito do Gestor são arquivadas eletronicamente pelo setor de crédito do Gestor. Estas podem ser acessadas pelos Quotistas do Fundo mediante requisição, além da possibilidade de participação no Comitê de Crédito do Gestor sem poder de voto.

É mandatória a visita de um dos quatro diretores do Gestor ao possível Sacado antes da liberação do Direito de Crédito pelo Cedente.

O Comitê de Crédito do Gestor pode aprovar ou negar a proposta POC. Há também a possibilidade de revisão da proposta em relação aos termos e condições do crédito (valor, taxa e garantias).

Se aprovado, o Sacado deve apresentar a documentação necessária pelo banco custodiante para a abertura da Conta Vinculada que será utilizada para o recebimento dos pagamentos relacionados à CCB.

O Gestor verifica pendências na documentação e envia ao banco custodiante que realiza novo comitê de crédito em seu estabelecimento. Não havendo pendência, é aberta a Conta Vinculada.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses. Os Sacados enviam balancetes de atualização para registro no sistema de análise de risco de crédito do Gestor.

Monitoramento de ativos líquidos como garantia

O monitoramento da operação é diário, e se dá via um sistema desenvolvido internamente de controle das garantias, que são os recebíveis. O Sacado envia as garantias para o Gestor, que realiza a análise referente a crédito, prazo, concentração, etc. São excluídas as garantias negadas e as garantias elegíveis são enviadas pelo Gestor ao custodiante da CCB para ser depositado na Conta Vinculada do Sacado. É analisado o montante a ser liquidado até o próximo pagamento. Caso o valor cubra a parcela, 100% (cem por cento) dos recursos em conta são liberados. Diariamente, o sistema recebe dos bancos emissores das CCBs arquivos com os dados das Contas Vinculadas dos clientes, aonde constam saldo da conta, títulos liquidados e títulos vencidos e não pagos. Somente os sócios têm autorização para liberar os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas.

Monitoramento de ativos não líquidos

Uma vez que as garantias sejam compostas por ativos de menor liquidez, o monitoramento se dará por meio de avaliações, segundo os seguintes critérios:

- **Estoque:** o Sacado deve enviar relatórios trimestrais atestando o valor patrimonial do estoque cedido fiduciariamente como garantia da CCB e a localização do estoque. Este relatório deve contar com assinatura do Diretor Financeiro da empresa;
- **Hipoteca:** avaliação performada quando da emissão da CCB, que deve ser atualizada anualmente até amortização total do crédito;
- **Bens Móveis de qualquer natureza:** o valor inicial pode ser obtido por avaliação independente, valor de aquisição deduzido da depreciação ou valor de mercado quando for o caso (Tabela FIPE para carros, por exemplo). Deve ser atualizado anualmente até amortização total do crédito; e
- **Garantias Pessoais:** o “aval” deve ser acompanhado da declaração de Imposto de Renda da pessoa física.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder créditos ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Por meio do Contrato de Custódia e Controladoria de Quotas do Fundo, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia de direitos creditórios, valores mobiliários e ativos financeiros de titularidade do Fundo (“Ativos”); e (ii) de controladoria do Fundo, nas condições previstas no Contrato, no Regulamento do Fundo e na legislação em vigor.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos Ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses Ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

Pela prestação dos serviços de Custódia e Controladoria de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o Custodiante receberá a remuneração de 0,50% (cinco décimos por cento) ao ano, calculada diariamente sobre o Patrimônio Líquido (soma algébrica do disponível com o valor da Carteira do Fundo, mais os valores a receber, menos as exigibilidades).

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, o Gestor se obrigou a prestar serviços de gestão da carteira do Fundo, bem como o de prestação de serviços de análise e seleção dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo nos termos do Regulamento, bem como na cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que não forem pagos nas respectivas datas de vencimento.

A Gestora receberá pela prestação de serviços ao Fundo o valor equivalente a 1,0% (um por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente.

Sem prejuízo do previsto no parágrafo anterior, o Gestor deverá ser reembolsado pelo Fundo de todos os custos e despesas incorridos com os serviços estabelecidos no Contrato de Gestão, incluindo, mas não se limitando, às despesas de viagem razoavelmente incorridas, honorários advocatícios, custas judiciais e emolumentos de cartórios de protesto.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das quotas Subordinadas Classe C do Fundo.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$57.470 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais), a ser paga pela Administradora, em nome do Fundo.

CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:
 - Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
 - Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
 - Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e
- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pelo prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração anual de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais).

Não foi identificado quaisquer eventos nos contratos firmados pelo Fundo que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora e o Gestor receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 1% (um por cento) respectivamente, sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurados diariamente e cobrados mensalmente, sendo calculada e provisionada todo dia útil (“Taxa de Administração”), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \{[(tx + RG)/252]\} \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração

tx: Remuneração da Administradora de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento.

RG: Remuneração do Gestor de 1% (um por cento) ao ano.

A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente ao Gestor a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe nos termos do parágrafo acima.

A Administradora não receberá taxa de performance, nem qualquer outra remuneração, além da Taxa de Administração.

Caso seja deliberado Evento de Liquidação, a remuneração do Gestor não será mais devida até que o Fundo seja liquidado.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;

- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta do Fundo;
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do art. 31 da Instrução CVM 356; e
- (l) despesas com a contratação e a remuneração da Agência de Classificação de Risco.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

Durante a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a remuneração do Gestor estabelecida acima não será devida.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO DA CARTEIRA DO FUNDO

HISTÓRICO

Deste o início de suas operações até a data deste Prospecto, o Fundo apresentou um excelente desempenho, atingindo as metas de rendimento prioritário e com substancial crescimento do patrimônio líquido. Dentre os indicadores que atestam este desempenho, destacam-se:

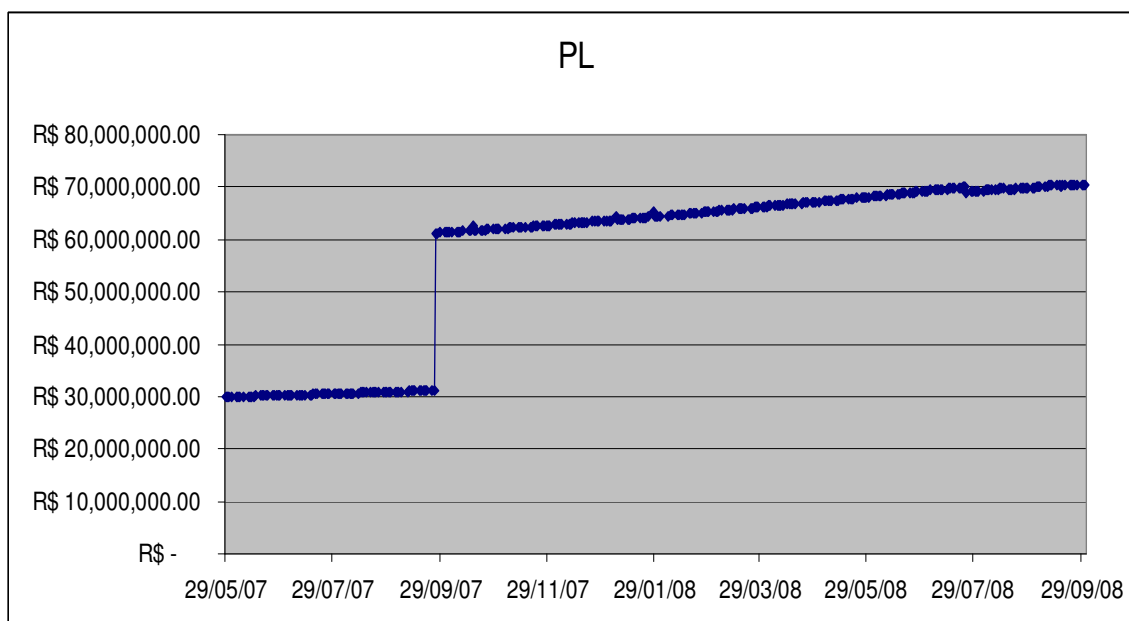
- **Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido do Fundo alcançou R\$70.551.240,53 (setenta milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos) em 01 de outubro de 2008.
- **Razão de Garantia:** A razão de garantia se manteve em patamares bastante satisfatórios, ficando em 152,92% em 01 de outubro de 2008.

EVENTO DE AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

Até a data de início da presente Oferta, o Fundo não havia realizado amortizações e/ou resgate de Quotas.

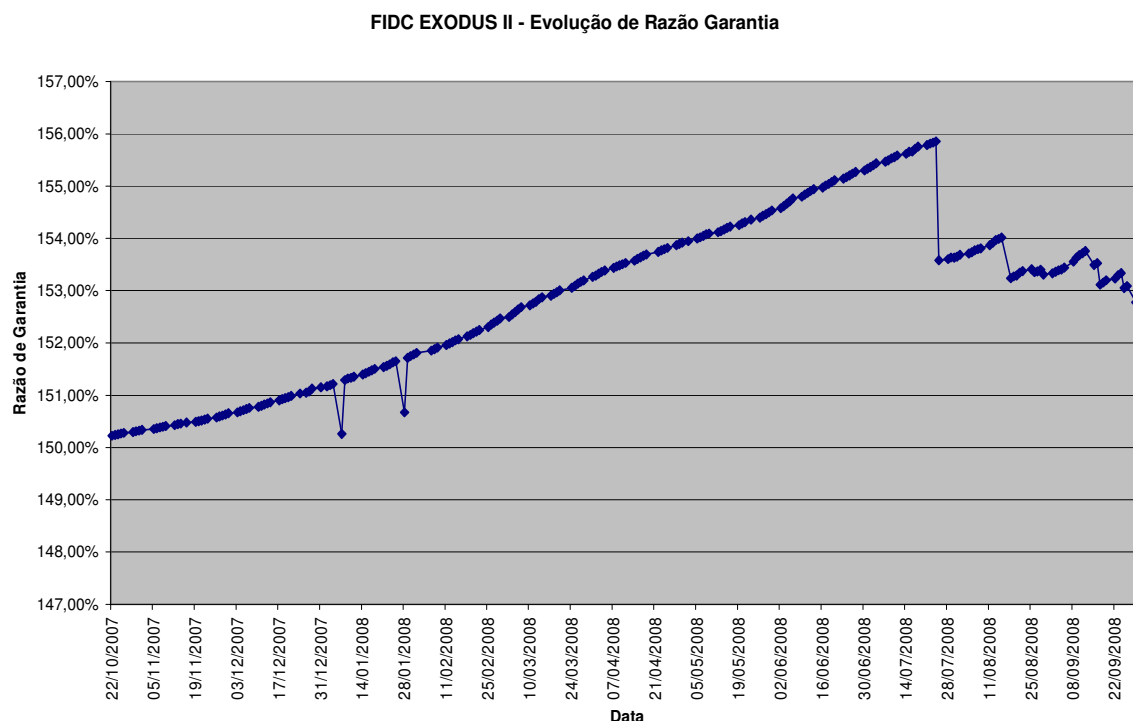
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

O gráfico abaixo apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Fundo desde sua constituição até 01 de outubro de 2008:



EVOLUÇÃO DA RAZÃO DE GARANTIA

O gráfico abaixo apresenta a evolução da Razão de Garantia do Fundo até 01 de outubro de 2008:



DESEMPENHO DA CARTEIRA DO FUNDO

A tabela abaixo apresenta a evolução da rentabilidade da Carteira do Fundo, nos períodos indicados:

Rentabilidade Histórica

DATA	PL 1ª Emissão Senior	PL Subordinada A	PL Subordinada B	PL 2ª Emissão Senior	PL	Razão Garantia
29/05/2007	R\$ 20.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 7.500.000,00		R\$ 30.000.000,00	150,00%
30/05/2007	R\$ 20.010.191,83	R\$ 2.496.222,32	R\$ 7.497.733,45		R\$ 30.004.147,60	149,94%
31/05/2007	R\$ 20.020.381,09	R\$ 2.495.168,80	R\$ 7.497.100,97		R\$ 30.012.650,86	149,91%
01/06/2007	R\$ 20.030.591,09	R\$ 2.493.452,98	R\$ 7.496.070,84		R\$ 30.020.114,91	149,87%
04/06/2007	R\$ 20.040.806,29	R\$ 2.491.736,57	R\$ 7.495.040,13		R\$ 30.027.582,99	149,83%
05/06/2007	R\$ 20.051.026,71	R\$ 2.490.210,00	R\$ 7.494.123,21		R\$ 30.035.359,92	149,79%
06/06/2007	R\$ 20.061.260,13	R\$ 2.489.505,99	R\$ 7.493.700,27		R\$ 30.044.466,39	149,76%
08/06/2007	R\$ 20.071.483,18	R\$ 2.490.081,26	R\$ 7.494.045,90		R\$ 30.055.610,34	149,74%
11/06/2007	R\$ 20.081.320,59	R\$ 2.493.955,05	R\$ 7.496.373,13		R\$ 30.071.648,77	149,75%
12/06/2007	R\$ 20.091.162,81	R\$ 2.495.097,17	R\$ 7.497.058,94		R\$ 30.083.318,92	149,73%
13/06/2007	R\$ 20.101.002,02	R\$ 2.496.330,85	R\$ 7.497.799,62		R\$ 30.095.132,49	149,72%
14/06/2007	R\$ 20.110.846,05	R\$ 2.497.115,22	R\$ 7.498.270,47		R\$ 30.106.231,74	149,70%
15/06/2007	R\$ 20.120.687,04	R\$ 2.497.908,67	R\$ 7.498.746,72		R\$ 30.117.342,43	149,68%
18/06/2007	R\$ 20.130.532,86	R\$ 2.501.494,87	R\$ 7.500.899,02		R\$ 30.132.926,75	149,69%
19/06/2007	R\$ 20.140.391,34	R\$ 2.502.286,03	R\$ 7.501.373,63		R\$ 30.144.051,00	149,67%
20/06/2007	R\$ 20.150.254,66	R\$ 2.501.901,29	R\$ 7.501.142,85		R\$ 30.153.298,80	149,64%
21/06/2007	R\$ 20.160.114,94	R\$ 2.502.967,89	R\$ 7.501.782,65		R\$ 30.164.865,48	149,63%
22/06/2007	R\$ 20.169.980,05	R\$ 2.504.238,38	R\$ 7.502.544,65		R\$ 30.176.763,08	149,61%
25/06/2007	R\$ 20.179.849,98	R\$ 2.509.106,10	R\$ 7.505.463,70		R\$ 30.194.419,78	149,63%
26/06/2007	R\$ 20.189.724,74	R\$ 2.509.227,33	R\$ 7.505.536,35		R\$ 30.204.488,42	149,60%
27/06/2007	R\$ 20.199.604,34	R\$ 2.510.656,19	R\$ 7.506.392,66		R\$ 30.216.653,19	149,59%
28/06/2007	R\$ 20.209.488,77	R\$ 2.511.908,81	R\$ 7.507.143,21		R\$ 30.228.540,79	149,58%

29/06/2007	R\$ 20.219.385,92	R\$ 2.513.859,22	R\$ 7.508.311,68		R\$ 30.241.556,82	149,57%
02/07/2007	R\$ 20.229.303,71	R\$ 2.518.142,06	R\$ 7.510.876,83		R\$ 30.258.322,60	149,58%
03/07/2007	R\$ 20.239.218,46	R\$ 2.520.086,06	R\$ 7.512.040,53		R\$ 30.271.345,05	149,57%
04/07/2007	R\$ 20.249.130,18	R\$ 2.522.031,48	R\$ 7.513.204,80		R\$ 30.284.366,46	149,56%
05/07/2007	R\$ 20.259.046,75	R\$ 2.523.980,63	R\$ 7.514.371,00		R\$ 30.297.398,38	149,55%
06/07/2007	R\$ 20.268.968,17	R\$ 2.525.065,10	R\$ 7.515.019,69		R\$ 30.309.052,96	149,53%
09/07/2007	R\$ 20.278.902,37	R\$ 2.529.013,23	R\$ 7.517.381,00		R\$ 30.325.296,60	149,54%
10/07/2007	R\$ 20.288.849,35	R\$ 2.533.881,91	R\$ 7.520.291,42		R\$ 30.343.022,68	149,56%
11/07/2007	R\$ 20.298.785,37	R\$ 2.532.089,16	R\$ 7.519.220,40		R\$ 30.350.094,93	149,52%
12/07/2007	R\$ 20.308.734,18	R\$ 2.534.945,66	R\$ 7.520.927,31		R\$ 30.364.607,15	149,52%
13/07/2007	R\$ 20.318.679,94	R\$ 2.537.308,73	R\$ 7.522.338,86		R\$ 30.378.327,53	149,51%
16/07/2007	R\$ 20.328.622,63	R\$ 2.541.579,58	R\$ 7.524.889,22		R\$ 30.395.091,43	149,52%
17/07/2007	R\$ 20.338.570,20	R\$ 2.543.268,39	R\$ 7.525.897,16		R\$ 30.407.735,75	149,51%
18/07/2007	R\$ 20.348.522,63	R\$ 2.546.124,71	R\$ 7.527.601,54		R\$ 30.422.248,88	149,51%
19/07/2007	R\$ 20.358.495,81	R\$ 2.548.983,83	R\$ 7.529.306,98		R\$ 30.436.786,62	149,50%
20/07/2007	R\$ 20.368.051,72	R\$ 2.551.782,06	R\$ 7.530.975,49		R\$ 30.450.809,27	149,50%
23/07/2007	R\$ 20.377.628,10	R\$ 2.558.470,57	R\$ 7.534.962,26		R\$ 30.471.060,93	149,53%
24/07/2007	R\$ 20.387.216,96	R\$ 2.560.053,86	R\$ 7.535.905,21		R\$ 30.483.176,03	149,52%
25/07/2007	R\$ 20.396.818,33	R\$ 2.562.538,88	R\$ 7.537.384,89		R\$ 30.496.742,10	149,52%
26/07/2007	R\$ 20.406.416,22	R\$ 2.565.437,98	R\$ 7.539.110,59		R\$ 30.510.964,79	149,52%
27/07/2007	R\$ 20.416.010,63	R\$ 2.568.166,08	R\$ 7.540.733,91		R\$ 30.524.910,62	149,51%
30/07/2007	R\$ 20.425.617,55	R\$ 2.573.593,18	R\$ 7.543.962,12		R\$ 30.543.172,85	149,53%
31/07/2007	R\$ 20.435.229,00	R\$ 2.576.636,57	R\$ 7.545.771,20		R\$ 30.557.636,77	149,53%
01/08/2007	R\$ 20.444.836,95	R\$ 2.579.687,20	R\$ 7.547.583,88		R\$ 30.572.108,03	149,53%
02/08/2007	R\$ 20.454.457,44	R\$ 2.582.696,48	R\$ 7.549.371,31		R\$ 30.586.525,23	149,53%
03/08/2007	R\$ 20.464.090,48	R\$ 2.585.803,99	R\$ 7.551.216,39		R\$ 30.601.110,86	149,54%
06/08/2007	R\$ 20.473.736,07	R\$ 2.592.593,64	R\$ 7.555.246,16		R\$ 30.621.575,87	149,57%
07/08/2007	R\$ 20.483.386,21	R\$ 2.594.573,36	R\$ 7.556.420,16		R\$ 30.634.379,73	149,56%
08/08/2007	R\$ 20.493.024,84	R\$ 2.597.683,41	R\$ 7.558.264,01		R\$ 30.648.972,26	149,56%
09/08/2007	R\$ 20.502.659,97	R\$ 2.602.124,95	R\$ 7.560.896,22		R\$ 30.665.681,14	149,57%
10/08/2007	R\$ 20.512.291,59	R\$ 2.605.262,35	R\$ 7.562.754,53		R\$ 30.680.308,47	149,57%
13/08/2007	R\$ 20.521.935,78	R\$ 2.612.514,91	R\$ 7.567.048,60		R\$ 30.701.499,29	149,60%
14/08/2007	R\$ 20.531.576,45	R\$ 2.615.566,94	R\$ 7.568.854,01		R\$ 30.715.997,40	149,60%
15/08/2007	R\$ 20.541.229,71	R\$ 2.617.592,57	R\$ 7.570.051,80		R\$ 30.728.874,08	149,60%
16/08/2007	R\$ 20.550.879,45	R\$ 2.621.092,05	R\$ 7.572.120,58		R\$ 30.744.092,08	149,60%
17/08/2007	R\$ 20.560.533,72	R\$ 2.624.636,27	R\$ 7.574.214,90		R\$ 30.759.384,89	149,60%
20/08/2007	R\$ 20.570.200,59	R\$ 2.628.279,91	R\$ 7.576.367,02		R\$ 30.774.847,52	149,61%
21/08/2007	R\$ 20.579.872,00	R\$ 2.631.497,67	R\$ 7.578.266,73		R\$ 30.789.636,40	149,61%
22/08/2007	R\$ 20.589.539,89	R\$ 2.633.600,52	R\$ 7.579.507,72		R\$ 30.802.648,13	149,60%
23/08/2007	R\$ 20.599.212,33	R\$ 2.638.099,44	R\$ 7.582.162,06		R\$ 30.819.473,83	149,61%
24/08/2007	R\$ 20.608.881,23	R\$ 2.641.944,32	R\$ 7.584.429,26		R\$ 30.835.254,81	149,62%
27/08/2007	R\$ 20.618.570,83	R\$ 2.652.983,67	R\$ 7.590.935,72		R\$ 30.862.490,22	149,68%
28/08/2007	R\$ 20.628.256,90	R\$ 2.656.932,37	R\$ 7.593.259,87		R\$ 30.878.449,14	149,69%
29/08/2007	R\$ 20.637.947,52	R\$ 2.661.112,92	R\$ 7.595.719,28		R\$ 30.894.779,72	149,70%
30/08/2007	R\$ 20.647.642,69	R\$ 2.662.656,51	R\$ 7.596.626,90		R\$ 30.906.926,10	149,69%
31/08/2007	R\$ 20.657.342,42	R\$ 2.666.898,45	R\$ 7.599.120,67		R\$ 30.923.361,54	149,70%
03/09/2007	R\$ 20.667.095,30	R\$ 2.671.328,46	R\$ 7.601.723,65		R\$ 30.940.147,41	149,71%
04/09/2007	R\$ 20.676.877,08	R\$ 2.676.362,88	R\$ 7.604.680,17		R\$ 30.957.920,13	149,72%
05/09/2007	R\$ 20.686.614,86	R\$ 2.681.309,76	R\$ 7.607.583,49		R\$ 30.975.508,11	149,74%
06/09/2007	R\$ 20.696.341,01	R\$ 2.684.760,81	R\$ 7.609.607,68		R\$ 30.990.709,50	149,74%
10/09/2007	R\$ 20.705.884,89	R\$ 2.689.961,08	R\$ 7.612.656,57		R\$ 31.008.502,54	149,76%
11/09/2007	R\$ 20.715.433,17	R\$ 2.695.817,41	R\$ 7.616.087,93		R\$ 31.027.338,51	149,78%
12/09/2007	R\$ 20.724.977,71	R\$ 2.701.243,93	R\$ 7.619.265,18		R\$ 31.045.486,82	149,80%
13/09/2007	R\$ 20.734.518,50	R\$ 2.707.479,74	R\$ 7.622.913,86		R\$ 31.064.912,10	149,82%
14/09/2007	R\$ 20.744.055,54	R\$ 2.713.774,08	R\$ 7.626.594,00		R\$ 31.084.423,62	149,85%
17/09/2007	R\$ 20.753.605,12	R\$ 2.719.939,54	R\$ 7.630.196,03		R\$ 31.103.740,69	149,87%
18/09/2007	R\$ 20.763.150,94	R\$ 2.726.172,68	R\$ 7.633.834,89		R\$ 31.123.158,51	149,90%
19/09/2007	R\$ 20.772.709,31	R\$ 2.732.142,23	R\$ 7.637.317,24		R\$ 31.142.168,78	149,92%
20/09/2007	R\$ 20.782.255,75	R\$ 2.738.169,15	R\$ 7.640.830,51		R\$ 31.161.255,41	149,94%
21/09/2007	R\$ 20.791.798,41	R\$ 2.743.344,62	R\$ 7.643.845,25		R\$ 31.178.988,28	149,96%
24/09/2007	R\$ 20.801.345,45	R\$ 2.749.255,53	R\$ 7.647.286,24		R\$ 31.197.887,22	149,98%
25/09/2007	R\$ 20.810.888,69	R\$ 2.755.238,21	R\$ 7.650.766,54		R\$ 31.216.893,44	150,00%
26/09/2007	R\$ 20.820.436,32	R\$ 5.261.292,95	R\$ 15.154.286,23	R\$ 20.000.000,00	R\$ 61.236.015,50	150,01%
27/09/2007	R\$ 20.829.996,51	R\$ 5.270.404,75	R\$ 15.159.663,94	R\$ 20.009.183,47	R\$ 61.269.248,67	150,03%

28/09/2007	R\$ 20.839.569,28	R\$ 5.279.178,94	R\$ 15.164.839,48	R\$ 20.018.379,02	R\$ 61.301.966,72	150,04%
01/10/2007	R\$ 20.849.162,82	R\$ 5.288.224,14	R\$ 15.170.171,98	R\$ 20.027.594,53	R\$ 61.335.153,47	150,05%
02/10/2007	R\$ 20.858.760,79	R\$ 5.297.196,79	R\$ 15.175.458,75	R\$ 20.036.814,28	R\$ 61.368.230,61	150,06%
03/10/2007	R\$ 20.868.363,17	R\$ 5.306.176,91	R\$ 15.180.747,00	R\$ 20.046.038,28	R\$ 61.401.325,36	150,07%
04/10/2007	R\$ 20.877.961,77	R\$ 5.315.166,78	R\$ 15.186.038,07	R\$ 20.055.258,64	R\$ 61.434.425,26	150,08%
05/10/2007	R\$ 20.887.564,79	R\$ 5.323.905,45	R\$ 15.191.178,44	R\$ 20.064.483,25	R\$ 61.467.131,93	150,10%
08/10/2007	R\$ 20.897.172,20	R\$ 5.333.183,39	R\$ 15.196.633,09	R\$ 20.073.712,20	R\$ 61.500.700,88	150,11%
09/10/2007	R\$ 20.906.784,00	R\$ 5.342.393,80	R\$ 15.202.044,96	R\$ 20.082.945,20	R\$ 61.534.167,96	150,12%
10/10/2007	R\$ 20.916.400,40	R\$ 5.351.899,31	R\$ 15.207.627,07	R\$ 20.092.182,60	R\$ 61.568.109,38	150,13%
11/10/2007	R\$ 20.926.021,00	R\$ 5.361.127,65	R\$ 15.213.043,26	R\$ 20.101.424,20	R\$ 61.601.616,11	150,15%
15/10/2007	R\$ 20.935.646,20	R\$ 5.370.939,76	R\$ 15.218.798,82	R\$ 20.110.670,00	R\$ 61.636.054,78	150,16%
16/10/2007	R\$ 20.945.284,00	R\$ 5.381.014,60	R\$ 15.224.704,95	R\$ 20.119.928,00	R\$ 61.670.931,55	150,18%
17/10/2007	R\$ 20.954.926,20	R\$ 5.390.988,97	R\$ 15.230.548,58	R\$ 20.954.926,20	R\$ 62.531.389,95	149,20%
18/10/2007	R\$ 20.964.548,20	R\$ 5.399.785,92	R\$ 15.235.699,27	R\$ 20.138.433,00	R\$ 61.738.466,39	150,20%
19/10/2007	R\$ 20.974.182,80	R\$ 5.409.244,95	R\$ 15.241.234,65	R\$ 20.147.688,00	R\$ 61.772.350,40	150,22%
22/10/2007	R\$ 20.983.830,00	R\$ 5.417.395,35	R\$ 15.246.001,48	R\$ 20.156.955,00	R\$ 61.804.181,83	150,23%
23/10/2007	R\$ 20.993.490,00	R\$ 5.426.651,00	R\$ 15.251.412,04	R\$ 20.166.234,40	R\$ 61.837.787,44	150,24%
24/10/2007	R\$ 21.003.146,00	R\$ 5.436.049,34	R\$ 15.256.902,92	R\$ 20.175.510,00	R\$ 61.871.608,26	150,25%
25/10/2007	R\$ 21.012.815,00	R\$ 5.446.160,55	R\$ 15.262.806,92	R\$ 20.184.797,80	R\$ 61.906.580,27	150,27%
26/10/2007	R\$ 21.022.488,20	R\$ 5.455.447,58	R\$ 15.268.226,36	R\$ 20.194.090,00	R\$ 61.940.252,14	150,28%
29/10/2007	R\$ 21.032.157,80	R\$ 5.465.143,90	R\$ 15.273.881,47	R\$ 20.203.378,40	R\$ 61.974.561,57	150,29%
30/10/2007	R\$ 21.041.840,00	R\$ 5.474.953,20	R\$ 15.279.599,12	R\$ 20.212.679,20	R\$ 62.009.071,52	150,31%
31/10/2007	R\$ 21.051.518,40	R\$ 5.484.681,11	R\$ 15.285.265,96	R\$ 20.221.976,20	R\$ 62.043.441,67	150,32%
01/11/2007	R\$ 21.061.184,60	R\$ 5.494.540,11	R\$ 15.291.005,80	R\$ 20.231.261,60	R\$ 62.077.992,11	150,34%
05/11/2007	R\$ 21.070.863,60	R\$ 5.504.356,92	R\$ 15.296.717,68	R\$ 20.240.559,20	R\$ 62.112.497,40	150,35%
06/11/2007	R\$ 21.080.555,40	R\$ 5.514.280,47	R\$ 15.302.488,27	R\$ 20.249.869,00	R\$ 62.147.193,14	150,37%
07/11/2007	R\$ 21.090.251,60	R\$ 5.524.428,56	R\$ 15.308.385,91	R\$ 20.259.183,20	R\$ 62.182.249,27	150,38%
08/11/2007	R\$ 21.099.952,20	R\$ 5.534.287,99	R\$ 15.314.112,30	R\$ 20.268.501,60	R\$ 62.216.854,09	150,40%
09/11/2007	R\$ 21.109.649,00	R\$ 5.544.068,32	R\$ 15.319.789,39	R\$ 20.277.816,20	R\$ 62.251.322,91	150,41%
12/11/2007	R\$ 21.119.350,40	R\$ 5.554.478,85	R\$ 15.325.828,76	R\$ 20.287.135,20	R\$ 62.286.793,21	150,43%
13/11/2007	R\$ 21.129.064,40	R\$ 5.564.958,37	R\$ 15.331.904,37	R\$ 20.296.466,60	R\$ 62.322.393,74	150,44%
14/11/2007	R\$ 21.138.799,60	R\$ 5.574.893,64	R\$ 15.337.660,83	R\$ 20.305.818,00	R\$ 62.357.172,07	150,46%
16/11/2007	R\$ 21.148.522,60	R\$ 5.585.473,28	R\$ 15.343.787,01	R\$ 20.315.157,80	R\$ 62.392.940,69	150,48%
19/11/2007	R\$ 21.158.241,60	R\$ 5.595.167,04	R\$ 15.349.396,69	R\$ 20.324.494,00	R\$ 62.427.299,33	150,49%
20/11/2007	R\$ 21.167.990,20	R\$ 5.605.546,23	R\$ 15.355.399,55	R\$ 20.333.858,40	R\$ 62.462.794,38	150,51%
21/11/2007	R\$ 21.177.743,40	R\$ 5.614.499,43	R\$ 15.360.574,49	R\$ 20.343.227,20	R\$ 62.496.044,52	150,52%
22/11/2007	R\$ 21.187.500,80	R\$ 5.625.438,02	R\$ 15.366.893,62	R\$ 20.352.600,20	R\$ 62.532.432,64	150,54%
23/11/2007	R\$ 21.197.254,60	R\$ 5.635.402,15	R\$ 15.372.646,08	R\$ 20.361.969,60	R\$ 62.567.272,43	150,55%
26/11/2007	R\$ 21.206.996,20	R\$ 5.647.922,20	R\$ 15.379.869,85	R\$ 20.371.327,20	R\$ 62.606.115,45	150,57%
27/11/2007	R\$ 21.216.750,40	R\$ 5.658.861,73	R\$ 15.386.177,03	R\$ 20.380.697,20	R\$ 62.642.486,36	150,59%
28/11/2007	R\$ 21.226.526,00	R\$ 5.670.086,01	R\$ 15.392.644,21	R\$ 20.390.087,60	R\$ 62.679.343,82	150,61%
29/11/2007	R\$ 21.236.289,40	R\$ 5.681.527,19	R\$ 15.399.231,99	R\$ 20.399.466,20	R\$ 62.716.514,78	150,63%
30/11/2007	R\$ 21.246.048,80	R\$ 5.694.169,73	R\$ 15.406.506,60	R\$ 20.408.841,20	R\$ 62.755.566,33	150,66%
03/12/2007	R\$ 21.255.829,60	R\$ 5.704.960,91	R\$ 15.412.711,32	R\$ 20.418.236,40	R\$ 62.791.738,23	150,67%
04/12/2007	R\$ 21.265.623,00	R\$ 5.716.371,86	R\$ 15.419.268,24	R\$ 20.427.644,00	R\$ 62.828.907,10	150,69%
05/12/2007	R\$ 21.275.421,00	R\$ 5.727.853,53	R\$ 15.425.861,37	R\$ 20.437.056,00	R\$ 62.866.191,90	150,71%
06/12/2007	R\$ 21.285.232,00	R\$ 5.739.715,62	R\$ 15.432.668,37	R\$ 20.446.480,20	R\$ 62.904.096,19	150,73%
07/12/2007	R\$ 21.295.030,60	R\$ 5.751.710,14	R\$ 15.439.546,60	R\$ 20.455.892,80	R\$ 62.942.180,14	150,76%
10/12/2007	R\$ 21.304.817,20	R\$ 5.763.245,88	R\$ 15.446.157,11	R\$ 20.465.293,60	R\$ 62.979.513,79	150,78%
11/12/2007	R\$ 21.314.616,60	R\$ 5.775.073,97	R\$ 15.452.930,58	R\$ 20.474.706,80	R\$ 63.017.327,95	150,80%
12/12/2007	R\$ 21.324.403,60	R\$ 5.787.413,68	R\$ 15.459.992,17	R\$ 20.484.108,40	R\$ 63.055.917,85	150,82%
13/12/2007	R\$ 21.334.195,20	R\$ 5.799.771,47	R\$ 15.467.059,03	R\$ 20.493.514,00	R\$ 63.094.539,70	150,84%
14/12/2007	R\$ 21.343.983,00	R\$ 5.812.402,62	R\$ 15.474.277,03	R\$ 20.502.916,00	R\$ 63.133.578,65	150,87%
17/12/2007	R\$ 21.353.775,20	R\$ 5.827.719,03	R\$ 15.483.023,10	R\$ 20.512.322,40	R\$ 63.176.839,73	150,90%
18/12/2007	R\$ 21.363.571,80	R\$ 5.839.774,93	R\$ 15.489.901,22	R\$ 20.521.733,00	R\$ 63.214.980,95	150,92%
19/12/2007	R\$ 21.373.381,40	R\$ 5.851.237,11	R\$ 15.496.436,06	R\$ 20.531.156,20	R\$ 63.252.210,77	150,94%
20/12/2007	R\$ 21.383.204,00	R\$ 5.862.910,44	R\$ 15.503.086,88	R\$ 20.540.591,60	R\$ 63.289.792,92	150,96%
21/12/2007	R\$ 21.393.022,60	R\$ 5.875.502,14	R\$ 15.510.256,10	R\$ 20.550.023,20	R\$ 63.328.804,04	150,99%
24/12/2007	R\$ 21.402.879,20	R\$ 5.893.727,04	R\$ 15.520.625,13	R\$ 20.559.491,60	R\$ 63.376.722,97	151,03%
26/12/2007	R\$ 21.412.740,60	R\$ 5.904.489,13	R\$ 15.526.741,80	R\$ 20.568.964,20	R\$ 63.412.935,73	151,05%
27/12/2007	R\$ 21.422.589,60	R\$ 5.916.840,55	R\$ 15.533.757,43	R\$ 20.578.425,20	R\$ 63.451.612,78	151,07%
28/12/2007	R\$ 21.432.443,00	R\$ 5.938.013,90	R\$ 15.545.775,43	R\$ 20.587.890,40	R\$ 63.504.122,73	151,13%
31/12/2007	R\$ 21.442.309,60	R\$ 5.950.394,43	R\$ 15.552.794,11	R\$ 20.597.368,00	R\$ 63.542.866,14	151,15%
02/01/2008	R\$ 21.452.180,60	R\$ 5.961.966,91	R\$ 15.559.350,06	R\$ 20.606.850,20	R\$ 63.580.347,77	151,17%

03/01/2008	R\$ 21.462.030,80	R\$ 5.974.970,96	R\$ 15.566.712,15	R\$ 20.616.312,20	R\$ 63.620.026,11	151,19%
04/01/2008	R\$ 21.471.885,60	R\$ 5.986.823,52	R\$ 15.573.417,37	R\$ 20.625.778,80	R\$ 63.657.905,29	151,21%
07/01/2008	R\$ 21.481.702,80	R\$ 6.007.998,47	R\$ 15.585.388,39	R\$ 21.481.702,80	R\$ 64.556.792,46	150,26%
08/01/2008	R\$ 21.491.558,00	R\$ 6.020.022,96	R\$ 15.592.178,13	R\$ 20.644.676,00	R\$ 63.748.435,09	151,29%
09/01/2008	R\$ 21.501.426,40	R\$ 6.034.363,73	R\$ 15.600.270,27	R\$ 20.654.155,40	R\$ 63.790.215,80	151,32%
10/01/2008	R\$ 21.511.307,80	R\$ 6.044.469,80	R\$ 15.605.968,25	R\$ 20.663.647,40	R\$ 63.825.393,25	151,33%
11/01/2008	R\$ 21.521.202,20	R\$ 6.056.704,72	R\$ 15.612.862,57	R\$ 20.673.151,80	R\$ 63.863.921,29	151,36%
14/01/2008	R\$ 21.531.084,00	R\$ 6.073.267,07	R\$ 15.622.188,95	R\$ 20.682.644,40	R\$ 63.909.184,42	151,39%
15/01/2008	R\$ 21.540.970,60	R\$ 6.087.614,50	R\$ 15.630.260,56	R\$ 20.692.141,40	R\$ 63.950.987,06	151,42%
16/01/2008	R\$ 21.550.853,20	R\$ 6.101.084,09	R\$ 15.637.832,20	R\$ 20.701.634,60	R\$ 63.991.404,09	151,45%
17/01/2008	R\$ 21.560.740,20	R\$ 6.114.681,51	R\$ 15.645.469,92	R\$ 20.711.132,00	R\$ 64.032.023,63	151,48%
18/01/2008	R\$ 21.570.623,40	R\$ 6.128.104,26	R\$ 15.653.003,79	R\$ 20.720.625,80	R\$ 64.072.357,25	151,50%
21/01/2008	R\$ 21.580.511,20	R\$ 6.144.564,38	R\$ 15.662.235,52	R\$ 20.730.123,80	R\$ 64.117.434,90	151,54%
22/01/2008	R\$ 21.590.411,80	R\$ 6.157.011,30	R\$ 15.669.210,01	R\$ 20.739.634,40	R\$ 64.156.267,51	151,56%
23/01/2008	R\$ 21.600.317,00	R\$ 6.171.433,02	R\$ 15.677.285,45	R\$ 20.749.149,20	R\$ 64.198.184,67	151,59%
24/01/2008	R\$ 21.610.226,80	R\$ 6.188.212,20	R\$ 15.686.673,40	R\$ 20.758.668,60	R\$ 64.243.781,00	151,63%
25/01/2008	R\$ 21.620.149,80	R\$ 6.200.587,31	R\$ 15.693.590,83	R\$ 20.768.200,40	R\$ 64.282.528,34	151,65%
28/01/2008	R\$ 21.630.077,20	R\$ 6.217.236,51	R\$ 15.702.890,98	R\$ 21.630.077,20	R\$ 65.180.281,89	150,67%
29/01/2008	R\$ 21.640.009,00	R\$ 6.230.992,92	R\$ 15.710.568,16	R\$ 20.787.277,20	R\$ 64.368.847,28	151,72%
30/01/2008	R\$ 21.649.937,00	R\$ 6.246.667,40	R\$ 15.719.309,12	R\$ 20.796.814,00	R\$ 64.412.727,52	151,75%
31/01/2008	R\$ 21.659.878,20	R\$ 6.261.795,17	R\$ 15.727.737,90	R\$ 20.806.363,40	R\$ 64.455.774,67	151,78%
01/02/2008	R\$ 21.669.832,40	R\$ 6.276.332,02	R\$ 15.735.830,68	R\$ 20.815.925,20	R\$ 64.497.920,30	151,81%
06/02/2008	R\$ 21.679.782,60	R\$ 6.294.787,50	R\$ 15.746.096,77	R\$ 20.825.483,40	R\$ 64.546.150,27	151,85%
07/02/2008	R\$ 21.689.745,80	R\$ 6.308.886,87	R\$ 15.753.931,77	R\$ 20.835.054,00	R\$ 64.587.618,44	151,88%
08/02/2008	R\$ 21.699.705,20	R\$ 6.323.534,37	R\$ 15.762.065,07	R\$ 20.844.621,00	R\$ 64.629.925,64	151,91%
11/02/2008	R\$ 21.709.660,60	R\$ 6.342.965,34	R\$ 15.772.845,83	R\$ 20.854.184,00	R\$ 64.679.655,77	151,96%
12/02/2008	R\$ 21.719.629,00	R\$ 6.357.694,07	R\$ 15.781.009,00	R\$ 20.863.759,80	R\$ 64.722.091,87	151,99%
13/02/2008	R\$ 21.729.602,20	R\$ 6.371.537,32	R\$ 15.788.675,25	R\$ 20.873.339,80	R\$ 64.763.154,57	152,02%
14/02/2008	R\$ 21.739.571,20	R\$ 6.386.884,47	R\$ 15.797.167,93	R\$ 20.882.916,20	R\$ 64.806.539,80	152,05%
15/02/2008	R\$ 21.749.536,40	R\$ 6.400.473,64	R\$ 15.804.681,52	R\$ 20.892.488,60	R\$ 64.847.180,16	152,07%
18/02/2008	R\$ 21.759.497,60	R\$ 6.421.670,42	R\$ 15.816.392,80	R\$ 20.902.057,20	R\$ 64.899.618,02	152,13%
19/02/2008	R\$ 21.769.471,80	R\$ 6.436.133,30	R\$ 15.824.374,40	R\$ 20.911.638,40	R\$ 64.941.617,90	152,16%
20/02/2008	R\$ 21.779.442,20	R\$ 6.451.463,73	R\$ 15.832.828,16	R\$ 20.921.215,80	R\$ 64.984.949,89	152,19%
21/02/2008	R\$ 21.789.417,00	R\$ 6.466.457,98	R\$ 15.841.089,70	R\$ 20.930.797,60	R\$ 65.027.762,28	152,22%
22/02/2008	R\$ 21.799.387,80	R\$ 6.481.321,85	R\$ 15.849.272,78	R\$ 20.940.375,60	R\$ 65.070.358,03	152,25%
25/02/2008	R\$ 21.809.371,80	R\$ 6.503.563,85	R\$ 15.861.507,98	R\$ 20.949.966,20	R\$ 65.124.409,83	152,30%
26/02/2008	R\$ 21.819.360,40	R\$ 6.523.680,59	R\$ 15.872.560,87	R\$ 20.959.561,20	R\$ 65.175.163,06	152,35%
27/02/2008	R\$ 21.829.362,00	R\$ 6.541.109,65	R\$ 15.882.126,73	R\$ 20.969.168,60	R\$ 65.221.766,98	152,39%
28/02/2008	R\$ 21.839.368,40	R\$ 6.557.053,91	R\$ 15.890.869,50	R\$ 20.978.780,60	R\$ 65.266.072,41	152,43%
29/02/2008	R\$ 21.849.387,80	R\$ 6.575.404,30	R\$ 15.900.923,08	R\$ 20.988.405,40	R\$ 65.314.120,58	152,47%
03/03/2008	R\$ 21.859.412,00	R\$ 6.589.986,70	R\$ 15.908.904,49	R\$ 20.998.034,40	R\$ 65.356.337,59	152,50%
04/03/2008	R\$ 21.869.457,80	R\$ 6.610.878,44	R\$ 15.920.330,33	R\$ 21.007.684,40	R\$ 65.408.350,97	152,55%
05/03/2008	R\$ 21.879.499,60	R\$ 6.628.544,19	R\$ 15.929.981,13	R\$ 21.017.330,60	R\$ 65.455.355,52	152,59%
06/03/2008	R\$ 21.889.537,60	R\$ 6.650.091,27	R\$ 15.941.741,29	R\$ 21.026.973,00	R\$ 65.508.343,16	152,64%
07/03/2008	R\$ 21.899.580,00	R\$ 6.669.482,47	R\$ 15.952.312,74	R\$ 21.036.619,60	R\$ 65.557.994,81	152,69%
10/03/2008	R\$ 21.909.635,80	R\$ 6.685.695,08	R\$ 15.961.142,28	R\$ 21.046.279,20	R\$ 65.602.752,36	152,72%
11/03/2008	R\$ 21.919.696,00	R\$ 6.702.030,70	R\$ 15.970.031,22	R\$ 21.055.943,00	R\$ 65.647.700,92	152,76%
12/03/2008	R\$ 21.929.769,60	R\$ 6.718.170,84	R\$ 15.978.806,25	R\$ 21.065.619,60	R\$ 65.692.366,29	152,79%
13/03/2008	R\$ 21.939.830,60	R\$ 6.738.625,24	R\$ 15.989.917,42	R\$ 21.075.284,20	R\$ 65.743.657,46	152,84%
14/03/2008	R\$ 21.949.896,00	R\$ 6.754.973,31	R\$ 15.998.788,45	R\$ 21.084.953,00	R\$ 65.788.610,76	152,87%
17/03/2008	R\$ 21.959.983,60	R\$ 6.771.027,47	R\$ 16.007.492,56	R\$ 21.094.643,00	R\$ 65.833.146,63	152,91%
18/03/2008	R\$ 21.970.067,00	R\$ 6.787.060,08	R\$ 16.016.177,70	R\$ 21.104.329,00	R\$ 65.877.633,78	152,94%
19/03/2008	R\$ 21.980.155,00	R\$ 6.802.910,46	R\$ 16.024.756,95	R\$ 21.114.019,60	R\$ 65.921.842,01	152,97%
20/03/2008	R\$ 21.990.256,40	R\$ 6.818.749,96	R\$ 16.033.323,24	R\$ 21.123.723,00	R\$ 65.966.052,60	153,00%
24/03/2008	R\$ 22.000.371,00	R\$ 6.840.707,45	R\$ 16.045.188,48	R\$ 21.133.439,00	R\$ 66.019.705,93	153,06%
25/03/2008	R\$ 22.010.481,60	R\$ 6.857.735,86	R\$ 16.054.379,71	R\$ 21.143.151,20	R\$ 66.065.748,37	153,09%
26/03/2008	R\$ 22.020.597,00	R\$ 6.876.943,63	R\$ 16.064.738,14	R\$ 21.152.867,80	R\$ 66.115.146,57	153,14%
27/03/2008	R\$ 22.030.708,20	R\$ 6.892.182,02	R\$ 16.072.947,80	R\$ 21.162.580,80	R\$ 66.158.418,82	153,17%
28/03/2008	R\$ 22.040.824,20	R\$ 6.907.094,46	R\$ 16.080.975,55	R\$ 21.172.298,00	R\$ 66.201.192,21	153,20%
31/03/2008	R\$ 22.050.944,60	R\$ 6.933.007,21	R\$ 16.094.914,34	R\$ 21.182.019,80	R\$ 66.260.885,95	153,26%
01/04/2008	R\$ 22.061.121,80	R\$ 6.946.878,82	R\$ 16.102.366,13	R\$ 21.191.796,00	R\$ 66.302.162,75	153,29%
02/04/2008	R\$ 22.071.295,20	R\$ 6.963.751,11	R\$ 16.111.423,42	R\$ 21.201.568,20	R\$ 66.348.037,93	153,32%
03/04/2008	R\$ 22.081.438,40	R\$ 6.980.736,85	R\$ 16.120.533,75	R\$ 21.211.311,80	R\$ 66.394.020,80	153,36%
04/04/2008	R\$ 22.091.629,60	R\$ 6.994.669,38	R\$ 16.128.000,00	R\$ 21.221.101,40	R\$ 66.435.400,38	153,39%

07/04/2008	R\$ 22.101.808,20	R\$ 7.015.956,42	R\$ 16.139.399,33	R\$ 21.230.879,00	R\$ 66.488.042,95	153,44%
08/04/2008	R\$ 22.112.008,80	R\$ 7.030.628,66	R\$ 16.147.247,88	R\$ 21.240.677,80	R\$ 66.530.563,14	153,46%
09/04/2008	R\$ 22.122.179,60	R\$ 7.043.481,55	R\$ 16.154.118,09	R\$ 21.250.447,60	R\$ 66.570.226,84	153,48%
10/04/2008	R\$ 22.132.346,20	R\$ 7.057.420,92	R\$ 16.161.564,20	R\$ 21.260.213,60	R\$ 66.611.544,92	153,51%
11/04/2008	R\$ 22.142.526,20	R\$ 7.070.977,67	R\$ 16.168.800,80	R\$ 21.269.992,40	R\$ 66.652.297,07	153,53%
14/04/2008	R\$ 22.152.710,80	R\$ 7.089.750,44	R\$ 16.178.814,84	R\$ 21.279.775,80	R\$ 66.701.051,88	153,57%
15/04/2008	R\$ 22.162.900,20	R\$ 7.106.758,66	R\$ 16.187.879,00	R\$ 21.289.563,60	R\$ 66.747.101,46	153,61%
16/04/2008	R\$ 22.173.102,80	R\$ 7.122.325,79	R\$ 16.196.168,05	R\$ 21.299.364,20	R\$ 66.790.960,84	153,64%
17/04/2008	R\$ 22.183.310,40	R\$ 7.137.572,46	R\$ 16.204.280,11	R\$ 21.309.169,40	R\$ 66.834.332,37	153,67%
18/04/2008	R\$ 22.193.957,40	R\$ 7.152.182,18	R\$ 16.212.047,32	R\$ 21.319.397,00	R\$ 66.877.583,90	153,69%
22/04/2008	R\$ 22.204.609,60	R\$ 7.172.251,34	R\$ 16.222.709,19	R\$ 21.329.629,40	R\$ 66.929.199,53	153,74%
23/04/2008	R\$ 22.215.258,20	R\$ 7.188.983,31	R\$ 16.231.589,22	R\$ 21.339.858,40	R\$ 66.975.689,13	153,77%
24/04/2008	R\$ 22.225.885,80	R\$ 7.202.465,50	R\$ 16.238.738,54	R\$ 21.350.067,20	R\$ 67.017.157,04	153,79%
25/04/2008	R\$ 22.236.518,40	R\$ 7.216.555,56	R\$ 16.246.205,17	R\$ 21.360.281,00	R\$ 67.059.560,13	153,82%
28/04/2008	R\$ 22.247.165,00	R\$ 7.238.990,37	R\$ 16.258.085,50	R\$ 21.370.508,00	R\$ 67.114.748,87	153,87%
29/04/2008	R\$ 22.257.807,80	R\$ 7.254.076,38	R\$ 16.266.065,37	R\$ 21.380.731,40	R\$ 67.158.680,95	153,90%
30/04/2008	R\$ 22.268.447,20	R\$ 7.267.247,11	R\$ 16.273.026,91	R\$ 21.390.951,40	R\$ 67.199.672,62	153,92%
02/05/2008	R\$ 22.279.091,40	R\$ 7.282.648,14	R\$ 16.281.161,98	R\$ 21.401.176,40	R\$ 67.244.077,92	153,95%
05/05/2008	R\$ 22.289.749,60	R\$ 7.304.545,09	R\$ 16.292.719,47	R\$ 21.411.414,60	R\$ 67.298.428,76	154,00%
06/05/2008	R\$ 22.300.395,40	R\$ 7.318.557,52	R\$ 16.300.107,40	R\$ 21.421.640,80	R\$ 67.340.701,12	154,02%
07/05/2008	R\$ 22.311.046,40	R\$ 7.333.483,68	R\$ 16.307.971,65	R\$ 21.431.872,00	R\$ 67.384.373,73	154,05%
08/05/2008	R\$ 22.321.693,60	R\$ 7.349.825,96	R\$ 16.316.575,69	R\$ 21.442.099,80	R\$ 67.430.195,05	154,08%
09/05/2008	R\$ 22.332.346,00	R\$ 7.362.171,95	R\$ 16.323.070,50	R\$ 21.452.332,20	R\$ 67.469.920,65	154,09%
12/05/2008	R\$ 22.343.012,00	R\$ 7.376.083,86	R\$ 16.330.384,64	R\$ 21.462.578,20	R\$ 67.512.058,70	154,12%
13/05/2008	R\$ 22.353.683,40	R\$ 7.390.786,06	R\$ 16.338.108,99	R\$ 21.472.828,80	R\$ 67.555.407,25	154,14%
14/05/2008	R\$ 22.364.359,60	R\$ 7.406.778,52	R\$ 16.346.505,17	R\$ 21.483.084,60	R\$ 67.600.727,89	154,17%
15/05/2008	R\$ 22.375.023,60	R\$ 7.421.992,18	R\$ 16.354.486,23	R\$ 21.493.328,20	R\$ 67.644.830,21	154,20%
16/05/2008	R\$ 22.385.692,60	R\$ 7.437.520,51	R\$ 16.362.626,30	R\$ 21.503.576,80	R\$ 67.689.416,21	154,23%
19/05/2008	R\$ 22.396.366,80	R\$ 7.452.836,28	R\$ 16.370.648,86	R\$ 21.513.830,40	R\$ 67.733.682,34	154,26%
20/05/2008	R\$ 22.407.037,20	R\$ 7.469.202,61	R\$ 16.379.215,33	R\$ 21.524.080,20	R\$ 67.779.535,34	154,29%
21/05/2008	R\$ 22.417.730,20	R\$ 7.484.383,63	R\$ 16.387.155,05	R\$ 21.534.352,00	R\$ 67.823.620,88	154,31%
23/05/2008	R\$ 22.428.428,40	R\$ 7.505.306,68	R\$ 16.398.089,81	R\$ 21.544.628,60	R\$ 67.876.453,49	154,36%
26/05/2008	R\$ 22.439.122,80	R\$ 7.524.126,67	R\$ 16.407.915,49	R\$ 21.554.901,60	R\$ 67.926.066,56	154,40%
27/05/2008	R\$ 22.449.831,20	R\$ 7.542.024,44	R\$ 16.417.251,18	R\$ 21.565.188,00	R\$ 67.974.294,82	154,43%
28/05/2008	R\$ 22.460.544,60	R\$ 7.557.861,75	R\$ 16.425.504,97	R\$ 21.575.479,40	R\$ 68.019.390,72	154,46%
29/05/2008	R\$ 22.471.254,40	R\$ 7.576.063,78	R\$ 16.434.983,91	R\$ 21.585.767,20	R\$ 68.068.069,29	154,50%
30/05/2008	R\$ 22.481.960,60	R\$ 7.593.245,52	R\$ 16.443.923,68	R\$ 21.596.051,40	R\$ 68.115.181,20	154,53%
02/06/2008	R\$ 22.492.689,40	R\$ 7.613.635,16	R\$ 16.454.523,78	R\$ 21.606.357,40	R\$ 68.167.205,74	154,58%
03/06/2008	R\$ 22.503.432,20	R\$ 7.632.258,46	R\$ 16.464.196,14	R\$ 21.616.676,80	R\$ 68.216.563,60	154,62%
04/06/2008	R\$ 22.514.162,40	R\$ 7.654.359,84	R\$ 16.475.664,66	R\$ 21.626.984,20	R\$ 68.271.171,10	154,67%
05/06/2008	R\$ 22.524.889,00	R\$ 7.674.197,50	R\$ 16.485.947,65	R\$ 21.637.288,00	R\$ 68.322.322,15	154,71%
06/06/2008	R\$ 22.536.060,60	R\$ 7.699.677,77	R\$ 16.499.143,04	R\$ 21.648.019,60	R\$ 68.382.901,01	154,77%
09/06/2008	R\$ 22.547.237,80	R\$ 7.716.778,85	R\$ 16.507.988,38	R\$ 21.658.756,20	R\$ 68.430.761,23	154,80%
10/06/2008	R\$ 22.558.429,40	R\$ 7.735.708,11	R\$ 16.517.771,38	R\$ 21.669.506,80	R\$ 68.481.415,69	154,84%
11/06/2008	R\$ 22.569.644,00	R\$ 7.754.024,65	R\$ 16.527.229,22	R\$ 21.680.279,60	R\$ 68.531.177,47	154,87%
12/06/2008	R\$ 22.580.873,00	R\$ 7.771.849,60	R\$ 16.536.425,24	R\$ 21.691.066,00	R\$ 68.580.213,84	154,91%
13/06/2008	R\$ 22.592.116,40	R\$ 7.790.072,42	R\$ 16.545.818,60	R\$ 21.701.866,40	R\$ 68.629.873,82	154,94%
16/06/2008	R\$ 22.603.356,60	R\$ 7.807.503,44	R\$ 16.554.796,09	R\$ 21.712.663,80	R\$ 68.678.319,93	154,97%
17/06/2008	R\$ 22.614.602,40	R\$ 7.826.763,44	R\$ 16.564.707,41	R\$ 21.723.466,40	R\$ 68.729.539,65	155,01%
18/06/2008	R\$ 22.625.862,80	R\$ 7.844.089,98	R\$ 16.573.615,69	R\$ 21.734.283,00	R\$ 68.777.851,47	155,04%
19/06/2008	R\$ 22.637.110,80	R\$ 7.861.406,11	R\$ 16.582.511,38	R\$ 21.745.088,00	R\$ 68.826.116,29	155,08%
20/06/2008	R\$ 22.648.364,60	R\$ 7.881.018,72	R\$ 16.592.578,65	R\$ 21.755.898,20	R\$ 68.877.860,17	155,12%
23/06/2008	R\$ 22.659.624,00	R\$ 7.897.141,17	R\$ 16.600.846,80	R\$ 21.766.714,00	R\$ 68.924.325,97	155,14%
24/06/2008	R\$ 22.670.915,60	R\$ 7.913.958,32	R\$ 16.609.464,73	R\$ 21.777.560,40	R\$ 68.971.899,05	155,17%
25/06/2008	R\$ 22.682.203,80	R\$ 7.931.921,48	R\$ 16.618.662,72	R\$ 21.788.403,80	R\$ 69.021.191,80	155,21%
26/06/2008	R\$ 22.693.497,60	R\$ 7.948.837,56	R\$ 16.627.317,31	R\$ 21.799.252,80	R\$ 69.068.905,27	155,24%
27/06/2008	R\$ 22.704.788,40	R\$ 7.967.898,43	R\$ 16.637.061,55	R\$ 21.810.098,40	R\$ 69.119.846,78	155,27%
30/06/2008	R\$ 22.716.084,60	R\$ 7.983.913,53	R\$ 16.645.241,49	R\$ 21.820.949,60	R\$ 69.166.189,22	155,30%
01/07/2008	R\$ 22.727.404,20	R\$ 8.002.084,50	R\$ 16.654.515,69	R\$ 21.831.823,20	R\$ 69.215.827,59	155,33%
02/07/2008	R\$ 22.738.809,20	R\$ 8.020.132,34	R\$ 16.663.719,31	R\$ 21.842.778,60	R\$ 69.265.439,45	155,37%
03/07/2008	R\$ 22.750.175,40	R\$ 8.037.300,54	R\$ 16.672.467,05	R\$ 21.853.697,20	R\$ 69.313.640,19	155,40%
04/07/2008	R\$ 22.761.521,00	R\$ 8.051.116,26	R\$ 16.688.671,50	R\$ 21.864.595,60	R\$ 69.365.904,36	155,44%
07/07/2008	R\$ 22.772.889,80	R\$ 8.062.886,33	R\$ 16.702.469,33	R\$ 21.875.516,40	R\$ 69.413.761,86	155,47%
08/07/2008	R\$ 22.784.255,40	R\$ 8.074.556,93	R\$ 16.716.144,43	R\$ 21.886.434,20	R\$ 69.461.390,96	155,50%

09/07/2008	R\$ 22.795.644,40	R\$ 8.087.573,33	R\$ 16.731.389,70	R\$ 21.897.374,40	R\$ 69.511.981,83	155,53%
10/07/2008	R\$ 22.807.048,20	R\$ 8.097.909,14	R\$ 16.743.489,39	R\$ 21.908.328,80	R\$ 69.556.775,53	155,55%
11/07/2008	R\$ 22.818.439,80	R\$ 8.110.777,22	R\$ 16.758.547,59	R\$ 21.919.271,40	R\$ 69.607.036,01	155,59%
14/07/2008	R\$ 22.829.828,20	R\$ 8.122.965,62	R\$ 16.772.803,47	R\$ 21.930.211,00	R\$ 69.655.808,29	155,62%
15/07/2008	R\$ 22.841.204,40	R\$ 8.136.782,05	R\$ 16.788.956,10	R\$ 21.941.139,00	R\$ 69.708.081,55	155,66%
16/07/2008	R\$ 22.852.577,40	R\$ 8.143.054,36	R\$ 16.796.285,17	R\$ 21.952.064,00	R\$ 69.743.980,93	155,66%
17/07/2008	R\$ 22.863.974,00	R\$ 8.160.150,87	R\$ 16.816.257,35	R\$ 21.963.011,40	R\$ 69.803.393,62	155,72%
18/07/2008	R\$ 22.875.367,20	R\$ 8.174.012,59	R\$ 16.832.440,23	R\$ 21.973.955,60	R\$ 69.855.775,62	155,76%
21/07/2008	R\$ 22.886.766,20	R\$ 8.185.648,31	R\$ 16.846.017,29	R\$ 21.984.905,40	R\$ 69.903.337,20	155,79%
22/07/2008	R\$ 22.898.179,80	R\$ 8.197.288,34	R\$ 16.859.593,44	R\$ 21.995.869,20	R\$ 69.950.930,78	155,81%
23/07/2008	R\$ 22.909.581,20	R\$ 8.207.433,50	R\$ 16.871.420,93	R\$ 22.006.821,40	R\$ 69.995.257,03	155,83%
24/07/2008	R\$ 22.920.979,40	R\$ 8.217.631,89	R\$ 16.883.305,97	R\$ 22.017.770,40	R\$ 70.039.687,66	155,86%
25/07/2008	R\$ 22.933.068,60	R\$ 7.751.630,11	R\$ 16.340.442,29	R\$ 22.029.383,40	R\$ 69.054.524,40	153,58%
28/07/2008	R\$ 22.945.164,20	R\$ 7.761.927,40	R\$ 16.352.657,64	R\$ 22.041.002,20	R\$ 69.100.751,44	153,60%
29/07/2008	R\$ 22.957.257,40	R\$ 7.774.054,57	R\$ 16.367.037,88	R\$ 22.052.618,80	R\$ 69.150.968,65	153,64%
30/07/2008	R\$ 22.969.356,80	R\$ 7.779.179,76	R\$ 16.373.112,33	R\$ 22.064.241,60	R\$ 69.185.890,49	153,63%
31/07/2008	R\$ 22.981.471,60	R\$ 7.789.199,80	R\$ 16.384.985,83	R\$ 22.075.879,00	R\$ 69.231.536,23	153,65%
01/08/2008	R\$ 22.993.601,60	R\$ 7.801.854,70	R\$ 16.399.975,64	R\$ 22.087.531,00	R\$ 69.282.962,94	153,69%
04/08/2008	R\$ 23.005.764,80	R\$ 7.812.600,33	R\$ 16.412.697,57	R\$ 22.099.214,80	R\$ 69.330.277,50	153,71%
05/08/2008	R\$ 23.017.916,60	R\$ 7.824.641,08	R\$ 16.426.946,77	R\$ 22.110.887,80	R\$ 69.380.392,25	153,74%
06/08/2008	R\$ 23.030.083,60	R\$ 7.837.229,75	R\$ 16.441.837,34	R\$ 22.122.575,40	R\$ 69.431.726,09	153,77%
07/08/2008	R\$ 23.042.257,20	R\$ 7.848.395,82	R\$ 16.455.038,65	R\$ 22.134.269,20	R\$ 69.479.960,87	153,80%
08/08/2008	R\$ 23.054.437,00	R\$ 7.857.425,51	R\$ 16.465.709,51	R\$ 22.145.969,20	R\$ 69.523.541,22	153,81%
11/08/2008	R\$ 23.066.614,60	R\$ 7.874.867,90	R\$ 16.486.314,83	R\$ 22.157.666,80	R\$ 69.585.464,13	153,87%
12/08/2008	R\$ 23.078.780,60	R\$ 7.890.902,50	R\$ 16.505.244,17	R\$ 22.169.353,40	R\$ 69.644.280,67	153,92%
13/08/2008	R\$ 23.090.953,00	R\$ 7.907.853,38	R\$ 16.525.242,72	R\$ 22.181.046,20	R\$ 69.705.095,30	153,97%
14/08/2008	R\$ 23.103.140,80	R\$ 7.918.197,75	R\$ 16.537.438,90	R\$ 22.192.753,80	R\$ 69.751.531,25	153,99%
15/08/2008	R\$ 23.115.335,20	R\$ 7.929.112,81	R\$ 16.550.302,77	R\$ 22.204.467,60	R\$ 69.799.218,38	154,01%
18/08/2008	R\$ 23.127.535,80	R\$ 7.773.140,23	R\$ 16.366.560,19	R\$ 22.216.187,40	R\$ 69.483.423,62	153,24%
19/08/2008	R\$ 23.139.769,80	R\$ 7.786.710,42	R\$ 16.382.644,80	R\$ 22.227.939,40	R\$ 69.537.064,42	153,27%
20/08/2008	R\$ 23.152.001,20	R\$ 7.795.965,64	R\$ 16.393.609,03	R\$ 22.239.688,80	R\$ 69.581.264,67	153,29%
21/08/2008	R\$ 23.164.230,20	R\$ 7.813.839,82	R\$ 16.414.776,03	R\$ 22.251.436,00	R\$ 69.644.282,05	153,35%
22/08/2008	R\$ 23.176.465,80	R\$ 7.825.457,30	R\$ 16.428.524,02	R\$ 22.263.189,40	R\$ 69.693.636,52	153,38%
25/08/2008	R\$ 23.188.689,80	R\$ 7.838.198,54	R\$ 16.443.594,98	R\$ 22.274.931,60	R\$ 69.745.414,92	153,41%
26/08/2008	R\$ 23.200.929,20	R\$ 7.832.740,82	R\$ 16.437.142,55	R\$ 22.286.688,80	R\$ 69.757.501,37	153,35%
27/08/2008	R\$ 23.213.166,00	R\$ 7.840.974,93	R\$ 16.446.879,46	R\$ 22.298.443,40	R\$ 69.799.463,79	153,37%
28/08/2008	R\$ 23.225.409,40	R\$ 7.854.214,42	R\$ 16.462.530,23	R\$ 22.310.204,20	R\$ 69.852.358,25	153,40%
29/08/2008	R\$ 23.237.659,20	R\$ 7.840.469,56	R\$ 16.446.290,46	R\$ 22.321.971,40	R\$ 69.846.390,62	153,31%
01/09/2008	R\$ 23.249.897,40	R\$ 7.851.731,50	R\$ 16.459.603,79	R\$ 22.333.727,40	R\$ 69.894.960,09	153,33%
02/09/2008	R\$ 23.262.160,20	R\$ 7.863.604,46	R\$ 16.473.633,24	R\$ 22.345.507,00	R\$ 69.944.904,90	153,36%
03/09/2008	R\$ 23.274.420,40	R\$ 7.875.313,34	R\$ 16.487.462,38	R\$ 22.357.284,00	R\$ 69.994.480,12	153,39%
04/09/2008	R\$ 23.286.723,00	R\$ 7.884.787,41	R\$ 16.498.646,93	R\$ 22.369.101,80	R\$ 70.039.259,14	153,41%
05/09/2008	R\$ 23.299.005,20	R\$ 7.897.713,55	R\$ 16.513.901,14	R\$ 22.380.900,00	R\$ 70.091.519,89	153,44%
08/09/2008	R\$ 23.311.293,80	R\$ 7.928.118,76	R\$ 16.549.764,46	R\$ 22.392.704,40	R\$ 70.181.881,42	153,56%
09/09/2008	R\$ 23.323.607,00	R\$ 7.949.456,20	R\$ 16.574.902,55	R\$ 22.404.532,40	R\$ 70.252.498,15	153,63%
10/09/2008	R\$ 23.335.926,60	R\$ 7.965.949,62	R\$ 16.594.317,76	R\$ 22.416.366,60	R\$ 70.312.560,58	153,68%
11/09/2008	R\$ 23.348.270,80	R\$ 7.979.645,43	R\$ 16.610.429,51	R\$ 22.428.224,20	R\$ 70.366.569,94	153,72%
12/09/2008	R\$ 23.361.296,80	R\$ 7.994.896,76	R\$ 16.628.361,71	R\$ 22.440.737,00	R\$ 70.425.292,27	153,76%
15/09/2008	R\$ 23.374.294,20	R\$ 7.944.274,60	R\$ 16.568.876,10	R\$ 22.453.222,20	R\$ 70.340.667,10	153,49%
16/09/2008	R\$ 23.387.298,60	R\$ 7.958.178,69	R\$ 16.585.246,61	R\$ 22.465.714,20	R\$ 70.396.438,10	153,53%
17/09/2008	R\$ 23.400.319,40	R\$ 7.877.433,47	R\$ 16.490.229,16	R\$ 22.478.222,00	R\$ 70.246.204,03	153,11%
18/09/2008	R\$ 23.413.329,60	R\$ 7.892.729,07	R\$ 16.508.284,97	R\$ 22.490.719,40	R\$ 70.305.063,04	153,16%
19/09/2008	R\$ 23.426.346,80	R\$ 7.907.728,44	R\$ 16.525.980,54	R\$ 22.503.223,80	R\$ 70.363.279,58	153,20%
22/09/2008	R\$ 23.439.434,40	R\$ 7.920.631,84	R\$ 16.541.194,51	R\$ 22.515.795,60	R\$ 70.417.056,35	153,23%
23/09/2008	R\$ 23.452.556,20	R\$ 7.940.895,36	R\$ 16.565.074,58	R\$ 22.528.400,40	R\$ 70.486.926,54	153,30%
24/09/2008	R\$ 23.465.631,40	R\$ 7.955.854,79	R\$ 16.582.690,09	R\$ 22.540.960,40	R\$ 70.545.136,68	153,34%
25/09/2008	R\$ 23.478.686,80	R\$ 7.901.987,39	R\$ 16.519.295,12	R\$ 22.553.501,20	R\$ 70.453.470,51	153,05%
26/09/2008	R\$ 23.491.758,60	R\$ 7.915.741,98	R\$ 16.535.516,38	R\$ 22.566.057,80	R\$ 70.509.074,76	153,09%
29/09/2008	R\$ 23.504.837,40	R\$ 7.855.933,83	R\$ 16.465.020,28	R\$ 22.578.621,40	R\$ 70.404.412,91	152,78%
30/09/2008	R\$ 23.517.905,60	R\$ 7.886.091,36	R\$ 16.500.650,18	R\$ 22.591.174,60	R\$ 70.495.821,74	152,89%
01/10/2008	R\$ 23.530.990,20	R\$ 7.899.744,68	R\$ 16.516.762,05	R\$ 22.603.743,60	R\$ 70.551.240,53	152,92%

Os gráficos e dados acima evidenciam o desempenho da Carteira, através da rentabilidade acumulada no período.

Embora a rentabilidade da Carteira não seja integralmente transferida à rentabilidade prioritária atribuída às Quotas Seniores, esta rentabilidade demonstra a capacidade do Fundo em arcar com a rentabilidade prioritária, especialmente pelo aumento do fator de garantia representado pelo crescimento da participação das Quotas Subordinadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

Para maiores informações financeiras do Fundo, o investidor pode acessar o site da CVM (www.cvm.gov.br), o qual disponibiliza os relatórios mensais e trimestrais do Fundo, bem como todos os documentos do Fundo, inclusive os documentos relativos à Oferta.

O presente item não constitui promessa de rendimentos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante, o Gestor ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Gestor, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito por cada um dos sacados podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na legislação e regulamentação aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente ou sacado, bem como a originação e liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

Investimento de baixa liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma prioridade estabelecida para o recebimento do resultado da Carteira estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

O Custodiante será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá terceirizar a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Cobrança judicial dos Direitos de Crédito

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Capítulo XXI do Regulamento. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e quaisquer de suas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO

Risco de mercado

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da capacidade dos Sacados e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Risco de não originação de Direitos de Crédito

O Gestor é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pelo Gestor. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados ao Gestor, caso exista qualquer dificuldade do Gestor em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.

Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial, de prestação de serviços e imobiliária e selecionados pelo Gestor, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

Risco do Cedente

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar contra o Cedente, podendo, nesse caso, afetar o patrimônio do Fundo negativamente.

Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pelo Gestor, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados dos Direitos de Crédito podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pelo Gestor, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Caso os Direitos de Crédito não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e o respectivo Cedente não restitua ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

OUTROS RISCOS

Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial, imobiliário, de prestação de serviços e agrícola entre as Cedentes e seus Sacados. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar contra o Cedente, podendo, nesse caso, afetar o patrimônio do Fundo negativamente.

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO



**GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF n.º 33.918.160/0001-73

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS II**

Pelo presente instrumento particular, a **GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 50, - 6º andar - São Paulo - SP - CEP. 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (a "Administradora"), resolve:

1. Alterar o Artigo 31 do Regulamento a fim de incluir 3 (três) novos fatores de risco, em atenção às exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/nº 2070/2008.
2. Aprimorar a redação do Regulamento do Fundo, em conformidade com o disposto em seu Artigo 75.
3. Em função da deliberação acima, adequar o Regulamento do Fundo, o qual, devidamente consolidado, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Estando assim alterado o Regulamento do Fundo, a presente é assinada em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 12 de dezembro de 2008.

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por: Agostinho Renoldi Junior

Cargo: Diretor

4º REGISTRO	
ESTADO	210,34
IPESP	60,11
R. CIVIL	44,71
T.J.	11,02
TOTAL	337,40

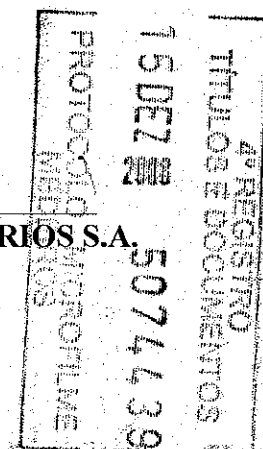
Selos e taxas
Recolhidas p/ verba

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ: 00.346.719/0001-89
Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 - Centro
Tel.: 3244-0033 - CEP 01008-910 - São Paulo
Apresentado hoje, protocolado e registrado em
microfilme sob nº **5074439**
Averbado no registro primitivo nº **4963258/07**

São Paulo, 15 de dezembro de 2008.

Escrevente Autorizado

11196004



AXEXO I - REGULAMENTO

✓

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
15 DEZ 2002 5074439
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

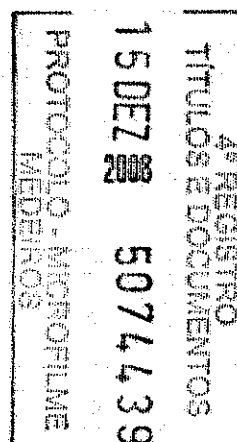
REGULAMENTO

DO

"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II"

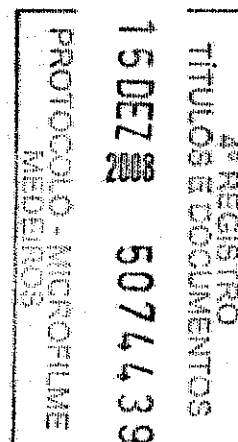
Datado de

12 de dezembro de 2008



ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO.....	3
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA.....	3
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA	4
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE.....	8
CAPÍTULO VI - GESTOR.....	11
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	13
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO.....	19
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	23
CAPÍTULO XI - QUOTAS	24
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS.....	28
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	32
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	32
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	33
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	34
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	35
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	38
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	39
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL	40
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	43
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	44
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS	44
ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	46
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO.....	51
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	52
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	53



**REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA -
EXODUS II"**

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (i) de sua aprovação pela Administradora, os Suplementos e (ii) de sua aprovação pela Assembléia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento e seus Anexos serão levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

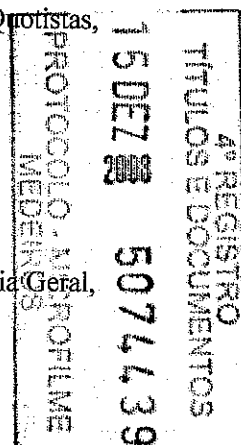
Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela **Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 50, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73, doravante designada (a "Administradora").

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios



negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

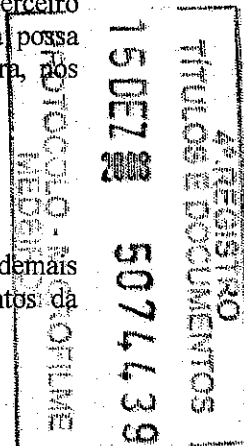
Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

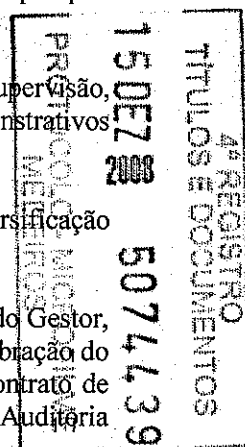
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;



- (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
- (vi) os registros contábeis do Fundo; e
- (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 85 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam as Quotas do Fundo, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela administração, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII;
- (j) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, do Gestor, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Custódia, do Contrato de Gestão, Contrato de Cobrança, Contrato de Serviços de Classificação de Risco e do Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
- (k) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de

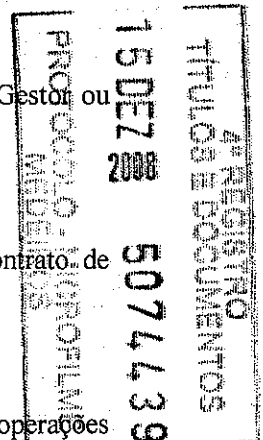


titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;

- (l) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
- (i) extratos da Conta do Fundo e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (m) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (n) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (o) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e Subordinada Classe C pela Agência de Classificação de Risco;
- (p) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco sobre:
- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, do Gestor ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão ou ao Contrato de Custódia.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título,



ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

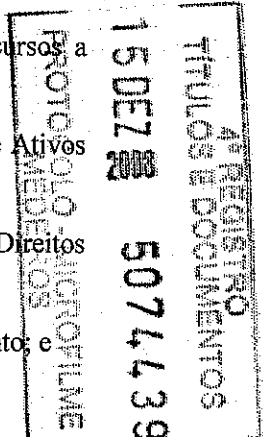
Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento; e
- (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembléia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer



prestadores de serviços;

- (b) distratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão, sem a anuência do Gestor;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco, o Contrato de Gestão e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou aos Quotistas; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

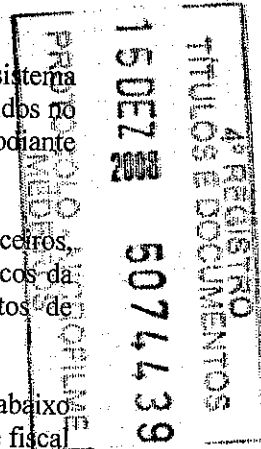
Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO V - CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada e de escrituração das Quotas é exercido pelo Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09.

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados na referida conta;



- (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes (i) aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo, e (ii) aos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos do Fundo por qualquer comprador em razão do exercício do direito do Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações do Gestor com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de Sacados que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

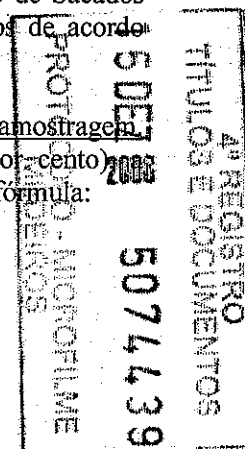
(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem
Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

E_0 = Erro Estimado
A = Tamanho da Amostra
N = População Total



n_0 = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% de 10%, independente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos de Crédito selecionados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% é tal que ele tem 95% de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% não fazem parte da população da amostragem.

- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DEZ 2014
074.138

- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

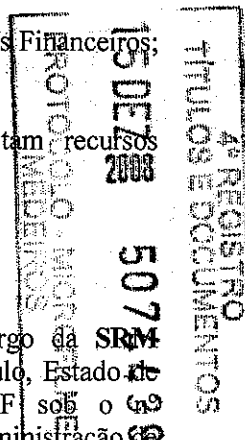
Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar empresa de consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- 7
- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
 - (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
 - (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

CAPÍTULO VI – GESTOR

Artigo 16 A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da **SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55 (o “Gestor”), devidamente autorizada a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.896, datado de 01 de agosto de 2006.

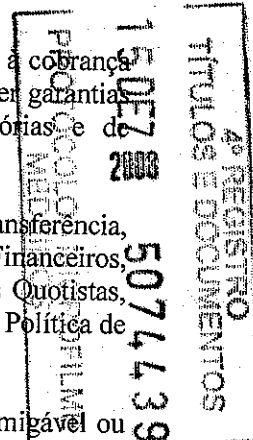


Parágrafo 1º Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, o Gestor será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) enquadramento do Fundo em todos os momentos, quando do exercício de suas atividades, aos Critérios de Elegibilidade, Critérios de Avaliação, limites de concentração estabelecidos no Artigo 19 deste Regulamento, taxa mínima de cessão, taxa média de cessão e demais disposições deste Regulamento relativas à composição da carteira do Fundo e sua Política de Investimento;
- (b) análise e seleção de potenciais Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, as Condições Adicionais e os limites de concentração estabelecidos neste Regulamento;
- (c) análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, conforme disposto no Capítulo VII deste Regulamento;
- (d) acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, bem como a emissão de relatório todo 5º (quinto) dia útil de cada mês destacando todos os limites de concentração dispostos no Artigo 19 deste Regulamento, para fins de acompanhamento dos Eventos de Avaliação e Liquidação ("Relatório de Monitoramento");
- (e) cobrança judicial e extrajudicial de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Gestão; e
- (f) quaisquer outros serviços inerentes à atividade de gestão da carteira do Fundo.

Parágrafo 2º A fim de cumprir com suas obrigações previstas neste Capítulo e no Contrato de Gestão e observadas as demais disposições deste Regulamento, o Gestor, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos de Crédito ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, desde que observados as condições estabelecidas no item 5 do Anexo III Política de Cobrança;
- (c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Gestor, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica;



- (d) vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito previamente adquiridos pelo Fundo, em condições de mercado e sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, desde que observados as condições estabelecidas no item 5 do Anexo III, Política de Cobrança; e
- (e) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e todos os Termos de Cessão.

Artigo 17 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pelo Gestor, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º O Fundo outorgará ao Gestor, nos termos do respectivo Contrato de Gestão, todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos neste Capítulo.

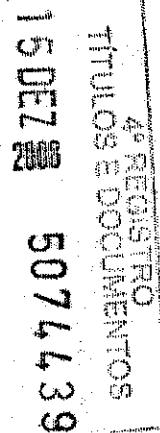
Parágrafo 2º Sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, ao Gestor terá discricionariedade para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao (i) prazo e (ii) taxa de cessão do Direito de Crédito; bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer; ou ainda (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 18 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Artigo 19 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de obrigação de cada Sacado e/ou coobrigação de qualquer terceiro não poderá representar ou vir a representar mais de 7% (sete por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), dos dois o menor;
- (b) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- (c) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 20 (vinte) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 55% (cinquenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido;



- (d) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 30 (trinta) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (e) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores de atuação dos Sacados, conforme listados abaixo e de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	20%
Agrícola	0%	15%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no *caput* deste Artigo deverão ser controlados pelo Gestor e observados com relação ao grupo econômico do Sacado, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, o Gestor deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem evento de avaliação:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento de desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira.

Artigo 20 O Fundo deverá adquirir Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário – CCBs originadas em operação de crédito celebrada entre o emitente da CCB e o Cedente, sempre acompanhadas de garantias reais e/ou fidejussórias equivalente a no mínimo 200% (duzentos por cento) do valor da operação.

Parágrafo 1º Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverão contar com garantias reais ou fidejussórias, cabendo ao Gestor atestar, quando aplicável, que as mesmas foram concedidas (i) em 1º grau em favor do Fundo; (ii) sem a incidência de gravame de qualquer natureza sobre o bem dado em garantia; e (iii) atestar que as mesmas foram formalizadas e/ou registradas nos cartórios competentes nos casos de hipoteca ou alienação fiduciária, conforme o caso, de acordo com o disposto na Política de Concessão de Crédito detalhada no Anexo IV deste Regulamento.

Parágrafo 2º O Fundo deverá adquirir CCBs com garantias reais equivalentes a no mínimo 100% do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas

15 DEZ 2008

5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLO - MICROFILME

promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis.

Parágrafo 3º O Fundo deverá manter no mínimo 80% (oitenta por cento) do valor alocado em Direitos de Crédito garantidos por duplicatas, cheques e/ou recursos a serem depositados na Conta Vinculada através de trava ou domicílio bancário de contratos e vendas de cartão de crédito.

Parágrafo 4º As garantias dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representadas por duplicatas e cheques, deverão representar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do volume total de Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 5º Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito com garantia real representada por alienação fiduciária de um bem sobre o qual haja incidência de gravame de qualquer natureza, desde que concomitantemente tenham sido outorgadas para o Fundo outras garantias reais ou fidejussórias em limite igual ou superior a 100% do valor da operação, acrescidos dos juros e taxas competentes.

Artigo 21 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e
- (ii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima (os "Ativos Financeiros").

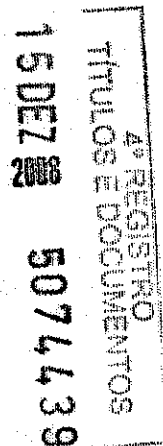
Parágrafo Único O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios ou valores mobiliários emitidos pela instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Artigo 22 O Fundo poderá ainda realizar operações em mercado de derivativos em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Artigo 23 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, o Gestor e o Custodiante não respondem pela solvência dos Sacados, ou pela origem, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 O Cedente é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos, não respondendo pela solvência dos Sacados, conforme previsto em cada Contrato de Cessão

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.




PROTÓTIPO - MICROFILME
15 DEZ 2008

Parágrafo Único Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante poderá, a seu custo, sem qualquer ônus para o Fundo ou os Quotistas, contratar um depositário para realizar a guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios.

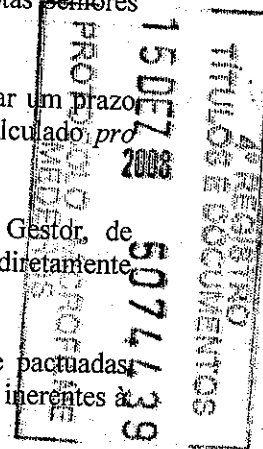
Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Críticos de Elegibilidade"): 

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") originadas em operação de crédito celebrada entre o emitente da CCB e o Cedente;
- (b) os Direitos de Crédito devem contar com garantia real ou fidejussória, conforme critérios estabelecidos no Artigo 20 deste Regulamento;
- (c) os Sacados devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, que atuem nos setores industrial, comercial, agrícola ou de prestação de serviços no Brasil;
- (d) o prazo de vencimento das CCBs deve ser de no máximo 3 (três) anos, contados da data da formalização da respectiva cessão ou o prazo da série mais longa de Quotas Seniores em circulação, o que ocorrer antes.
- (e) os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo deverão apresentar um prazo médio ponderado de vencimento igual ou inferior a 12 (doze) meses, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- (f) os Direitos de Crédito não são de emissão nem contam com coobrigação do Gestor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (g) os Direitos Creditórios sejam cedidos ao fundo pelas taxas originalmente pactuadas cabendo exclusivamente ao Cedente ou ao emissor do ativo, todos os custos inerentes à estruturação e registro do Direito de Crédito antes da cessão;
- (h) no mínimo 90% (noventa por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo devem ter emissão e cessão no mesmo dia do seu registro na CETIP ou em sistema equivalente aprovado pelo Banco Central, além de possuir taxa de cessão igual à praticada na emissão do título. O Fundo poderá alocar os 10% (dez por cento) restantes do seu Patrimônio Líquido em ativos cedidos que não satisfaçam tal condição,



calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida.

- (i) os Direitos de Crédito ofertados devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 19 deste Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- (j) o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que observem a taxa mínima de cessão prevista no Artigo 29 deste Regulamento;
- (k) o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que observem a taxa média de cessão prevista no Parágrafo 2º do Artigo 29 deste Regulamento;
- (l) o Fundo somente poderá adquirir Direito de Crédito atrelado ao CDI, cuja taxa de cessão seja pós-fixada;
- (m) os Sacados não devem estar, no momento da aquisição dos Direitos de Crédito, inadimplentes por mais de 15 (quinze) dias com o Fundo;
- (n) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC, Equifax, quanto a protestos, cheques sem fundos, execuções judiciais, falência, recuperação judicial requerida ou decretada e ações de busca e apreensão, exceto execuções fiscais;
- (o) o Sacado não deve apresentar histórico de inadimplência dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo superior a 45 (quarenta e cinco) dias nos últimos 12 (doze) meses, salvo em condições de renegociação dos Direitos de Crédito inadimplidos, conforme disposto nos Artigos 16 e 17 deste Regulamento;
- (p) a CCB emitida pelo Sacado deverá conter redação onde este declara que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais; e
- (q) sem prejuízo dos demais critérios dos ativos cedidos, Custodiante e a Administradora deverão receber do Gestor relatórios atestando que todos as condições de aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o exposto neste Regulamento ("Relatório de Aquisição").

Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º Além de atenderem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Artigo 28, os Direitos de Crédito devem atender, ainda, às seguintes condições adicionais (as "Condições de Aquisição"): (as)

- (i) ser originários de pessoas jurídicas com receita bruta anual de, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), corrigida anualmente pela variação percentual acumulada do IGPM;
- (ii) ser originários de pessoas jurídicas que obtiveram Lucro antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização ("EBITDA") positivo em no mínimo um dos três exercícios anteriores à Data de Aquisição e Pagamento dos Direitos de Crédito;

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
15 DEZ 2015 5074439
PROTOCOLO DE REGISTRO

- (iii) o Sacado deve apresentar Patrimônio Líquido positivo na data de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (iv) ser aprovados pelo Gestor conforme a política de concessão de crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento, e
- (v) observar os limites de concentração de 25% (vinte por cento) por sub-setor elencados na Política de Concessão de Crédito, desde que observados os limites definidos por setor no Artigo 19 e na Política de Concessão de Crédito deste Regulamento.

Parágrafo 3º O Gestor ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, por meio de envio de Relatório de Aquisição no momento da cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Cessão e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 4º A avaliação pelo Gestor da capacidade econômica dos Cedentes e dos Sacados será realizada a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado, utilizando-se, conforme o caso: (i) demonstrações financeiras; (ii) consultas a centrais de informação de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, para verificações acerca (a) da inexistência de cheques sem fundo ou protestos contra o Sacado; e (b) da inexistência de execuções judiciais, exceto execuções fiscais, contra o Sacado; (iii) informações obtidas junto a fornecedores; (iv) o histórico dos Sacados; e (v) documentos específicos do cliente tais com ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações.

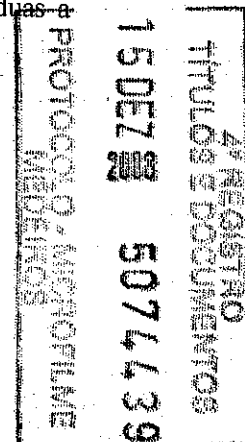
Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a CDI+3% ao ano, ou conforme a fórmula especificada abaixo, das duas a maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQSn \times RAQSn) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série "n";
 RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série "n";
 QQM: Quantidade de Quotas Subordinada Classe C em circulação;
 RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinada Classe C em circulação; e
 CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

Parágrafo 1º A fórmula definida no caput deste Artigo será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade específica.

Parágrafo 2º O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão média da carteira, considerada *pro forma*, equivalente a CDI+8% ao ano, a ser calculada semanalmente.



CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Sacados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.



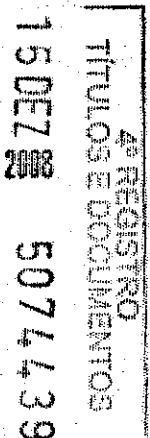
Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (d) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração



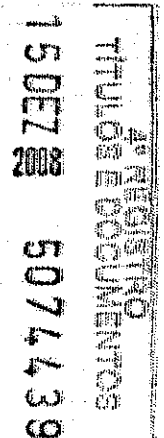
proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas, terceirizar a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.
- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.
- (h) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.
- (i) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos Sacados e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (j) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"),

15 DEZ 2011
5074439
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

- (k) Risco de não originação de Direitos de Crédito. O Gestor é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pelo Gestor. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados ao Gestor, caso exista qualquer dificuldade do Gestor em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (l) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.
- (m) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial, de prestação de serviços e imobiliária e selecionados pelo Gestor, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (n) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem, ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.
- (o) Risco do Cedente. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar contra o Cedente, podendo, nesse caso, afetar o patrimônio do Fundo negativamente.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pelo Gestor, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas de



natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados dos Direitos de Crédito podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pelo Gestor, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Caso os Direitos de Crédito não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e o respectivo Cedente não restitua ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial, imobiliário, prestação de serviços e agrícola entre os Cedentes e seus Sacados. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 A Administradora e o Gestor receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 1% (um por cento) respectivamente, sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurados diariamente e cobrados mensalmente, sendo calculada e provisionada todo dia útil ("Taxa de Administração"), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \{[(tx + RG)/252]\} \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração

tx: Remuneração da Administradora de 0,65% (sessenta e cinco centésimos, por cento) ao ano.

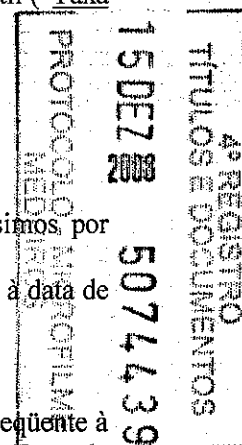
PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento.

RG: Remuneração do Gestor de 1% (um por cento) ao ano.

Parágrafo 1º A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente ao Gestor a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe nos termos do *caput* deste Artigo 32.

Parágrafo 2º A Administradora não receberá taxa de performance, nem qualquer outra remuneração, além daquela prevista no *caput* deste Artigo.

Parágrafo 3º Caso seja deliberado Evento de Liquidação, a remuneração do Gestor não será mais devida até que o Fundo seja liquidado.



Artigo 33 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta do Fundo;
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do art. 31 da Instrução CVM 356; e
- (l) despesas com a contratação e a remuneração da Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo 1º Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

Parágrafo 2º Durante a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a remuneração do Gestor estabelecida neste Capítulo não será devida.

CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 34 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação

PROBOLLO - MICROFICHE
MÊS/ANOS

15 DEZ 2004 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

esteja em vigor;

- (b) a primeira amortização das novas séries emitidas ocorra somente após o vencimento da(s) série(s) vigente(s);
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (d) a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das quotas Subordinadas em circulação exceto se a referida emissão ocorra a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Subordinadas Classe C na mesma proporção da série vigente;
- (e) a Administradora deverá garantir aos Quotistas Seniores o direito de preferência na aquisição das novas Quotas Seniores de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 38 deste Regulamento;
- (f) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 19 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (g) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

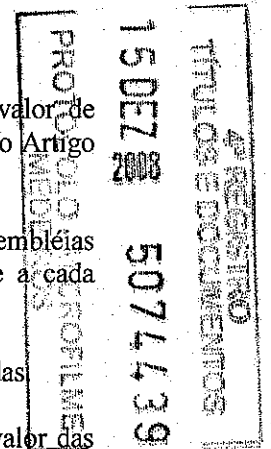
Artigo 35 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto no disposto no Artigo 34 deste Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) direito de preferência na aquisição de novas Quotas Seniores a serem emitidas

Parágrafo 1º O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores



emitidas pelo Fundo.

Artigo 36 O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Classe C ("Quotas Subordinadas Classe C"), observado que:

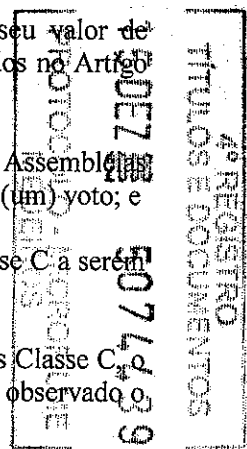
- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) após a 1ª Emissão de Quotas Subordinadas Classe C, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Subordinadas Classe C dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e B em circulação, e
- (d) a Administradora deverá garantir aos Quotistas Subordinados Classe C o direito de preferência na aquisição das novas Quotas da mesma classe de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 38 deste Regulamento.

Artigo 37 As Quotas Subordinadas Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Classe A e B para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da emissão da Quota Subordinada Classe C;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Classe C corresponderá a 1 (um) voto; e
- (f) direito de preferência na aquisição de novas Quotas Subordinadas Classe C a serem emitidas.

Artigo 38 No caso de emissão de novas Quotas Seniores ou Subordinadas Classe C, o Fundo estará obrigado a oferecê-las primeiramente aos Quotistas das referidas classes, observado o disposto nos itens a seguir.

- (a) Qualquer dos Quotistas Seniores ou Subordinados Classe C do Fundo têm preferência para adquirir as novas Quotas da sua respectiva classe a serem emitidas, sendo que para tanto, a Administradora convocará uma Assembleia Geral onde informará a todos os Quotistas: (i) a quantidade de Quotas da sua respectiva classe que o Fundo pretende emitir, (ii) Data de Emissão, (iii) Amortização Programada



(se for o caso), (iv) Data de Resgate e (v) meta de remuneração prioritária da respectiva emissão.

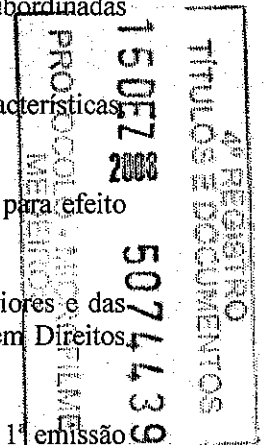
- (b) Cada Quotista terá direito de preferência sobre o número de Quotas ofertadas da sua respectiva classe proporcional à sua participação sobre o total das Quotas Seniores ou Subordinadas Classe C, conforme o caso, bem como terá direito de preferência às eventuais sobras de Quotas, na forma dos itens (c) e (d) abaixo.
- (c) Em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da Assembléia Geral mencionada no item (a) acima, os Quotistas poderão exercer o seu direito de preferência mediante comunicação por escrito à Administradora, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, manifestando também, se for o caso, seu interesse por eventuais sobras de Quotas que excedam a proporção de sua participação no Fundo.
- (d) Caso existam sobras de Quotas, em relação às quais não se tenha exercido o direito de preferência na forma dos itens anteriores, a Administradora deverá comunicar este fato aos Quotistas que tenham manifestado interesse pelas sobras por meio de carta registrada a ser enviada em até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo referido no item (c) acima, para que efetuem a aquisição das sobras mediante a integralização das respectivas Quotas.
- (e) Somente após esgotados os procedimentos acima descritos, poderá o Fundo realizar uma oferta pública das Quotas sobre as quais não se tenha exercido o direito de preferência.

Artigo 39 O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Classes A e B, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º O Fundo somente poderá realizar novas emissões de Quotas Subordinadas Classe B mediante a aprovação da totalidade dos Quotistas Classe B.

Parágrafo 2º As Quotas Subordinadas Classes A e B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Classe C para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito, observado o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas Classes A e B, sendo que as Quotas Subordinadas Classes A e B emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 deste Regulamento; e



- (e) cada Quota Subordinada Classe A e cada Quota Subordinada Classe B corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais. Não obstante o disposto acima, as Quotas Subordinadas Classe A não terão direito a voto nas matérias que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pelo Gestor de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Classe A se subordinam, em primeiro lugar, às Quotas Seniores, em segundo, às Quotas Subordinadas Classe C, e por último, às Quotas Subordinadas Classe B para efeito de amortização, resgate e liquidação do Fundo, observado o disposto nos Artigos 35 e 37 deste Regulamento, e no Capítulo XIII abaixo.

Parágrafo 4º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 40 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

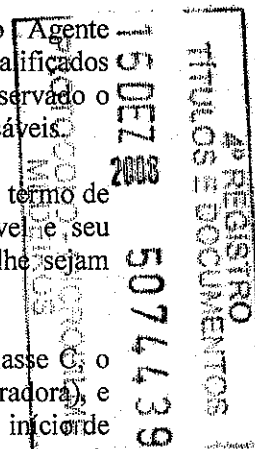
Artigo 41 Observado o disposto nos parágrafos deste Artigo, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44 e 45 deste Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota em D+1), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 42 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 41 deste Regulamento e as demais disposições deste Regulamento aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o termo de adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores e das Subordinadas Classe C, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.



Artigo 43 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 44 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º O critério de determinação do valor das Quotas Seniores e Subordinadas Classe C, definido no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo, do Custodiante ou do Gestor. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo nas Quotas Seniores e posteriormente nas Quotas Subordinadas Classe C, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Classe A e B.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Classe A e B, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder à divisão do valor total definido abaixo e a quantidade de Quotas Subordinadas da respectiva classe, conforme o caso:

a) o valor total das Quotas Subordinadas Classe A corresponderá ao valor unitário das Quotas Subordinadas Classe A no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$Rqsa = Rtqs - Rqsb$$

Onde:

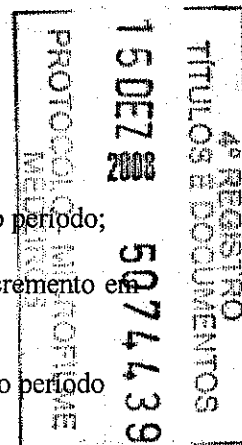
Rqsa é o incremento em Reais no PL das Quotas Subordinadas Classe A no período;

Rtqs é o incremento líquido em Reais no PL do Fundo, deduzido do incremento em reais no PL das Quotas Seniores e das Subordinadas C no período; e

Rqsb é o incremento em Reais no PL das Quotas Subordinadas Classe B. no período

b) o valor total das Quotas Subordinadas Classe B corresponderá ao valor total das Quotas Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$Rqsb = Rtqs \times (Vqsb / VTS) \times 0,8$$



Onde:

Vqsb é o valor em reais das Quotas Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior;

VTs é o valor total em reais das Quotas Subordinadas A e B em conjunto no dia útil

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 46 As Quotas Seniores e Subordinadas Classe C de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 47 Sem prejuízo do previsto no Artigo 48 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 48 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 70 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Todas as amortizações de todas as quotas deverão ocorrer sempre no dia 29 do respectivo mês.

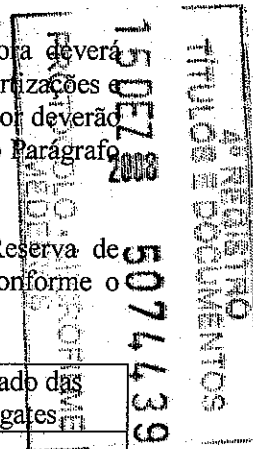
Artigo 49 Observado o disposto no Artigo 53 deste Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão requerer à Administradora a amortização parcial de suas Quotas.

Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

Parágrafo 2º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º.



Artigo 51 A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

Artigo 52 A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração.

Parágrafo Único Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1, caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 pelo período previsto na alínea (k) do Artigo 65 deste Regulamento, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Artigo 53 Caso o Excesso de Cobertura, calculado como a razão entre o total do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação, seja superior a 142% (cento e quarenta e dois por cento), (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas A e B, até o limite do Excesso de Cobertura e das proporções mínimas estabelecidas nos Artigos 63 e 64 deste Regulamento, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Liquidação.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Parágrafo 2º Os titulares das Quotas Subordinadas Classe A em conjunto e os titulares das Quotas Subordinadas Classe B também em conjunto deverão comunicar à Administradora, por meio de notificação enviada por seus respectivos representantes, em até 5 (cinco) dias contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a parcela de Quotas Subordinadas que deverá ser amortizada.

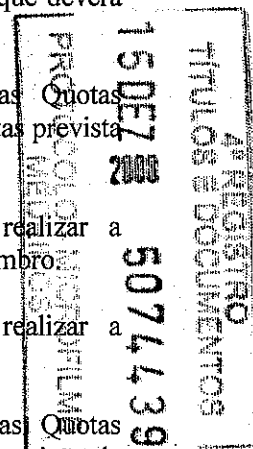
Parágrafo 3º A Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo 4º Os titulares das Quotas Subordinadas Classe A poderão realizar a amortização parcial estabelecida neste Artigo semestralmente, nos meses de junho e dezembro.

Parágrafo 5º Os titulares das Quotas Subordinadas Classe B poderão realizar a amortização parcial estabelecida neste Artigo mensalmente.

Parágrafo 6º A Administradora deverá realizar a amortização integral das Quotas Subordinadas Classe B no prazo de 3 (três) anos contado a partir da data da primeira subscrição de Quotas Subordinadas Classe B, observado o limite do Excesso de Cobertura e exceto se os titulares da totalidade das Quotas Subordinadas notificarem a Administradora do contrário.

Parágrafo 7º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.



Parágrafo 8º A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 19 deste Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Parágrafo 9º Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e Subordinada C em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas destas classe de quotas em detrimento da amortização dos Quotistas Subordinados.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 70 deste Regulamento, bem como a ordem de prioridade prevista nos Artigos 35 e 39, §3º, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44 e 45 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Classes A e B na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e posteriormente das Quotas Subordinadas Classe C, nos montantes apurados conforme o Artigo 45 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

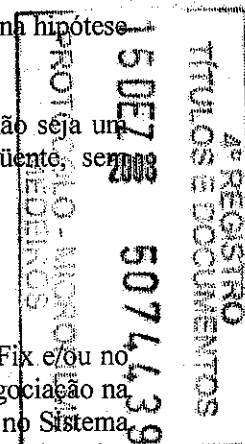
Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 69 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SomaFix e/ou no BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a



conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

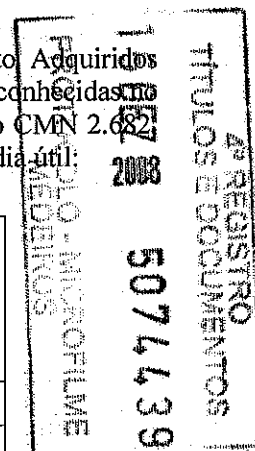
Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

Artigo 61 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito Adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682 de acordo com os percentuais a seguir indicados ("Percentual de Provisão"), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito Adquirido (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%



G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 1º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 2º A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão de 0,5% (meio por cento) para todos os créditos a vencer, constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 A Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento).

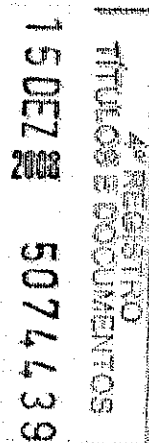
Parágrafo 1º Caso a Razão de Garantia seja inferior a 137% (cento e trinta e sete por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A e B para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A e B decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 66 abaixo.

Artigo 63 O valor das Quotas Subordinadas A deverá representar sempre no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da soma das Quotas Subordinadas A e B.

Parágrafo 1º Caso a relação entre as Quotas Subordinadas A e o valor total de Quotas Subordinadas A e B seja inferior a 25% (vinte e cinco por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo a este critério, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas A.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do



desenquadramento do Fundo em relação a este critério, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 65 abaixo.

Artigo 64 A soma das Quotas Subordinadas A e B deverá representar no mínimo 100% do valor das Quotas Subordinadas C

Parágrafo 1º Caso o total de Quotas Subordinadas A e B seja inferior a 100% (cem por cento) do valor das Quotas Subordinadas C, a Administradora deverá comunicar os titulares das Quotas Subordinadas Classes A para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo a este critério, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas A.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas Classes A decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 10 (dez) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo em relação a este critério, observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 65 abaixo.

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 65 São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja atendida por um período de 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
- (b) caso o valor das Quotas Subordinadas da Classe A permaneça inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da soma das Quotas Subordinadas A e B por um período superior a 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
- (c) caso valor total da soma das Quotas Subordinadas das Classes A e B permaneça inferior a 100% (cem por cento) do valor das Quotas Subordinadas Classe C por um período superior a 5 (cinco) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados A;
- (d) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pelo Gestor, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (e) caso haja aquisição reiterada pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- (f) caso haja renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- (g) caso haja resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- (h) caso haja redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou quotas em circulação em dois sub-níveis;

15 DEZ 2007 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTÓTIPO - MICROFILME

- (i) caso o Fundo não observe por 60 (sessenta) dias consecutivos os limites de concentração estabelecidos no Artigo 19 e das garantias do Artigo 20 deste Regulamento;
- (j) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (k) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos;
- (l) Caso o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes reconhecido pelo Fundo em cada uma das faixas definidas conforme a tabela disposta no Artigo 61 deste Regulamento, apresentem percentuais superiores aos limites máximos estabelecidos abaixo:
- (i) F-C: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa C represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; ou
- (ii) F-D: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa D represente mais do que 9% (nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; ou
- (iii) F-E: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa E represente mais do que 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; ou
- (iv) F-F: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa F represente mais do que 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo
- (v) F-G: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes na faixa G represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo
- (vi) F-H: o valor total dos Direitos de Crédito inadimplentes entre 180 e 210 dias na faixa H represente mais do que 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 66 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 67 deste Regulamento.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e

15 DEZ 2003 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLO - MICROFILME

deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 67 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral de Quotistas na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias;
- (b) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (c) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (d) cessação pelo Gestor, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle do Gestor.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

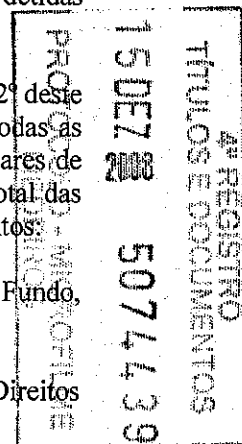
Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Subordinadas Classe C, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Subordinadas Classe C, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Artigo 68 Os recursos auferidos pelo Fundo, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 67



acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 67 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Classe C conforme estabelecido no Artigo 67 acima, os titulares das Quotas Subordinadas Classe A e B poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

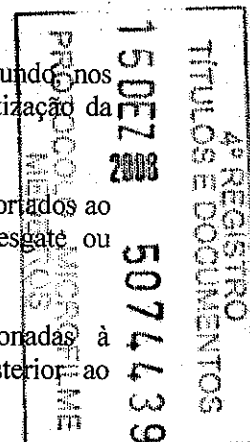
Artigo 69 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 67 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Subordinadas Classe C, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 70 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Classe C dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas, respeitada a preferência na amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas Classe B em relação às Quotas Subordinadas Classe A, conforme detalhadamente previsto no Artigo 39 deste Regulamento.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às



exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Classe C dos valores aportados ao Fundo por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B.

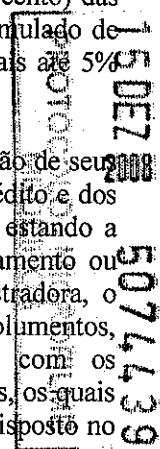
CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 71 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser aditado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e do Gestor.

Parágrafo Único Observado o disposto na Política de Cobrança deste Regulamento, o Gestor poderá, a seu exclusivo critério, transacionar, negociar e conceder descontos aos devedores inadimplentes até o limite máximo por negociação em reais equivalente a 1% (um por cento) das Quotas Subordinadas Classe A e B em conjunto; e (ii) até o limite máximo para o acúmulo de desconto nas negociações ocorridas nos últimos 12 (doze) meses que represente em reais até 5% (cinco por cento) das Quotas Subordinadas Classe A e B em conjunto

Artigo 72 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 73 abaixo.

Artigo 73 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este



limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 1º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

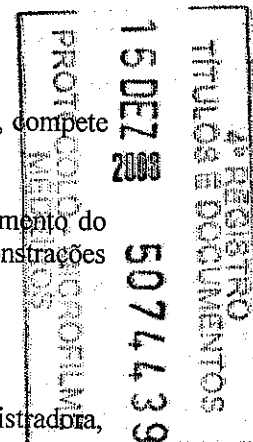
Parágrafo 2º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 33 deste Regulamento.

Parágrafo 3º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 74 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar a emissão de novas Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Classe C nos termos do Artigo 34 e 36 deste Regulamento;



- (f) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (g) aprovar a substituição do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria; e
- (h) aprovar qualquer alteração do Regulamento e seus Anexos, e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento.

Artigo 75 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 76 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 85 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

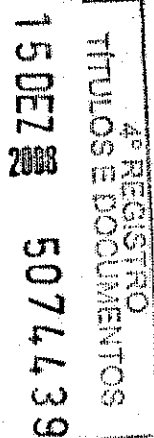
Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores e 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação, e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, do Gestor ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas



endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 77 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 78 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 76 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as matérias listadas nos itens (b), (c) e (d) do Artigo 74 deste Regulamento deverão ser aprovadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B em circulação. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Classe A e Classe B:

- (a) as matérias previstas nas alíneas (e), (f) e (g) do Artigo 74 deste Regulamento; e
- (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º Para emissão de novas séries ou classes de quotas descritas na alínea (e) do Artigo 74 deste Regulamento, deverá ser respeitado o quorum mínimo estabelecido neste Artigo, independentemente do exposto nos Artigos 34 e 36 deste Regulamento.

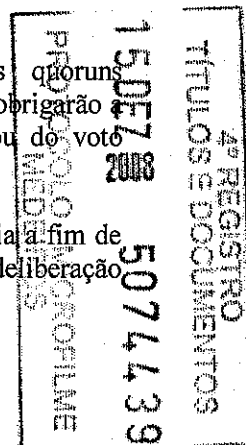
Artigo 79 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 80 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 81 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 82 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente



constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 83 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 84 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

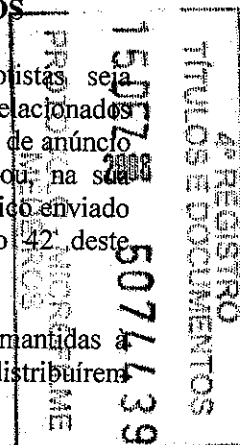
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 85 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas, seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 42 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 86 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:



- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 87 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 88 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 89 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

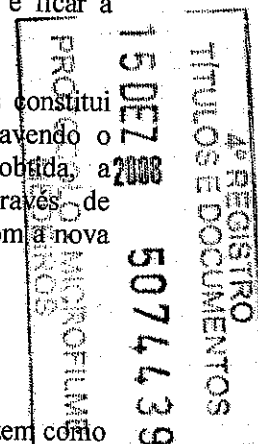
Artigo 90 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e Subordinadas Classe C. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos respectivos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

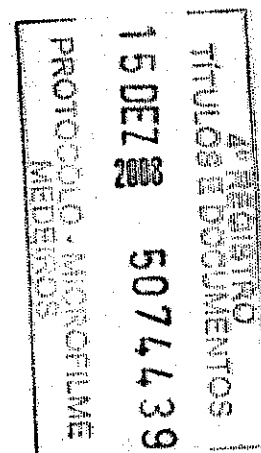
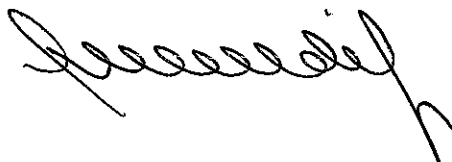
Artigo 91 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 92 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.



Artigo 93 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 94 Fica eleito o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a agência de classificação de risco contratada pelo Fundo para elaboração de relatório e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores;
<u>Agente Escriturador:</u>	é a instituição contratada pelo Fundo para prestar os serviços de escrituração das Quotas;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Cedente:</u>	é cada um dos cedentes dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo conforme identificados nos respectivos Termos de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Conta Vinculada</u>	é a conta vinculada a ser aberta e mantida pelo Sacado do Direito de Crédito representado por CCB junto ao Custodiante, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito. O Sacado constituirá, em favor do Fundo, cessão fiduciária sobre todos os recursos de tempos em tempos depositados na Conta Vinculada, em garantia do integral e pontual pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pelo Gestor, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para

15 DEZ 2011

5074439

ARQUIVO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

	pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o contrato de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o Cedente;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o contrato de cobrança de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, a Administradora e Gestor;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato firmado entre a Administradora e o Gestor, ou qualquer de seus sucessores a qualquer título;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos firmado em entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria celebrado entre KPMG Auditores Independentes e a Administradora;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Paulista S.A.;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição; o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Quotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem

FOTOCOPIADO EM
MATERIAL DE ARQUIVO

15 DEZ 2008 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

	adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Direito de Crédito Adquirido:</u>	é o direito creditório elegível que tenha sido adquirido pelo Fundo;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Disponibilidades:</u>	são os todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a empresa de auditoria contratada pela Administradora, nos termos deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 65 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestor:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 16 deste Regulamento;
<u>Grupo Econômico:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo 1º do Artigo 19 deste Regulamento;
<u>IGPM:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

PROTOCOLO - NOTORIDADE

15 DEZ 2008 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos Sacados que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Política de Concessão de Crédito:</u>	É a política de concessão de crédito adotada pelo Fundo, conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas de classes A, B e C, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas Classe A:</u>	são as quotas subordinadas de classe A emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
15 DEZ 2001 5074439

<u>Quotas Subordinadas Classe B:</u>	são as quotas subordinadas de classe B emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas Classe C:</u>	são as quotas subordinadas de classe C emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Sacado:</u>	é o devedor do Direito de Crédito;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das emissões de quotas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva emissão de Quotas;
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito do Cedente nos termos do Contrato de Cessão;
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 42 do presente Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de Quotas Subordinadas, conforme o caso.

PROTÓCOLO - MICROFILME

15 DEZ 2001 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [●][emissão/série] de Quotas [●]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria – Exodus II
C.N.P.J. nº [●]

A [●][emissão/série] de Quotas [●] do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria – Exodus II (o “Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [●] de [●] de [●] no [●]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [●], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas [●]: [●] ([●]);
- b) Data de Emissão: [●] de [●] de [●];
- c) Período de Carência: de [●] de [●] de [●] até [●] de [●] de [●];
- d) Datas de Amortização: [●];
- e) Data de Resgate: [●] de [●] de [●]; e
- f) Remuneração alvo: [●].
- g) Valor Unitário de Emissão: [●]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [●] de [●] de [●]

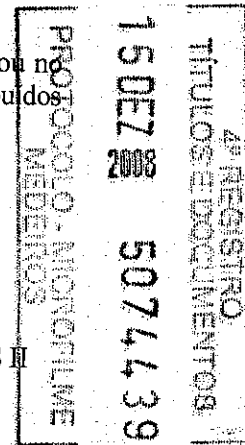
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA – EXODUS II

Por:
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:



ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será efetuada pelo Gestor, contratado nos termos do Contrato de Cobrança para efetuar-la perante os Sacados ou perante o devedor do título de crédito dado em garantia, conforme o caso.

Os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito representados por CCBs são a seguir descritos:

1. em até 3 (três) dias da formalização da operação que originou o Direito de Crédito, o Sacado notificará o devedor do título de crédito dado em garantia do Direito de Crédito, para que este realize o pagamento do referido título na Conta Vinculada;
2. na data de vencimento do Direito de Crédito os recursos disponíveis na Conta Vinculada deverão ser transferidos para a Conta do Fundo até o valor necessário para a liquidação do Direito de Crédito
3. na data de vencimento do Direito de Crédito, caso se verifique que a Conta Vinculada do Sacado não possui recursos suficientes para quitar a dívida, o Gestor ou o Cedente notificará o Sacado, informando que este se encontra inadimplente;
4. em caso de inadimplemento, o Gestor, dentro dos 5 dias subsequentes à data de vencimento, procederá à cobrança amigável do valor devido.
5. Após 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento do Direito de Crédito e desde que nenhum Evento de Avaliação ou Liquidação esteja em curso e desde que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites, o Gestor poderá a seu exclusivo critério, transacionar, negociar e conceder descontos aos devedores inadimplentes (i) até o limite máximo por negociação em reais equivalente a 1% das Quotas Subordinadas Classe A e B em conjunto, e (ii) até o limite máximo para o acumulado de desconto nas negociações ocorridas nos últimos meses que represente em reais até 5% das quotas subordinadas das classes A e B em conjunto;
6. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Gestor iniciará, em até 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o procedimento de cobrança judicial contra o Sacado ou ainda contra o sacado do título de crédito dado em garantia do Direito de Crédito, conforme o caso;

PROTÓCOLOS
TÍTULOS E DOCUMENTOS

15 DEZ 2008 5074439

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de créditos ficará a cargo do Gestor, que é o único responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitado para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Sacados dos Direitos de Crédito.

A concessão do crédito é realizada mediante um processo de análise do Sacado/emitente da CCB, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos com o objetivo primordial de mapear:

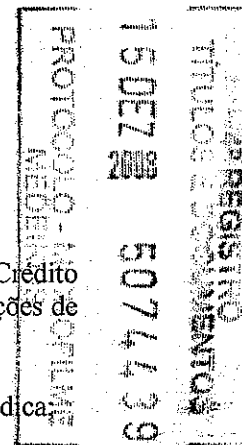
- A atividade principal da empresa;
- Principais clientes;
- Principais fornecedores;
- Necessidade financeira (ex.: necessidade de capital de giro, necessidade de capital para investimento ou para pagamento/alongamento do perfil de endividamento, etc.);
- Tipo de financiamento requerido;
- Lista de bancos com as quais a empresa mantém relacionamento e o perfil do endividamento;

Se a possibilidade de aquisição dos Direitos de Crédito for detectada pelo Gestor, todos os documentos necessários para a análise do Gestor serão requisitados, quais sejam:

- Últimos três balanços;
- Balancete de verificação atualizado, quando for o caso;
- Relação de faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Relação do Endividamento, atualizado e em aberto;
- Declaração do contador da empresa;
- Contrato social e a última alteração;
- Declaração de Imposto de Renda dos Sócios;
- Declaração de Imposto de Renda dos avalistas; e
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa.

Além dos Documentos solicitados, o Gestor deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- Os Sacados devem ser pessoas jurídicas registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Os Sacados devem ser primordialmente empresas com receita bruta anual entre R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);



- Os Sacados devem ser pessoas jurídicas que obtiveram Lucro antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização (EBITDA) positivo em no mínimo um dos três exercícios anteriores à Data de Aquisição e Pagamento dos Direitos de Crédito;
- Os Sacados devem possuir prazo mínimo de existência ou de atividade de um ano;
- Todos os critérios são levados em consideração ao Grupo Econômico do Sacado, como disposto no Parágrafo 1º do Artigo 19 deste Regulamento. Para análise de concessão de crédito, é utilizada a participação mínima de 10% para determinação do Grupo Econômico; e
- O Sacado deve apresentar patrimônio líquido positivo na data de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo.

Após a análise dos pré-requisitos, é iniciado o processo de Avaliação do Risco de Crédito pelo Gestor, que realiza análise de alguns índices segundo os seguintes critérios:

- Risco do Cliente;
- Risco da Operação;
- Critérios Subjetivos; e
- Limite de Crédito.

I. Risco do Cliente

O Risco do Cliente é apurado através da análise econômico-financeira das pessoas jurídicas. Para isso são utilizados os Indicadores Econômico-Financeiros abaixo descritos.

Indicadores de Liquidez

Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Índice de Liquidez Seca:

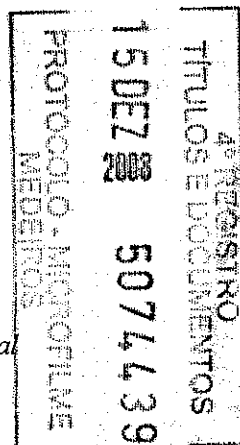
$$ILS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} - \text{Despesas Antecipadas}) / \text{Passivo Circulante Operacional}$$

Índice de Liquidez Imediata:

$$ILI = \text{Disponibilidades} / \text{Passivo Circulante Operacional}$$

Indicadores de Atividade

Prazo Médio de Recebimento:



$PMRV = \text{Duplicatas a Receber} / (\text{Vendas Líquidas} / 360)$

Giro do Estoque:

$GE = \text{Vendas Líquidas} / \text{Estoque}$

Dias em Estoque:

$\text{Estoque} / \text{CMV} / 360$

Dias de Contas a Pagar:

$\text{Contas a Pagar} / \text{CMV} / 360$

Ciclo da Empresa:

$PMRV + \text{Dias em Estoque} - \text{Dias de Contas a Pagar}$

Indicadores de Rentabilidade

EBITDA E MARGEM DE EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)

EBIT E MARGEM DE EBIT (EBIT / Receita Líquida)

Capacidade de EBITDA:

$CE = \text{EBITDA} / (\text{Amortização de Dívidas} + \text{Despesas com Juros})$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido:

$RPL = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$

Indicadores de Alavancagem

Participação Capital de Terceiros:

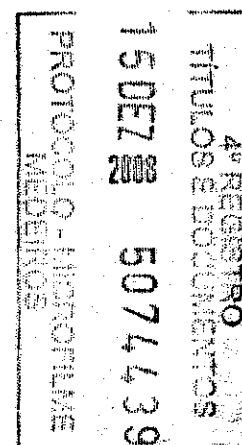
$PCT = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível LP} / \text{Patrimônio Líquido}$

Endividamento Bancário de Curto Prazo:

$ECP = \text{Passivo Circulante} / \text{Patrimônio Líquido}$

Endividamento Bancário de Longo Prazo:

$ELP = \text{Passivo Exigível a Longo Prazo} / \text{Patrimônio Líquido}$



Dívida Total/EBITDA

II. Risco da operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cliente já cadastrado e analisado será avaliada *isoladamente*.

O Risco da Operação é obtido pela avaliação dos seguintes critérios apresentados abaixo:

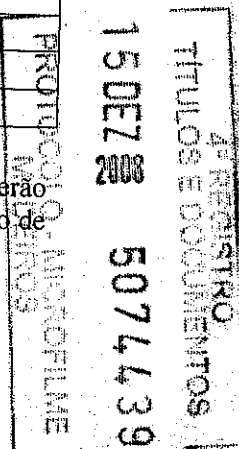
Concentração do Risco:

- (i) total de obrigação de cada Sacado e/ou coobrigação de qualquer terceiro não poderá representar ou vir a representar mais de 7% (sete por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), dos dois o menor;
- (ii) o Fundo deverá observar ainda que o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Sacados deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (iii) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores de atuação dos Sacados, conforme listados abaixo e de acordo com os seguintes limites:

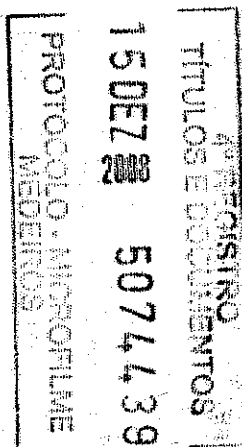
Sector	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	20%
Agrícola	0%	15%

- (iv) Adicionalmente aos limites estabelecidos no item (iii) acima, os Direitos de Crédito deverão observar ainda limites de 25% (vinte e cinco por cento) por sub-setor, dentro da relação de sub-setores abaixo:

- Transporte Aéreo Comercial;
- Aviação;
- Automotivo;
- Bebidas e Tabaco;
- Rádio e Televisão;
- Corretoras, *Brokers* e *Dealers*;



- Construção;
- Serviços e Equipamento para Escritórios;
- Cabo e Satélite;
- Químicos e Plásticos;
- Vestuário e Têxteis;
- Conglomerados;
- Embalagens;
- Cosméticos;
- Medicamentos;
- Serviços e Equipamentos Ecológicos;
- Elétrico e Eletrônicos;
- Leasing de Equipamentos;
- Agropecuário;
- Instituições Financeiras;
- Varejistas de Alimentos e Farmácias;
- Produtos de Consumo Alimentício;
- *Food Service*;
- Produtos Florestais;
- Saúde;
- Móveis;
- Hotelaria;
- Equipamento industrial;
- Seguros;
- Entretenimento;
- Metais e minerais;



- Petróleo e gás;
- Publicações;
- Ferroviária;
- Varejistas (exceto de alimentos e farmácias);
- Siderúrgicas;
- Transportes;
- Telecomunicações;
- Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.);
- Outros.

Garantias:

Todas as operações deverão conter colaterais mínimos de acordo com os itens estabelecidos abaixo:

- 7
- CCB's acompanhadas de garantias reais e/ou fidejussórias equivalente a no mínimo 200% (duzentos por cento) do valor da operação;
 - CCBs com garantias reais equivalentes a no mínimo 100% (cem por cento) do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis;
 - (i) Quando houver alienação fiduciária de imóveis ou hipotecas, a mesma deverá estar cedida em 1º grau de cessão através da verificação em cartório de registro de imóveis na comarca do Sacado; e
 - (ii) Quando houver alienação fiduciária de estoque, os sócios deverão ser nomeados fiéis depositários da operação
 - O Fundo deverá manter no mínimo 40% (quarenta por cento) do valor alocado em Direitos de Crédito garantidos por duplicatas, cheques e/ou recursos depositados na Conta Vinculada;
 - (i) Todo o Fluxo de Recebimento das garantias é circulado em Conta Vinculada do Sacado, gerida pelo Banco emissor da CCB e penhorada para a Cédula. Dentre as possibilidades de recebimento, o gestor poderá optar por três modalidades: trava bancária, domicílio bancário ou boleto de cobrança, conforme o caso e os riscos de cada operação.

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
15 DEZ 2007 5074.439
PROTOCOLO - MICROFILME
ARQUIVADO

O fluxo de garantias estará sempre segregado da gestão do emitente da CCB, sendo assegurado, que a gestão tanto do recebimento via boleto quanto da Conta Vinculada estará sob a gestão do Banco registrador e custodiante da CCB.

No caso de duplicatas originadas por empresas consideradas *Corporate e Large Corporate*, pode haver concentração de até 100% (cem por cento) em um único cliente.

Nos demais casos, ou seja, duplicatas originadas por empresas consideradas de médio e pequeno porte, o volume de duplicatas de uma mesma empresa cedidas por CCB deverá ser de no máximo 25% (vinte e cinco por cento).

Prazo:

As operações deverão ser aprovadas sempre observando os limites de prazos estabelecidos no Regulamento, principalmente no caso de revolvência.

- o prazo de vencimento das CCBs deve ser de no máximo 3 (três) anos, contados da data da formalização da respectiva cessão ou o prazo da série mais longa de Quotas Seniores em circulação, o que ocorrer antes; e
- o Fundo deverá observar que o prazo médio ponderado de vencimento da carteira de Direitos de Crédito deverá ser igual ou inferior a 12 (doze) meses, calculado pro forma antes da aquisição pretendida.

Além dos limites estabelecidos no Regulamento, dentro do processo de concessão de crédito os prazos serão determinados por operação, devendo ser:

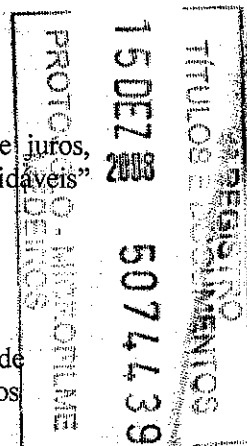
- 90% (noventa por cento) das CCBs deverão ser concedidas sem carência; e
- Os pagamentos deverão ocorrer via parcelas mensais de principal acrescido de juros, através do Sistema de Amortização Constante, salvo operações chamadas "auto liquidáveis" pelo pagamento da garantia, geralmente de prazo entre 40 e 45 dias.

III. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar, positiva ou negativamente, a Avaliação de Risco de Crédito. Estes são informados pelo gerente comercial que origina um documento referente aos critérios abaixo para futura análise do Comitê de Crédito do Gestor.

Qualidade dos sócios e avalistas

A Avaliação do Risco do sócio ou avalista poderá substituir a Avaliação do Risco de pessoa jurídica caso a pessoa física se sobreponha à pessoa jurídica.



Comportamento histórico

Comportamento histórico comprovado de pagamentos com outras operações que o Fundo já adquiriu ou que ainda estão em andamento ou em concorrentes do mercado.

Elevada Sazonalidade

No caso de elevado grau de sazonalidade a Avaliação de Risco apurada no balanço anual pode ser mantida, não excluindo a necessária análise dos balancetes.

Estrutura societária

Empresa de porte pequeno ou situação financeira não condizente com o proposto, integrante de Grupo Econômico, pode ter sua nota pautada no consolidado do grupo, desde que a operação seja avalizada pelo controlador na sua pessoa jurídica ou física, quando esta estiver fora dos critérios estabelecidos para Grupo Econômico

Tradição e história

- Período de existência ou de atividade da empresa; e
- Período de participação dos acionistas na empresa.

Contexto econômico-financeiro

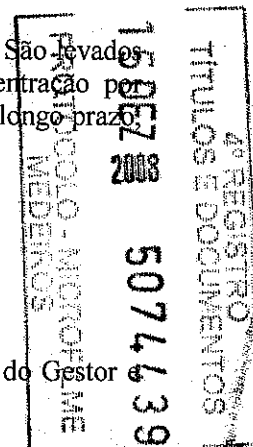
Fragilidade ou solidez, decorrente do porte, mercado e região de atuação da empresa. São levados em consideração aspectos mercadológicos como a participação no mercado, concentração por cliente e fornecedor, posicionamento em relação à concorrência, estratégia de médio e longo prazo, etc.

IV. Limite de Crédito

Aprovação do crédito

O processo de aprovação de crédito divide-se em duas instâncias: Comitê de Crédito do Gestor e Comitê de Crédito do Banco Emissor da CCB.

O Comitê de Crédito do Gestor se reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente, sempre que necessário e somente com o intuito de analisar a aprovação de um crédito. São membros do comitê quatro diretores do Gestor, sendo imprescindível que ao menos um dos participantes seja sócio. O Comitê de Crédito do Gestor somente se reúne com a participação de 4 pessoas, sendo que não há suplentes pré-determinados. Se não houver a presença física de algum



dos membros, o Comitê de Crédito do Gestor pode se realizar via teleconferência. As operações somente são aprovadas mediante unanimidade dos votos.

O Comitê de Crédito do Gestor analisará a Proposta de Operação de Crédito ("POC") incluindo todos os documentos relacionados no processo de avaliação de crédito, bem como o valor e prazo da operação e as garantias disponíveis.

As atas das reuniões do Comitê de Crédito do Gestor são arquivadas eletronicamente pelo setor de crédito do Gestor. Estas podem ser acessadas pelos Quotistas do Fundo mediante requisição, além da possibilidade da participação no Comitê de Crédito do Gestor sem poder de voto.

É mandatória a visita de um dos quatro diretores do Gestor ao possível Sacado antes da liberação do Direito de Crédito pelo Cedente.

O Comitê de Crédito do Gestor pode aprovar ou negar a proposta POC. Há também a possibilidade de revisão da proposta em relação aos termos e condições do crédito (valor, taxa e garantias).

Se aprovado, o Sacado deve apresentar a documentação necessária pelo banco custodiante para a abertura da Conta Vinculada que será utilizada para o recebimento dos pagamentos relacionados à CCB.

O Gestor verifica pendências na documentação e envia ao banco custodiante que realiza novo comitê de crédito em seu estabelecimento. Não havendo pendência, é aberta a Conta Vinculada.

Monitoramento

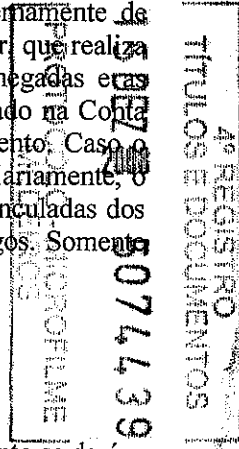
A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses. Os Sacados enviam balancetes de atualização para registro no sistema de análise de risco de crédito do Gestor.

Monitoramento de ativos líquidos como garantia

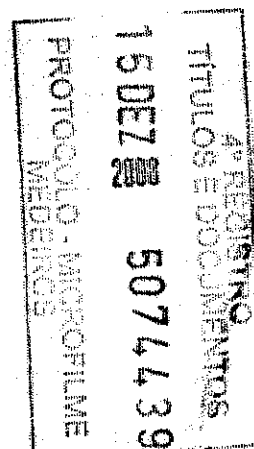
O monitoramento da operação é diário, e se dá via um sistema desenvolvido internamente de controle das garantias, que são os recebíveis. O Sacado envia as garantias para o Gestor, que realiza a análise referente a crédito, prazo, concentração, etc. São excluídas as garantias negadas e as garantias elegíveis são enviadas pelo Gestor ao custodiante da CCB para ser depositado na Conta Vinculada do Sacado. É analisado o montante a ser liquidado até o próximo pagamento. Caso o valor cubra a parcela, 100% (cem por cento) dos recursos em conta são liberados. Diariamente, o sistema recebe dos bancos emissores das CCBs arquivos com os dados das Contas Vinculadas dos clientes, aonde constam saldo da conta, títulos liquidados e títulos vencidos e não pagos. Somente os sócios têm autorização para liberar os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas.

Monitoramento de ativos não líquidos

Uma vez que as garantias sejam compostas por ativos de menor liquidez, o monitoramento se dará por meio de avaliações, segundo os seguintes critérios:



- 7
- **Estoque:** o Sacado deve enviar relatórios trimestrais atestando o valor patrimonial do estoque cedido fiduciariamente como garantia da CCB e a localização do estoque. Este relatório deve contar com assinatura do Diretor Financeiro da empresa;
 - **Hipoteca:** avaliação performada quando da emissão da CCB, que deve ser atualizada anualmente até amortização total do crédito;
 - **Bens Móveis de qualquer natureza:** o valor inicial pode ser obtido por avaliação independente, valor de aquisição deduzido da depreciação ou valor de mercado quando for o caso (Tabela FIPE para carros, por exemplo). Deve ser atualizado anualmente até amortização total do crédito; e
 - **Garantias Pessoais:** o "aval" deve ser acompanhado da declaração de Imposto de Renda da pessoa física.



ANEXO II

SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
DA INDÚSTRIA – EXODUS II**

C.N.P.J. nº 08.779.221/0001-11

A 3ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria – Exodus II (o “Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado inicialmente em 20 de abril de 2007, no 4º Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 4.963.258, terá as seguintes características:

a) Destinação dos Recursos: Os recursos provenientes desta 3ª Série de Quotas Seniores do Fundo serão utilizados para o pagamento antecipado do resgate da 1ª e 2ª série de quotas seniores do Fundo, conforme deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, realizada no dia 24 de outubro de 2008.

Após o pagamento antecipado do resgate da 1ª e 2ª séries de Quotas Seniores do Fundo, os recursos remanescentes na Conta do Fundo serão aplicados nos Ativos Financeiros mencionados no Artigo 21 do Regulamento, constituindo assim, uma reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores desta 3ª Série.

b) Quantidade de Quotas Seniores: até 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) Quotas Seniores;

c) Data de Emissão: 24 de outubro de 2008;

d) Período de Carência: A partir da data da primeira subscrição de Quotas Seniores até fevereiro de 2010;

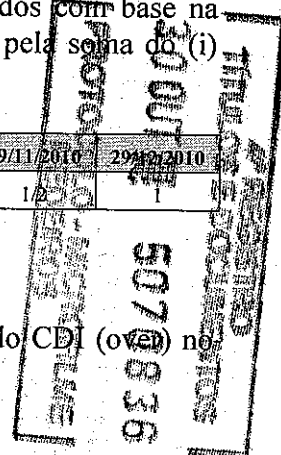
e) Datas de Amortizações Programadas: Serão realizadas 10 (dez) amortizações a partir do dia 29 de março de 2010. As Amortizações Programadas terão seus valores calculados com base na divisão do valor da Quota Sênior no dia útil anterior à Data de Amortização pela soma do (i) número de meses remanescentes e (ii) 1 (um), conforme segue:

29/03/2010	29/04/2010	29/05/2010	29/06/2010	29/07/2010	29/08/2010	29/09/2010	29/10/2010	29/11/2010	29/12/2010
1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

f) Data de Resgate: 29 de dezembro de 2010;

g) Remuneração alvo: 135% (cento e trinta e cinco por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias.

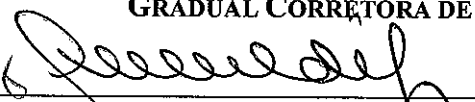
h) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).



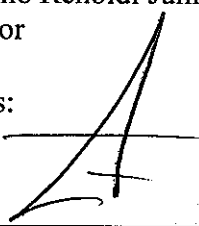
Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

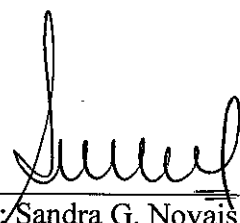
São Paulo, 24 de outubro de 2008.

GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Por: Agostinho Renoldi Junior
Cargo: Diretor

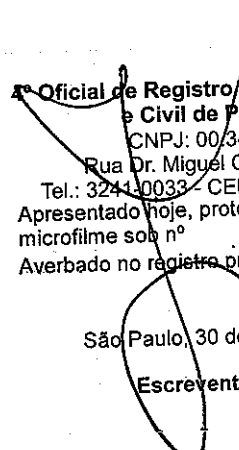
Testemunhas:

1. 
Nome: Leonardo de A. Tertuliano
RG: 25.842.340-7
C.P.F.: 213.215.788-06

2. 
Nome: Sandra G. Novais
RG: 18.859.751
C.P.F.: 151.510.868-63

4º REGISTRO
MEDEROS
ENCARGOS 6.014,25
ESTADU 1.709,31
IPESP 1.266,16
R. CIVIL 316,54
T.J. 316,54
TOTAL 9.622,78

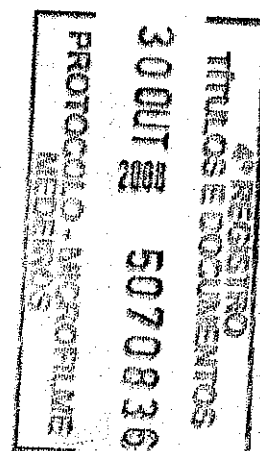
Selos e taxas
Recolhidas p/ verba


Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ: 00/346.719/0001-89
Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 - Centro
Tel.: 3244-0033 - CEP 01008-010 - São Paulo
Apresentado hoje, protocolado e registrado em
microfilme sob nº **5070836**
Averbado no registro primitivo nº **4963258/07**

São Paulo, 30 de outubro de 2008.

Escrevente Autorizado

11114369



ANEXO III

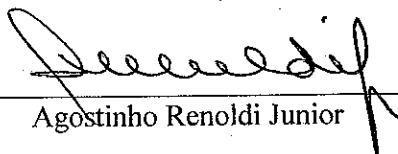
DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL

FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II

DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

A GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, na qualidade de administradora do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II, por meio do seu diretor estatutário responsável pelo Fundo perante a CVM, Sr. Agostinho Renoldi Junior, no âmbito da Distribuição Pública da 3ª Emissão de Quotas Seniores do Fundo, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03: (a) que o prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das quotas, do fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercados durante a distribuição das quotas no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (c) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 31 de outubro de 2008.



Agostinho Renoldi Junior

ANEXO IV

SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data de Publicação: 28 de outubro de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II - Terceira Série de Cotas Seniores

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo (55) 11 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 28 de outubro de 2008. Os ratings atribuídos são preliminares. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Os ratings finais serão atribuídos após a avaliação dos resultados da distribuição, a serem publicados no anúncio de encerramento do período de distribuição da transação.

Rating Preliminar em 28 de Outubro de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
3ª Série de Cotas Seniores	brAAf	Até R\$ 46,5	26 meses após a emissão
Cotas Subordinadas – Classes A e B	Não classificadas	R\$ 24,8(mínimo de 27%)	26 meses após a emissão

* O rating atribuído é preliminar e está sujeito a mudanças a qualquer momento

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Novembro de 2008

Direitos creditórios: Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados a essas CCBs, originadas de operações de crédito celebrada entre o devedor da CCB e o Banco emitente no Brasil.

Administradora: Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Cedente dos direitos creditórios: Diversos bancos emitentes de CCBs.

Custodiante: Banco Paulista S.A.

Gestor e Originador: SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. (SRM)

Estruturador: Bulltick Capital Markets (Bulltick)

Reforço de qualidade de crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (mínimo de 27%) e pelo *spread* excedente.

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, à terceira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II (FIDC Exodus II). Os ativos subjacentes do FIDC Exodus II serão empréstimos direcionados a pequenas e médias empresas originados pela SRM e submetidos à aprovação do

comitê de crédito do banco emitente da CCB , além de caixa e outros investimentos específicos.

O rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 28 de outubro de 2008. Quaisquer informações posteriores poderão resultar em um rating final diferente do preliminar.

O FIDC Exodus II será um condomínio fechado com prazo indeterminado. A terceira série de cotas seniores do Fundo terá um prazo de vencimento de 26 meses após a emissão. O administrador do Fundo poderá incluir direitos creditórios e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos na documentação do Fundo.

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte proteção de crédito proporcionada aos titulares das cotas seniores (subordinação mínima de cotas de 27% e *spread* excedente);
- A política de investimento, os critérios de elegibilidade e as condições de cessão bem definidos nos documentos da transação, os quais estabelecem limites relativamente conservadores de concentração e diversificação da carteira, apesar da inexistência de um critério de diversificação por *rating* de crédito;
- A qualidade de crédito adequada da carteira originada pela SRM;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas;
- A Reserva de Liquidez, a Reserva de Amortização, e o Índice de Liquidez, dimensionados para garantir o pagamento das amortizações e despesas do Fundo por um prazo de aproximadamente um mês.

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é a exposição do Fundo à qualidade de crédito de um conjunto de empresas de pequeno e médio porte, que, em geral, apresentam maior sensibilidade a cenários econômicos mais adversos. Além disso, o Fundo possui uma estrutura rotativa, o que também poderia afetar a qualidade da carteira adjacente. Esses riscos são atenuados pela existência de critérios de elegibilidade e condições de cessão bem definidos para a aquisição dos direitos creditórios, bem como do reforço de qualidade de crédito (subordinação e *spread* excedente), que amenizam o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído à terceira série de cotas seniores a serem emitidas pelo FIDC Exodus II na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito dessas cotas, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído à terceira série de cotas seniores do Fundo indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem uma proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

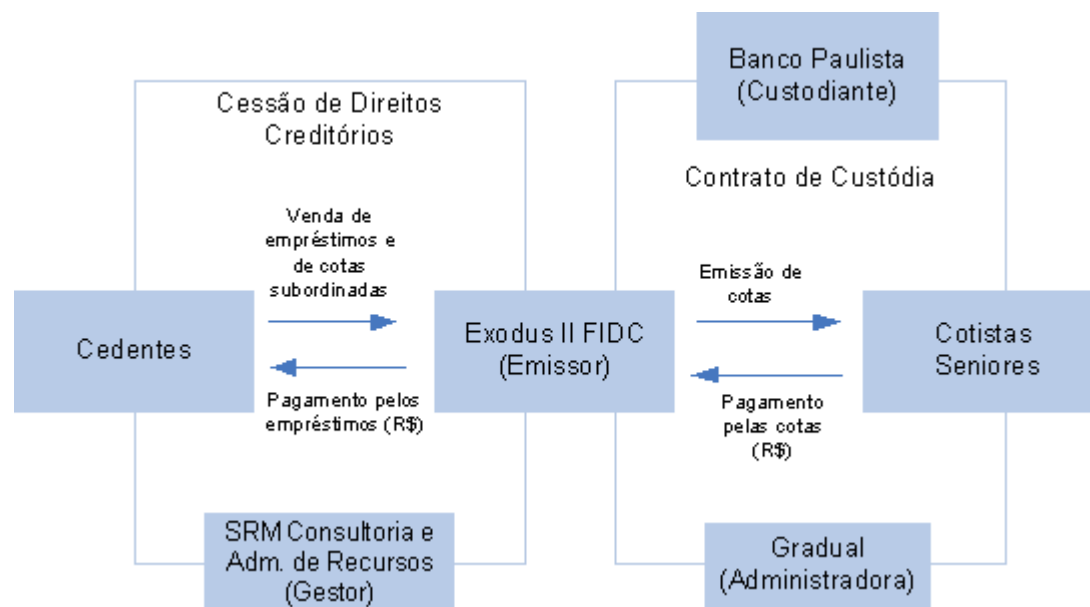
A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Descrição do FIDC Exodus II

Características Gerais

O FIDC Exodus II já realizou a emissão de duas séries de cotas seniores totalizando o montante de R\$ 40 milhões. Embora a data original de vencimento primeira e da segunda séries seja em dezembro de 2010, o investidor das cotas seniores desta emissão procurou a SRM e a Bulltick, na condição de gestor e estruturador do Fundo, respectivamente, para negociar o resgate antecipado de suas cotas de forma amigável, em razão das condições adversas de mercado. O acordo final definiu que será realizado um resgate antecipado das duas primeiras séries de cotas seniores do Fundo, por meio dos recursos a serem obtidos com a captação da terceira série de cotas seniores do Fundo, que é o alvo de nossa avaliação.

O FIDC Exodus II é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A terceira série de cotas do Fundo será resgatada após 26 meses após sua emissão. As cotas podem ser negociadas no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento. Durante sua vida, o Fundo realizará compras rotativas de direitos creditórios originados pela SEM, e sujeitos a aprovação pelo comitê de crédito do banco emitente, por meio de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) emitidas contra pequenas e médias empresas brasileiras. Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.



Mecanismo de Pagamento das Cotas

As cotas a serem emitidas pelo Fundo serão denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos destinados a pequenas e médias empresas denominados na mesma moeda, e/ou de outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. As cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's, são detidas por um investidor privado. O Fundo emitiu duas classes de cotas subordinadas, a Classe A e a Classe B. Ambas se subordinam às cotas seniores para efeito de amortização, resgate, liquidação do Fundo e distribuição dos rendimentos. Além de se subordinar às cotas seniores, as cotas subordinadas Classe A também se subordinam às cotas subordinadas Classe B para efeito de amortização, resgate, liquidação do Fundo.

Componente do Rendimento

Diferentemente do que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores o pagamento de principal ou de juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma

promessa. O Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo equivalente a 135% da Taxa DI Over aos detentores de cotas seniores. As cotas subordinadas Classe A e Classe B não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o resultado excedente do Fundo, se houver. Os cotistas subordinados Classe B receberão o equivalente ao rendimento excedente proporcional à sua participação no somatório do valor das cotas subordinadas Classe A e Classe B, multiplicado por 0,8x, enquanto os cotistas subordinados Classe A receberão a diferença entre o resultado total excedente e o valor distribuído para os cotistas subordinados Classe B.

Componente do Valor de Face

O principal das cotas seniores será amortizado em 10 parcelas mensais após um período de carência de 16 meses contados a partir da data de emissão. As cotas subordinadas somente serão amortizadas após a amortização total das cotas seniores. Poderá ocorrer a amortização extraordinária de cotas subordinadas no decorrer da vida da transação desde que seja respeitado o Excesso de Cobertura (nível de subordinação deve ser superior a 29,5% após a amortização extraordinária de cotas subordinadas pretendida) do Fundo, e desde que o Índice de Liquidez e as Reservas de Amortização e Liquidez permaneçam enquadradas aos parâmetros definidos no Regulamento do Fundo.

Os cotistas subordinados Classe A, poderão solicitar o resgate extraordinário semestralmente, nos meses de junho e dezembro, enquanto os cotistas subordinados Classe B poderão solicitar o resgate mensalmente.

Fluxo de Recursos

- O FIDC Exodus II capta recursos com os cotistas para a aquisição dos direitos creditórios elegíveis em contrapartida da emissão de cotas do Fundo;
- O Fundo adquire direitos creditórios elegíveis, de acordo com as regras estabelecidas em seus documentos, por meio da transferência eletrônica do preço de aquisição à conta do cedente;
- Os devedores ou sacados dos recebíveis dados como garantia realizam o depósito da totalidade dos valores por eles devidos, relativos aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, nas Contas Vinculadas específicas mantidas com o cedente.
- Na data do vencimento das parcelas das CCBs, os recursos são transferidos para a conta do Fundo;
- O custodiante será responsável pela verificação dos critérios de elegibilidade, liquidação financeira dos ativos subjacentes do Fundo, pelo cálculo das provisões de perdas, e pelo repasse dessas informações à administradora do Fundo;
- A administradora do Fundo será responsável pela realização e manutenção da Reserva de Liquidez do Fundo, pelas amortizações de cotas e pela compra de novos direitos creditórios.

Ordem de Alocação dos Recursos

A Administradora deverá utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo na seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento dos Encargos do Fundo;
2. Provisionamento dos recursos equivalentes ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
3. Amortização e/ou o resgate das cotas seniores;
4. Provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
5. Amortização e/ou o resgate das cotas subordinadas Classe A e cotas subordinadas Classe B, respeitada a preferência na amortização e resgate das cotas subordinadas Classe B em relação às cotas subordinadas Classe A..

Critérios de Elegibilidade

O custodiante será responsável por verificar o atendimento dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade em cada operação de aquisição de direitos creditórios pelo FIDC Exodus II. Os principais critérios de elegibilidade são:

- Devem ser representados por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) originadas em operação de crédito celebrada entre os devedores e o cedente;
- Os direitos creditórios devem contar com garantia real ou fidejussória equivalente a, no mínimo, 200% do valor da operação;
- Os devedores devem ser pessoas jurídicas com atuação nos setores industrial, comercial, agrícola ou de prestação de serviços no Brasil;
- O prazo de vencimento das CCBs deve ser de no máximo três anos, contados da data da formalização da respectiva cessão, ou o prazo da série mais longa de cotas seniores em circulação, o que ocorrer antes.
- Os direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo deverão apresentar um prazo médio ponderado de vencimento igual ou inferior a doze meses, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- Os direitos creditórios não devem ser de emissão do Gestor, e nem deve contar com sua co-obrigação;
- Os direitos creditórios devem ser cedidos pelas taxas originalmente pactuadas;
- No mínimo 90% dos direitos de crédito adquiridos pelo Fundo devem ter emissão e cessão no mesmo dia do seu registro na CETIP ou em sistema equivalente aprovado pelo Banco Central, além de possuir taxa de cessão igual à praticada na emissão do título. O Fundo poderá alocar os 10% restantes do seu patrimônio líquido em ativos cedidos que não satisfaçam tal condição, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- O total de obrigação de cada grupo econômico, na condição de devedor, não poderá representar mais do que 7% do valor do patrimônio líquido (PL) do Fundo, ou R\$ 5 milhões, dos dois o menor;
- O somatório do valor total de direitos creditórios devidos pelos 10 maiores grupos econômicos, na condição de sacados, deve ser inferior ou igual a 35% do PL do Fundo;
- O somatório do valor total de direitos creditórios devidos pelos 20 maiores grupos econômicos, na condição de sacados, deve ser inferior ou igual a 55% do PL do Fundo;
- O somatório do valor total de direitos creditórios devidos pelos 30 maiores grupos econômicos, na condição de sacados, deve ser inferior ou igual a 70% do PL do Fundo;
- Os direitos creditórios devem seguir os seguintes critérios de diversificação por setor de atuação do sacado.

Tabela 1 – Diversificação por Setor

Setor	Mínimo (% Patrimônio Líquido)	Máximo (% Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	20%
Agrícola	0%	15%

- Os direitos creditórios devem observar a taxa mínima de cessão pós-fixada e indexada à Taxa DI Over;
- A taxa média de cessão dos direitos creditórios deve ser superior ou igual à Taxa DI Over mais 8% ao ano;
- Os Direitos Creditórios devem possuir taxa de juros pós-fixada;
- Os sacados não devem possuir nenhum título vencido e não pago por mais de quinze dias com o Fundo;

- Os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e Equifax, quanto a protestos, cheques sem fundos, execuções judiciais, falência, recuperação judicial requerida ou decretada e ações de busca e apreensão;
- O sacado não deve apresentar histórico de inadimplência dos direitos creditórios cedidos ao Fundo superior a 45 dias nos últimos 12 meses, salvo em condições de renegociação dos direitos creditórios inadimplidos.

Condições de Cessão

Além dos critérios de elegibilidade, os direitos creditórios também devem atender a certas condições de cessão, que são verificadas pelo cedente. As principais condições de cessão são:

- Os devedores das CCBs devem possuir receita bruta anual maior que R\$ 3 milhões;
- Os devedores devem ter apresentado EBITDA positivo em no mínimo um dos três exercícios anteriores;
- O devedor deve apresentar patrimônio líquido positivo na data de aquisição dos direitos de crédito do Fundo;
- Os direitos de crédito devem observar o limite de concentração de 25% por sub-setor.

Política de Investimento

Em base consolidada (visão carteira), os direitos creditórios devem ter seu pagamento amparado por garantias na seguinte proporção:

Tabela 2 – Garantias dos Direitos Creditórios

Tipo	Tipo de Garantia	% do colateral total da carteira do Fundo
1	Cessão fiduciária de duplicatas, cheques e/ou recursos a serem depositados na conta vinculada mediante trava ou domicílio bancário de contratos e vendas de cartão de crédito	80% (mínimo)
2	Cessão fiduciária de duplicatas e cheques	50% (mínimo)

Reserva de Amortização, Reserva de Liquidez e Índice de Liquidez

O Fundo deverá manter uma Reserva de Liquidez equivalente a 100% das amortizações, resgates programados com até 20 dias antes das datas de pagamento, e 50% com até 45 dias de antecedência. Adicionalmente, o Fundo também contará com uma Reserva de Liquidez equivalente a 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em ativos líquidos..

O Fundo também deverá respeitar seu Índice de Liquidez, apurado diariamente pelo custodiante, que deverá ser sempre igual ou maior que 1,0x. O Índice de Liquidez é calculado pela divisão entre (i) o somatório do valor em caixa, ativos financeiros, e direitos creditórios de sacados adimplentes à vencer nos próximos 30 dias, e (ii) o valor de amortização de cotas seniores e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 dias.

Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada

Eventos de Avaliação

Caso ocorra um Evento de Avaliação, a administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo, e interromper os procedimentos de aquisição de novos direitos creditórios.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso a razão de garantia não seja atendida por um período de cinco dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelo cotista subordinado da Classe A;
- Caso o valor das cotas subordinadas da Classe A permaneça inferior a 25% do valor da soma das cotas subordinadas A e B, por um período de cinco dias consecutivos contado a partir da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelo cotista subordinado da Classe A;
- Caso haja alteração dos procedimentos de cessão de direitos de crédito e de cobrança adotados pelo gestor, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- Caso haja aquisição de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade;
- Caso haja renúncia da Administradora do Fundo;
- Caso ocorra a Resilição do Contrato de Custódia ou Renúncia do Custodiante;
- Caso o Fundo não observe por sessenta dias os limites de concentração;
- Se qualquer uma das amortizações programadas não for efetuada na data estabelecida;
- Caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais de 15 dias consecutivos;
- Caso o valor dos direitos creditórios inadimplentes, reconhecido pelo Fundo em cada uma das faixas definidas, apresente percentuais superiores aos limites estabelecidos abaixo:

Faixa C	10%
Faixa D	9%
Faixa E	8%
Faixa F	7%
Faixa G	5%
Direitos creditórios inadimplentes entre 180 e 210 dias na Faixa H	4%

Eventos de Liquidação

Caso ocorra um Evento de Liquidação, a administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, e convocar uma Assembléia Geral para que os cotistas das cotas seniores e subordinadas mezanino deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias;
- Cessação ou renúncia pela Administradora, e/ou Custodiante da presta o de seus serviços para o Fundo, sem que tenha havida sua substitui o por outra insitui o;
- Cessa o pelo Gestor, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de altera o direta ou indireta no controle do Gestor.

Perfil da Originadora dos Créditos

A SRM Consultoria e Administradora de Recursos Ltda. foi criada em 2005 com o objetivo exclusivo de gerir o Exodus I FIDC. A SRM incorporou a experiência e estrutura operacional da RMansur, uma empresa de factoring que atuou no mercado por dez anos. A SRM   a gestora e originadora de recebíveis de três FIDCs, que possuem atualmente um patrimônio líquido total de aproximadamente R\$ 150 milhões.

Até agosto de 2008, os dados históricos da carteira de ativos elegíveis ao FIDC Exodus II, originados pela SRM, indicam que os direitos creditórios que foram pagos com mais de 90 dias de atraso, ou que estão em abertos após 90 dias da data de vencimento, totalizou 1,8% dos direitos creditórios originados. O mesmo indicador para 180 dias de atraso totalizou 0,6%.

No dia 23 de outubro, o FIDC Exodus II possuía um patrimônio líquido total de aproximadamente R\$ 71,4 milhões. O prazo médio ponderado dos ativos era de 7,3 meses, enquanto que o maior devedor, quando considerado o grupo econômico, representava 5,8% do patrimônio líquido do Fundo.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

A análise de crédito do FIDC Exodus II foi efetuada de acordo com as etapas descritas a seguir. Em virtude de a grande maioria dos devedores não possuir rating da Standard & Poor's, será fundamental que o custodiante do Fundo verifique as condições de diversificação, de forma a garantir que as premissas utilizadas na modelagem financeira do fluxo de caixa sejam válidas durante toda a vida do Fundo.

Os principais passos seguidos na análise de crédito da estrutura foram:

- Análise do desempenho histórico da carteira de empréstimos elegíveis do cedente;
- Análise e revisão da política de concessão de crédito do cedente, bem como de seu sistema interno de classificação;
- Desenvolvimento de um sistema interno de classificação de risco baseado em informações quantitativas e qualitativas obtidas da base de dados históricos do cedente;
- Utilização do resultado do sistema interno de classificação de risco, dos critérios de elegibilidade, condições adicionais e de diversificação como dados de entrada do modelo *CDO Evaluator**, que forneceu a função de distribuição de probabilidade da inadimplência esperada para a carteira teórica;
- Utilização dos resultados do modelo *CDO Evaluator* e das características da estrutura para modelagem financeira do Fundo e aplicação dos cenários apropriados de estresse para os ratings atribuídos.

* Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo leva em conta a avaliação de risco dos tomadores, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos.

As principais premissas adotadas pela Standard & Poor's na avaliação da qualidade da carteira hipotética do FIDC Exodus II foram adotadas com base na política de investimento, nos critérios de elegibilidade e nas condições adicionais de cessão descritas nos documentos do Fundo:

- Classificação de risco de crédito dos ativos: dada a ausência de um critério de diversificação por classificação de risco de crédito dos devedores, a Standard & Poor's assumiu como premissa uma distribuição de ratings mais conservadora, em termos de qualidade de crédito, do que aquela detectada na análise da qualidade de crédito da carteira do cedente. A carteira hipotética assumida possui 70% de volume em empresas com rating 'brBB' e 30% com rating 'brB';
- Prazo médio dos ativos subjacentes: 12 meses;
- Rendimento: pós-fixado e equivalente à taxa DI acrescida de 8% a.a.;
- Taxa de remuneração das cotas: Taxa DI em cenário de estresse, acrescida do rendimento-alvo adicional das cotas seniores;
- Diversificação da carteira por devedor, setor e garantias: conforme maior distribuição de riscos possível permitida pelos critérios estabelecidos;
- Despesas de Fundo: conforme estipulado nos documentos do Fundo, equivalente a aproximadamente 1,8% do PL do Fundo ao ano.

Premissas de Recuperação de Crédito

A recuperação de créditos problemáticos pode variar muito de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição financeira originadora, com as modalidades de empréstimo ofertadas, bem como com os tipos de garantias incluídas nos contratos. Com base nas características dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC Exodus II, nas exigências de garantias estabelecidas nos documentos do Fundo (conforme Tabela 2 acima), e nas informações sobre recuperação de crédito em posse da Standard & Poor's, além de outras premissas de mercado, foi definida uma taxa de estimativa de recuperação de crédito média de 27,5%. Essa estimativa leva em conta o pior cenário de combinação de garantias exigida na política de concessão de crédito do Fundo, os cenários de deterioração do valor do colateral, os custos envolvidos na recuperação da garantia fornecida, bem como o horizonte de recuperação do colateral.

Tabela 3 – Estimativas de Recuperação de Crédito por Tipo de Garantia

Tipo*	Recuperação De Crédito
1	15%
2	40%
Média Ponderada	27,5%

* Conforme Tabela 2

Os resultados derivados dos modelos *CDO Evaluator* e do modelo de análise de fluxo de caixa estão demonstrados abaixo:

Tabela 4 – Resultados dos modelos CDO Evaluator e de Fluxo de Caixa

Classe de Cotas	Rating	Cenário de perda esperada - <i>CDO Evaluator</i>	Pior Cenário de Perdas Suportável (Fluxo de Caixa)
Senior	brAAf	24,4%	24,4%

Conforme demonstrado pelos resultados da Tabela 4 acima, o nível de perdas tolerável pela estrutura em cada classe de cotas, de acordo com o modelo de fluxo de caixa, é superior aos cenários de perda estimados pelo modelo de avaliação da carteira (*CDO Evaluator*) para os ratings atribuídos. Isto indica que o fluxo de caixa estimado da transação é suficientemente forte para suportar as perdas de crédito esperadas nos níveis de ratings atribuídos às classes de cotas do Fundo.

Reforço de Qualidade de Crédito

O reforço de qualidade de crédito incorporado na estrutura do Fundo, na forma de subordinação de cotas (27% para cotas seniores) e *spread* excedente (inicialmente de 7,7% ao ano, conforme Tabela 7 abaixo), foi dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito adequada para os ratings atribuídos diante diversos cenários de análise de estresse. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do Fundo, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, os ratings atribuídos poderão ser alterados.

Tabela 7 – Cálculo do Spread Excedente Inicial

Descrição	Cálculo
Volume do PL do Fundo investido em direitos creditórios	95%*
Spread mínimo dos ativos (média) inicialmente	13,75% a.a. (DI) + 8,00% a.a. = 21,75% a.a.
Spread total disponível	21,3% a.a.
Volume do PL em cotas seniores	73%
Rendimento alvo inicial das cotas seniores	13,75% a.a. (DI) * 135% = 18,6% a.a.
Rendimento alvo inicial consolidado das cotas	13,6% a.a.
Spread Excedente Inicial	7,7% a.a.

* Total do PL do Fundo menos estimativa da Reserva de Liquidez, que será alocada em ativos de alta liquidez.

Análise de Cenários e Sensibilidade

Como parte de nossa iniciativa “Novas Ações da Standard & Poor’s” (para mais informações consulte “A Listing of S&P’s New Actions Aimed At Strengthening The Ratings Process”, publicado em 7 de fevereiro de 2008 e disponível em nosso Web site www.standardandpoors.com, apresentamos uma análise de cenários com o objetivo de auxiliar os investidores a obterem um entendimento mais profundo do perfil de risco de operações específicas e de prover informações abrangentes sobre as circunstâncias em que nossos ratings poderiam se alterar (ou as operações se tornarem inadimplentes) com relação a uma dada classe de ativos, frente a um conjunto determinado de circunstâncias econômicas.

A Standard & Poor’s realiza uma análise detalhada do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado, durante toda a vida da transação. Para se determinar o rating ‘brAAf’ das cotas seniores a Standard & Poor’s submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse.

As análises de cenários mais relevantes derivadas do modelo *CDO Evaluator* e do modelo de fluxo de caixa estão demonstradas abaixo:

Tabela 8 – Análise de Cenários Para Cotas Seniores

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Perdas de crédito estimadas	24,4%	24,4%	24,4%	24,4%
Amortização	Regular (26 meses)	Regular (26 meses)	Regular (26 meses)	Regular (26 meses)
Período das perdas de crédito	Mês 1 a 26: 100%	Mês 1 a 10: 50% Mês 11 a 26: 50%	Mês 1 a 16: 50% Mês 17 a 26: 50%	Mês 1 a 26: 100%
Rentabilidade das cotas seniores	135% da Taxa DI Over	135% da Taxa DI Over	135% da Taxa DI Over	135% da Taxa DI Over
Taxa DI (Estresse)	16,1% a.a.	16,1% a.a.	16,1% a.a.	17,5% a.a.

1) Como o desempenho dos direitos creditórios poderia afetar os ratings atualmente atribuídos às cotas do Fundo?

O monitoramento da qualidade de crédito dos devedores subjacentes poderá indicar uma eventual deterioração da qualidade de crédito geral da carteira em relação as premissas inicialmente adotadas pela Standard & Poor’s. Em tal cenário, o modelo *CDO Evaluator* poderia indicar um resultado de perda esperada diferente do inicialmente assumido em nossa análise, o que, dependendo do resultado da revisão do fluxo de caixa da transação, poderia provocar o rebaixamento dos ratings.

Considerando-se as premissas adotadas originalmente no modelo *CDO Evaluator* e na modelagem do fluxo de caixa da operação, foi assumido um nível de perda máxima estimada de 24,4% no

cenário de rating 'brAAf'. Por outro lado, os índices de inadimplência e de perda dos ativos elegíveis originados pela SRM têm se mostrado historicamente inferiores a estes níveis, sendo que o nível de perda histórico (direitos creditórios com atraso acima de 180 dias) dos ativos elegíveis totalizou 0,6% até agosto de 2008.

2) Como o risco de descasamento de taxas de juros pode afetar o desempenho do Fundo?

Uma vez que tanto as cotas seniores quanto os ativos do Fundo são indexados ao mesmo *benchmark*, a Taxa DI Over, o risco de descasamento é substancialmente mitigado. Porém, enquanto as cotas seniores são valorizadas por um percentual do CDI (135% do CDI), os ativos são valorizados pelo CDI acrescido de um *spread* (8%). Desta forma, o nível de *spread* excedente poderá diminuir caso o CDI aumente, ou aumentar caso o CDI diminua. Em um dos cenários testados, o *benchmark* foi estressado linearmente durante toda a vida da operação no patamar de 17,5% ao ano, mantendo o mesmo nível de perda aplicado em outros cenários e, ainda assim, o Fundo estaria apto a cumprir todas as obrigações programadas.

3) Como o risco de fungibilidade pode afetar o desempenho do Fundo e quais são os fatores estruturais que mitigam este risco?

A liquidação dos direitos de crédito ocorrerá no âmbito das operações do cedente, que atuará como agente de cobrança e de supervisão de garantias, e depositário fiel dos recursos provenientes dessa liquidação. Como forma de atenuar os riscos de fungibilidade (por exemplo, no caso de intervenção no cedente), os devedores deverão realizar os pagamentos em relação às CCBs em Contas Depósito específicas, mantidas junto ao cedente, e cedidas ao Fundo, conjuntamente com as garantias acessórias. O cedente deverá transferir os valores para uma Conta do Fundo até o final do mesmo dia útil. No caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do cedente, a Administradora deverá requerer o direcionamento imediato do fluxo de recursos provenientes dos direitos creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo. A Reserva de Liquidez também servirá como fator atenuante do risco de fungibilidade.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

ANEXO V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADOS EM 30 DE ABRIL DE 2008

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus II**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras
30 de abril de 2008

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

Período de 29 de maio de 2007 (início das operações) a 30 de abril de 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 19



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e

Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II em 30 de abril de 2008 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido, correspondente ao período de 29 de maio de 2007 (data de início das atividades do fundo) a 30 de abril de 2008, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II em 30 de abril de 2008 e as movimentações de seu patrimônio líquido, correspondentes ao período de 29 de maio de 2007 (data de início das atividades do fundo) a 30 de abril de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11 de julho de 2008

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O

Ricardo Anhesini Souza

Contador CRC 1SP152233/O-6

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

em 30 de abril de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	<u>6</u>	<u>0,01</u>
Banco conta movimento	6	0,01
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>2.723</u>	<u>4,05</u>
Letras Financeiras do Tesouro	2.723	4,05
Títulos Privados	<u>11.193</u>	<u>16,66</u>
Certificado Depósito Bancário		
Banco Schahin	6.544	9,74
Banco Paulista S.A.	4.649	6,92
Direitos creditórios	<u>53.333</u>	<u>79,36</u>
Direitos creditórios a vencer	51.414	76,51
Direitos creditórios vencidos	2.010	2,99
(-) Provisão para devedores duvidosos	(91)	(0,14)
Valores a pagar	<u>(55)</u>	<u>(0,08)</u>
Taxa de administração	(36)	(0,05)
Outros	<u>(19)</u>	<u>(0,03)</u>
Patrimônio líquido	<u><u>67.200</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Período de 29 de maio de 2007 (início das operações) a 30 de abril de 2008

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2008
Constituição	
Cotas Seniores I: 20,000 cotas a R\$ 1.000.000,000000	20.000
Cotas Subordinadas A: 100,000 cotas a R\$ 25.000,000000	2.500
Cotas Subordinadas B: 300,000 cotas a R\$ 25.000,000000	7.500
Cotas emitidas	
Cotas Seniores II: 20,000 cotas	20.000
Cotas Subordinadas A: 90,537 cotas	2.500
Cotas Subordinadas B: 293,953 cotas	7.500
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>60.000</u>
Resultado do período	
Receitas	<u>7.763</u>
Rendas com operações de crédito	5.640
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	109
Rendas de títulos e valores mobiliários	2.014
Despesas	<u>(563)</u>
Provisão para devedores duvidosos	(91)
Taxa de administração	(306)
Outras despesas operacionais	(161)
Despesas administrativas	(5)
Resultado do período	<u>7.200</u>
Patrimônio líquido no final do período	<u>67.200</u>
Cotas Seniores I: 20,000 cotas a R\$ 1.113.422,360000	22.269
Cotas Seniores II: 20,000 cotas a R\$ 1.069.547,570000	21.391
Cotas Subordinadas A: 190,537 cotas a R\$ 38.140,811396	7.267
Cotas Subordinadas B: 593,953 cotas a R\$ 27.397,838452	16.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 29 de maio de 2007 (início das operações) a 30 de abril de 2008

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II, iniciou suas atividades em 29 de maio de 2007 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços, no percentual mínimo de 50% do seu patrimônio líquido.

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- i. Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- ii. Certificados e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras que contem com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país;
- iii. Fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador que sejam administrados por instituições financeiras que contem com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país, até o limite de 10% do Patrimônio Líquido. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem, os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de créditos inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2 **Elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 **Descrição das principais práticas contábeis**

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas foram registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - nota 4.

c. Títulos privados

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - (nota 4) e quando existirem efetivas negociações no mercado.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

d. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

iii. Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Os Direitos Creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação.

O Fundo considera como perda todos os direitos creditórios em atraso superior a 180 dias. Nesses casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao fundo.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. *Composição da carteira*

O Fundo mantém, em sua carteira títulos privados (CDB), atualizados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI), no valor total de R\$ 11.193 mil, com vencimento após 1 ano.

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. No período findo em 30 de abril de 2008 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é dispensado pela CVM para fins de avaliação de riscos, conforme Ofício/CVM/Ger1/n.1773/2007.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

7 Direitos creditórios

a. Critérios de elegibilidade

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a.** Os Direitos de Crédito devem ser representados por: Cédulas de Crédito Bancário - CCBs originadas em operação de crédito celebrada entre o emitente da CCB e o Cedente, Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs; Letras de Crédito Imobiliário - LCIs;
- b.** Os Direitos de Crédito devem contar com garantia real ou fidejussória;
- c.** Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- d.** O prazo de vencimento dos Direitos de Crédito deve ser de no máximo 720 (setecentos e vinte) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.

Como condição adicional aos Critérios de Elegibilidade, os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo devem ser originários de operações comerciais de compra e venda de produtos e serviços, comprovadamente realizadas, sendo que operações originadas por compra e venda a prazo deverão ter comprovação da entrega dos produtos, e as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão dos serviços (os “Documentos Comprobatórios”).

O cedente será o Banco Paulista S.A. para os direitos de créditos representados por CCBs ou outros cedentes para outros direitos de crédito.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Composição da Carteira de Direitos Creditórios

Contratos	Parcelas		
	A vencer	Vencidas	Total
A vencer	46.647	-	46.647
Vencidos até 14 dias	3.764	450	4.214
Vencidos entre 31 a 60 dias	1.003	1.510	2.513
Vencidos entre 91 a 120 dias	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>50</u>
	<u>51.414</u>	<u>2.010</u>	<u>53.424</u>

A Provisão para Devedores Duvidosos, no período findo em 30 de abril de 2008 montava em R\$ 91 mil.

8 Gerenciamento de riscos

O Fundo deve aplicar em direitos creditórios, no entanto pela sua própria natureza, a aplicação em direitos creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento. Assim, caso seja necessária a venda dos direitos creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio. Além disso, para o recebimento dos recursos oriundos dos direitos creditórios, depende-se da solvência dos devedores, que poderá ser afetada pelo desempenho da economia.

Os Direitos Creditórios e os ativos financeiros estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos cotistas, hipóteses em que as cedentes, a administradora, o custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valores dos ativos integrantes da carteira do fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os direitos credito e os ativos financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelo cotista quando da amortização ou resgate de suas cotas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

9 Valorização das cotas do Fundo

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- b. Valor unitário de emissão a ser fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- c. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 35 do Regulamento; e
- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto.

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a. Subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento,
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito, observado o disposto no Capítulo XI do Regulamento;
- c. Valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo que as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 36 do Regulamento; e
- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
Cotas Seniores I	110%
Cotas Seniores II	110%

As cotas subordinadas têm seu valor unitário calculados todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder à divisão do valor total definido abaixo e a quantidade de Quotas Subordinadas da respectiva classe, conforme o caso:

- a. O valor total das Quotas Subordinadas Classe A corresponderá ao valor unitário das Quotas Subordinadas Classe A no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$Rqsa = Rtqs - Rqsb$$

Onde:

Rqsa é o rendimento das Quotas Subordinadas Classe A em reais;

Rtqs é o rendimento líquido do Fundo em reais, deduzido do rendimento das Quotas Seniores; e

Rqsb é o rendimento das Quotas Subordinadas Classe B em reais.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- b. O valor total das Quotas Subordinadas Classe B corresponderá ao valor total das Quotas Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior acrescido dos seus rendimentos no período com base na seguinte fórmula:

$$Rqsb = Rtqs \times (Vqsb / VTS) \times 0,5$$

Onde:

Vqsb é o valor em reais das Quotas Subordinadas Classe B no dia útil imediatamente anterior;

VTS é o valor total em reais das Quotas Subordinadas no dia útil imediatamente anterior.

10 Emissões e resgate de cotas

a. *Emissão*

As cotas seniores e as cotas subordinadas serão emitidas por seu valor na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da cota de abertura de D+0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

b. *Resgate de cotas*

As cotas seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

As cotas subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. Amortização

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de cotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas parcialmente, desde que a Razão de Garantia seja superior a 150% (cento e cinquenta por cento), mediante solicitação dos respectivos cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Liquidação.

A realização da amortização parcial de cotas subordinadas poderá ser realizada de acordo com os seguintes critérios:

Observada a Razão de Garantia de 150% (cento e cinquenta por cento), os titulares das cotas subordinadas poderão solicitar à Administradora a realização da amortização parcial de suas cotas subordinadas de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Os titulares das cotas subordinadas classe A, poderão solicitar a amortização parcial de suas cotas subordinadas ao final de cada trimestre civil, depois de transcorrido o prazo de 2 (dois) anos da data da primeira subscrição de cotas subordinadas classe B, sendo que a amortização ficará limitada ao montante que exceder o valor da cota subordinada classe A determinado pelo Administrador na data correspondente ao segundo ano contado da data da primeira subscrição de cotas subordinadas classe B; e
- (ii) Os titulares das cotas subordinadas classe B, poderão solicitar à Administradora a realização da amortização parcial de suas cotas subordinadas ao final de cada trimestre civil, depois de transcorrido o prazo de 1 (um) ano da data da primeira subscrição de cotas subordinadas classe B.

A Administradora deverá realizar a amortização integral das cotas subordinadas classe B no prazo de 3 (três) anos contado a partir da data da primeira subscrição de cotas subordinadas classe B, observado o limite do Excesso de Cobertura e exceto se os titulares da totalidade das cotas subordinadas notificarem a Administradora do contrário.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de cotas subordinadas, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

d. Relação de cotas sênior

Desde a 1ª data de Emissão de cotas seniores até a última data de resgate, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia (relação entre Patrimônio Líquido e as cotas seniores) é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 150%, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos (emissão e subscrição de novas cotas subordinadas) cujo objetivo é reenquadrar o Fundo à Razão de Garantia.

11 Negociação de cotas

As cotas seniores serão registradas para negociação na CETIP, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Cotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo cotista.

12 Custódia

Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados sob responsabilidade do Banco Paulista S.A. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e na Camara de Custódia e Liquidação (CETIP).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252)/100) \times PL(D-1)$$

Onde: TA: Taxa de Administração

Tx: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)

PL(D-1): patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

14 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota unitária (R\$)	Rentabilidade (%)
Cotas Seniores I	30/04/2008	1.113.422,36000	11,34
	(*) 29/05/2007	1.000.000,00000	
Cotas Seniores II	30/04/2008	1.069.547.57000	6,95
	(*) 26/09/2007	1.000.000,00000	
Subordinada A	30/04/2008	38.140,81139	52,56
	(*) 29/05/2007	25.000,00	
Subordinada B	30/04/2008	27.397,83845	9,59
	(*) 29/05/2007	25.000,00	

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(*) Subscrição das respectivas cotas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

15 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:
 - i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
 - iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos as regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

16 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Banco Paulista S.A. para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus II

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

ANEXO VI

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS TRIMESTRAIS RELATIVAS AO PERÍODO ENCERRADO EM SETEMBRO DE 2008



Gradual Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S/A

São Paulo, 30 de outubro de 2008.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS II

CNPJ: 08.779.221/0001-11

Classificação de Risco: Dispensada pela CVM

Terceiro Relatório Trimestral 2008

O FIDC encerrou seu segundo trimestre de atuação em 30 de setembro de 2008 com o Patrimônio Líquido evoluído de 69.166.189,22 (sessenta e nove milhões cento e sessenta e seis mil cento e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos) para R\$ 70.495.821,74 (setenta milhões quatrocentos e noventa e cinco mil oitocentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos).

As operações foram realizadas em observância à sua política de investimentos estabelecida no Capítulo VII do Regulamento de Operações, tendo sido respeitados os limites de composição e diversificação.

A carteira de recebíveis encontrava-se enquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356.

Não ocorreram subscrições no período e a Razão de Garantia ficou em 152,89% em 30/09/2008, e de acordo com o mínimo regulamentar. O fundo encerrou o respectivo período mantendo, aproximadamente, 10% de seu PL em caixa.

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – 30/06/2008 a 30/09/2008

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Total em direitos creditórios – R\$	Número de operações / mês
Julho 08	15.245.348,18	22
Agosto 08	6.241.699,86	9
Setembro 08	5.928.467,37	5



Gradual Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S/A

Resultados da Verificação do Lastro por Amostragem

Base de dados

Obtenção de uma base de dados junto ao Banco Paulista na condição de Custodiante do fundo, contendo a composição analítica dos direitos creditórios utilizada para seleção da amostra de itens a serem testados.

Constatações

Foram selecionados mediante a aplicação da fórmula de seleção de amostras, 54 itens para execução de testes, os quais foram disponibilizados pelo Custodiante contendo a documentação dos processos referente aos recebíveis do Fundo.

Seleção da amostra

Seleção da amostra de acordo com a fórmula mencionada no regulamento.

Constatações

A seleção dos 54 (cinquenta e quatro) itens foi realizada utilizando-se dos seguintes critérios:

- Seleção de itens com valor de aplicação superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- Seleção aleatória de itens julgados necessários;
- Seleção de itens antigos, cuja emissão ocorreu antes de 31.12.2007;
- Seleção de itens aleatórios de forma seqüencial e múltiplos de 6 (seis).

Documentação acessória

Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios.

Constatações

Não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito, exceto por dois contratos, não apresentados para a verificação (código lastro 8178 e 8825). Ficou acordado com o Custodiante que os procedimentos de verificação das duplicatas e/ou cheques fornecidos em garantia das CCBs, bem como, os comprovantes de entrega de mercadoria, ou prestação de serviço destes direitos de créditos, serão realizados na próxima visita, de acordo com o planejamento dos trabalhos.

Registro de gravame

Efetuar a verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento.

Constatações

Entendemos que a aplicação deste procedimento é desnecessária, uma vez que o objetivo do fundo não consiste em financiar bens, mas sim adquirir direitos de crédito e ativos financeiros.

Política de cobrança de recebíveis vencidos e não pagos

Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não pagos.

Constatações

Na data de 27.08.2008 nenhum item estava vencido a mais de 180 (cento e oitenta) dias, assim, não foi necessário verificar o cumprimento dos procedimentos judiciais de cobrança.

Guarda dos documentos

Verificação, junto ao Fiel Depositário, dos controles e procedimentos para salvaguarda



**Gradual Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S/A**

dos documentos de propriedade do Fundo, tais como controle de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção contra incêndio, etc.

Constatações

Verificamos os controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo e constatamos que a guarda física da documentação comprobatória é realizada pelo Banco Paulista S.A., bem como, que todos os documentos são armazenados em pastas próprias e dispostos em arquivos de aço deslizantes fixos em uma plataforma, com trava de segurança embutida e sistema de acionamento mecânico, localizado abertamente entre os departamentos no lugar denominado "arquivo".

O acesso a esse sistema é restrito a funcionários do departamento de contratos. A sala onde os documentos estão arquivados possui extintores e alarme contra incêndio.

Atenciosamente,

Agostinho Renoldi Junior
Diretor

ADMINISTRADORA, COORDENADORA E AGENTE ESCRITURADOR
GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares
São Paulo, SP

GESTOR

SRM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS LTDA.

Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar
São Paulo, SP

CUSTODIANTE

BANCO PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 2º andar
São Paulo, SP

ESTRUTURADOR DO FUNDO

BULLTICK CAPITAL MARKETS

Rua Funchal, 418 – 26º andar
São Paulo – SP

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

STANDARD & POOR'S

Rua Brigadeiro Faria Lima 201, 18º andar
São Paulo, SP

CONSULTORES JURÍDICO

SOUZA, CESCO AVEDESSIAN, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

Rua Funchal, 418 , 11º andar
São Paulo, SP

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Dr. Renato Pares de Barros, 33
São Paulo, SP